

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Área de Concentração em Arqueologia



Dissertação

“Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar”:

As relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas
Gerais

Thaíse Sá Freire Rocha

Pelotas, 2017

Tháíse Sá Freire Rocha

“Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar”:

As relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, área de concentração em Arqueologia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia, com ênfase em Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R672l Rocha, Thaíse Sá Freire

“Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar” : as relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais / Thaíse Sá Freire Rocha ; Louise Prado Alfonso, orientadora. — Pelotas, 2017.

178 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Decolonização da arqueologia. 2. Patrimônio arqueológico. 3. Comunidades. 4. Arqueologia pública. 5. Arqueologia etnográfica. I. Alfonso, Louise Prado, orient. II. Título.

CDD : 930.1

Tháíse Sá Freire Rocha

“Aquilo que é tirado da terra, às vezes pode matar”: As relações estabelecidas entre arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, com ênfase em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 26 de abril de 2017.

Banca examinadora:

.....
Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso (Orientadora)

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

.....
Prof. Dr. Cláudio Batista Carle

Doutor em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof.^a Dr.^a Flávia Maria Silva Rieth

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....
Prof.^a Dr.^a Camila Azevedo de Moraes Wichers

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2012)/ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa (2011)

À minha avó Zelina e ao meu querido avô Gilberto
(*in memoriam*), por sempre me fazerem acreditar que
é possível e pelo amor incondicional.

Aos carangolenses, por abrirem suas casas e suas
histórias.

AGRADECIMENTOS

Nessa oportunidade, gostaria de expressar, o tanto que as palavras me permitem, o quanto sou grata a todos que de alguma forma tornaram esse trabalho possível.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Louise Prado Alfonso, por ter aceito adentrar nessa jornada comigo. Louise, palavras não são capazes de demonstrar minha eterna gratidão por você. Obrigada por toda a orientação, por acreditar em mim e confiar na força desse trabalho, principalmente, quando me foi tirada essa crença. E também, a você sou grata pela compreensão, amizade e companheirismo em toda essa empreitada. Agradeço pelas disciplinas e discussões, que não só contribuíram para que esse trabalho se expandisse para caminhos antes não imaginados, mas também, lançaram luz a novas formas de entender a Arqueologia

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt-UFPel), por acolherem um projeto de terras tão distantes. Obrigada por toda confiança depositada nesse trabalho. E também pelo apoio financeiro disponibilizado para realizar os trabalhos de campo.

Aos professores do PPGAnt que tive o prazer de conhecer e cursar suas disciplinas: Loredana Ribeiro, Pedro Sanches, Jorge Eremites, Rafael Milheira, Lúcio Meneses, Renata Menasche, Claudia Turra Magni, Martin Tempass. Obrigado a todos pelas disciplinas ofertadas; elas me fizeram refletir mais sobre a Arqueologia e as possibilidades de alcance da disciplina, além do meu papel como arqueóloga.

À CAPES, pelo financiamento necessário para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a essa pesquisa.

À minha banca de qualificação: Camila Wichers, Flávia Rieth e Cláudio Carle. Não tenho palavras para agradecer a vocês pela boa vontade, compreensão e disponibilidade em participar da minha qualificação. As considerações que vocês fizeram foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço aos amigos da turma do mestrado: Lidiane, Marcelo, Bruno, Leticia, Luísa, André, Cristiano, Taciane, Tales, Thaís, Nicole, Carolina, Rose, Diogo, Admilson, Cláudia e Andressa. Entre conversas e sinucas, vocês se tornaram essenciais nesse processo. Obrigada por compartilharem comigo seus anseios,

dúvidas e medos sobre a pesquisa e, também, por ouvirem os meus e pelo incentivo.

Agradeço à “Casa Pão de Queijo”, lugar onde eu encontrei muito mais que amigos, parceiros. Isis, André e Átila, obrigada por terem dividido comigo não só uma casa, seus móveis e o cotidiano, mas também por compartilharem momentos únicos. Em especial, agradeço à Isis e ao André que sempre estiveram prontamente dispostos a me ajudar quando precisei. Agradeço à Victória, que sempre foi nossa quinta moradora, por tornar tudo muito mais divertido.

Aos amigos que fiz durante minha morada em Pelotas: Caio, Bela, Taís, Karoline, Andrezza. Agradeço por tornarem essa experiência a melhor possível.

Aos meus amigos de sempre e de todos os melhores momentos: Karine, Régis, Cris, Erick, Leandro, Cecília, Camilla, Poli, Beth e Gustavo. A todos vocês agradeço por estarem sempre comigo. Aos amigos que apesar da distância se fazem presentes: Elizandra, Rodrigo e Marcela, agradeço o apoio e carinho

Ao MAEA-UFJF, espaço de aprendizagem de saberes acadêmicos e da vida. Serei eternamente grata pelas oportunidades dadas desde os tempos da graduação. Aos amigos de profissão que o MAEA-UFJF me proporcionou: Luciane, Leandro, Cecília, Mariana Fernanda, Verlan, Alencar e Rose, a vocês sou grata pelas contribuições dadas nessa trajetória acadêmica. Na oportunidade agradeço a Prof^a. Dr^a. Ana Paula de Paula Loures de Oliveira (*in memoriam*), por todas as oportunidades oferecidas. Você estará em nossa memória para sempre.

Foi graças à experiência no MAEA-UFJF que tive a oportunidade de vivenciar duas grandes amizades: Leandro e Cecília. Muito mais que amigos, sei que somos irmãos de alma. Obrigada por abrilhantarem a vida. Ao Leandro, em especial, agradeço pelos inúmeros conselhos profissionais, por aguentar minhas angústias e anseios durante o mestrado. Obrigada por toda leitura honesta e severa. Sem você esse trabalho não teria ido nem para o papel.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Luciane Monteiro Oliveira, pela orientação no tempo da graduação, pelas oportunidades de inserção no trabalho arqueológico, pela disponibilidade em ajudar e aconselhar sempre que precisei. Agradeço pela amizade, que perpassa a esfera profissional.

Agradeço aos meus interlocutores de Carangola, por terem me recebido em suas casas inúmeras vezes, pelos diferentes momentos disponibilizados para contribuir com essa pesquisa. Em especial, agradeço ao Museu Municipal de

Carangola, centrado nas figuras de Fernando Pimentel e José Antônio, por terem aberto as portas da instituição, por toda ajuda e assistência conferida a mim durante o trabalho em campo.

Aos professores da UEMG, Tarcísio Delgado, Braz Cosenza, Érika Oliveira Amorim, pelas oportunidades de pensar e discutir Arqueologia e o patrimônio cultural de Carangola dentro da instituição e por acolherem tão bem o meu trabalho.

Aos meus pais, Márcia e Marcus, agradeço todo o apoio de uma vida. Obrigada por sempre me permitirem sonhar e acreditar que era possível. Agradeço todo amor e incentivo. À minha irmã agradeço pelo companheirismo, amizade e parceria nessa empreitada que é ser irmãs. Sou extremamente grata de ter você ao meu lado. À minha querida avó Zelina, sempre tão querida, compreensiva e amiga. Agradeço a vocês pelo carinho, compreensão e paciência. Ao meu avô Gilberto (*in memoriam*), que a vida levou de nós tão cedo. A saudade é pouco para dizer quanta falta você nos faz, agradeço o amor sem medida. Sua ausência ainda é, e sempre será, muito sentida.

Aos meus familiares, agradeço por entenderam minhas inúmeras ausências e por todo carinho sempre ofertado.

Ao meu parceiro de todos os momentos, meu amigo e namorado Allony, agradeço pela capacidade de me compreender sem nem mesmo eu pedir. Agradeço pelo carinho, paciência e sensibilidade durante essa etapa. Sem você tudo teria sido muito mais difícil.

*O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de
um vidro mole que fazia volta atrás de casa.
Passou um homem depois e disse: Essa volta que o rio faz por
trás de sua casa se chama enseada.
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia volta
atrás de casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.
(Manoel de Barros, O livro das ignorâncias, 2015)*

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre qual a relação estabelecida entre Arqueologia e a comunidade de Carangola, Minas Gerais. O município de Carangola, devido ao seu potencial arqueológico, se tornou alvo de diferentes pesquisas arqueológicas nos últimos dois séculos. A partir de uma análise das ações desenvolvidas no município, foi possível perceber não só os impactos que esses trabalhos tiveram na comunidade local, como também, de que forma essas ações influenciaram na percepção dessas pessoas sobre a Arqueologia, o trabalho da/o arqueóloga/o e o patrimônio arqueológico. Para a concretização dessa empreitada, procurei pensar em uma Arqueologia decolonizante em consonância com a Arqueologia Pública, que busca compreender a correlação entre comunidade e patrimônio arqueológico. Em termos práticos, a abordagem ocorreu por meio da Arqueologia etnográfica, onde a etnografia é entendida como uma proposta que vem para integrar o fazer arqueológico. Com os dados obtidos através da minha inserção na comunidade de Carangola, foi possível evidenciar que a Arqueologia é entendida como escavação e a procura de *coisas arqueológicas*. Essa forma tradicional de pensar e compreender a disciplina arqueológica, é percebida nessa dissertação, como um reflexo da atuação de diferentes arqueólogos/os no município. Diante desses dados, a reflexão sobre uma Arqueologia decolonizante e pública se torna essencial. A forma na qual a disciplina vem sendo apresentada e desenvolvida nos lugares onde passa, tem perpetuado um pensamento cientificista tradicional, que acaba por excluir o “outro” das narrativas desenvolvidas dentro da pesquisa arqueológica e na própria construção de uma história local.

Palavras-chave: Decolonização da Arqueologia; Patrimônio Arqueológico; Comunidades; Arqueologia Pública; Arqueologia Etnográfica.

ABSTRACT

The present work seeks to reflect on the relationship established between Archeology and the community of Carangola, Minas Gerais. The municipality of Carangola, due to its archaeological potential, has become the target of different archaeological investigations in the last two centuries. From an analysis of the actions carried out in the municipality, it was possible to perceive not only the impacts that these works had on the local community, but also how these actions influenced the perception of these people on Archeology, the work of the archaeologist and the patrimony archaeological. For the accomplishment of this work, I tried to think of a decolonizing archeology in consonance with Public Archeology, which seeks to understand the correlation between community and archaeological heritage. In practical terms, the approach took place through ethnographic archeology, where ethnography is understood as a proposal that comes to integrate archaeological work. With the data obtained through my insertion in the community of Carangola, it was possible to show that Archeology is understood as excavation and the search for archaeological things. This traditional way of thinking and understanding the archaeological discipline is perceived in this dissertation, as a reflection of the performance of different archaeologists in the municipality. Given these data, the reflection on a decolonizing and public archeology becomes essential. The way in which the discipline has been presented and developed in the places where it passes has perpetuated a traditional scientific thought, which ends up excluding the "other" from the narratives developed within the archaeological research and the construction of a local history.

Keywords: Decolonization of Archeology; Archaeological Heritage; Community; Public Archeology; Ethnographic Archeology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de Carangola.....	17
Figura 2 – Alguns dos sítios arqueológicos pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF	77
Figura 3 – Os sítios arqueológicos do município de Carangola abordados na pesquisa.....	89
Figura 4, 5, 6 e 7 – Escavação no sítio arqueológico Toca dos Puri.....	95
Figura 8 e 9 – Oficina de Cerâmica com alunos da Escola Municipal Antônio Marques, com a turma de Alfabetização de Jovens e Adultos.....	101
Figura 10 – Sr. Tabuleta.....	107
Figura 11 e 12 – Fotos do evento.....	109
Figura 13 e 14 – Visita guiada aos sítios arqueológicos da região.....	111
Figura 15 – Mensagem divulgada para a comunidade Carangola.....	121
Figura 16 – Convite elaborado para a primeira reunião da associação.....	122
Figuras 17 e 18 – Primeira reunião da “Associação dos Amigos do Museu”.....	127
Figura 19 e 20 – Problemas de infraestrutura do Museu Municipal de Carangola.....	131
Figura 21 – Segunda reunião da Associação de amigos do Museu Municipal de Carangola.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de atividades arqueológicas realizadas no município de Carangola, Minas Gerais.....	83
Quadro 2 – Proposta de ação elaborada pelos pesquisadores da UFMG, que se encontram no relatório publicado por Prous e Baeta (2008)	86
Quadro 3 – Dados de bens tombados em Carangola	91

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FEVALE	Faculdades Vale do Carangola
IEPHA-MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
MAEA-UFJF	Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora
MMC	Museu municipal de Carangola
PPGAnt	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
ZMM	Zona da Mata Mineira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – ARQUEOLOGIA E DECOLONIZAÇÃO: (RE)PENSANDO A DISCIPLINA.....	29
1.1 Arqueologia e os estudos coloniais.....	29
1.1.1 <i>Abordagens pós-coloniais e decoloniais.....</i>	33
1.1.2 <i>Decolonização da Arqueologia.....</i>	36
1.2 (Re)Pensando a prática arqueológica.....	40
1.2.1 <i>Por uma Arqueologia Pública.....</i>	44
1.3 A abordagem etnográfica.....	46
1.3.1 <i>A etnografia na Arqueologia: uma breve reflexão.....</i>	50
CAPÍTULO 2 – DOS POVOS ANTIGOS À COLONIZAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA: DADOS HISTÓRICOS E ETNO-HISTÓRICOS	56
2.1 A colonização dos Sertões do Leste.....	56
2.1.1 <i>Os indígenas da Zona da Mata Mineira.....</i>	64
CAPÍTULO 3 – ARQUEOLOGIA E COMUNIDADE: O CONTEXTO DAS PESQUISAS REALIZADAS EM CARANGOLA, MINAS GERAIS.....	71
3.1 O histórico das pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira.....	71
3.2 As pesquisas arqueológicas em Carangola.....	81
3.2.1- <i>As pesquisas arqueológicas do MAEA-UFJF no município de Carangola.....</i>	93
3.2.2- <i>“Havia um mineroduto no meio do caminho”: Arqueologia preventiva e o mineroduto minas-rio em Carangola.....</i>	112
CAPÍTULO 4 – “QUANDO ALGUÉM AJUDA A TERRA DA GENTE, A GENTE TEM QUE AJUDAR”: UM ENSAIO ETNOGRÁFICO COM A COMUNIDADE DE CARANGOLA	117
4.1- Um estudo de caso: a “Associação Amigos do Museu Municipal de Carangola”.....	119
4.1.1- <i>A primeira reunião da Associação: 13 de maio de 2016.....</i>	127
4.1.2- <i>Os efeitos da primeira reunião e a continuidade da Associação.....</i>	136
4.1.3- <i>O Museu Municipal de Carangola, o patrimônio cultural e a comunidade: percebendo as relações estabelecidas.....</i>	142
4.1.4- <i>Arqueologia, o Museu Municipal de Carangola e a comunidade: as percepções e ressignificações</i>	147

CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS.....	159

INTRODUÇÃO

Mas de vez em quando vinha a inquietação insuportável: queria entender o bastante para pelo menos ter mais consciência daquilo que ela não entendia. Embora no fundo não quisesse compreender. Sabia que aquilo era impossível e todas as vezes que pensara que se compreendera era por ter compreendido errado. Compreender era sempre um erro – preferia a largueza tão ampla e livre e sem erros que era não-entender.

(Clarice Lispector, *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 1998).

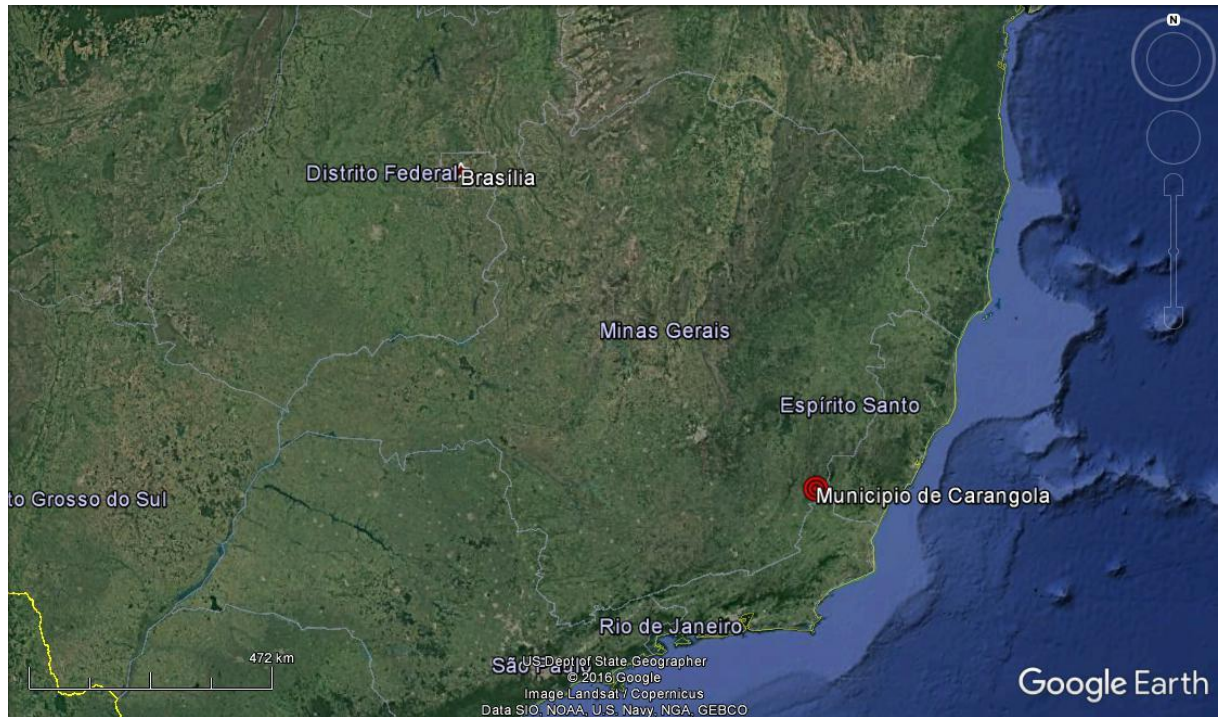
Nas últimas décadas, muito tem se discutido sobre descolonização no campo das Ciências Humanas. Os debates desencadeados dentro dessa perspectiva, além de sugerirem questões como a desocidentalização dos campos do conhecimento científico, requerem também, a desobediência epistêmica como estratégia para a produção de novos conhecimentos (MIGNOLO, 2008). No caso da disciplina arqueológica, esses conhecimentos seriam pautados na proposta de uma Arqueologia que seja simétrica, polifônica e libertadora. Seguindo esta linha de argumentação, neste trabalho, objetivo discutir sobre a prática arqueológica, pensando em novas formas de fazer e pensar a Arqueologia no Brasil. A análise aqui desenvolvida estará centrada na relação entre pesquisadores e comunidades, visualizando o patrimônio arqueológico como arena para encontros e conflitos. Para este propósito, apresentarei os resultados de um estudo de caso no município de Carangola.

O município de Carangola está situado na mesorregião da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais (Figura 1). Possui uma estimativa de 33.513 mil habitantes, compreendendo uma área com cerca de 353.404 km². A região faz confluência com mais dois Estados, sendo eles Rio de Janeiro e Espírito Santo¹. Banhada pelo Rio Carangola, atualmente, fazem parte de sua área de abrangência os distritos de Alvorada, Lacerdinha e Ponte Alta de Minas. Além disso, em seu entorno, encontram-se os municípios de Alto Caparaó, Caparaó, Divino, Espera Feliz, Faria

¹ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3113305>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

Lemos, Fervedouro, Orizânia, Pedra Dourada, São Francisco do Glória e Tombos (PIMENTEL, 2016, p. 130).

Figura 1 – Mapa do município de Carangola



Fonte: Google Earth.

Segundo as narrativas desenvolvidas sobre a história da cidade, o nome Carangola está relacionado ao princípio da ocupação da região. O município recebeu essa denominação por conta do rio Carangola que banhava a localidade. Durante o século XIX, as ocupações que eram banhadas pelo rio levavam seu nome: Alto Carangola, Divino do Carangola, Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola, Santo Antônio do Carangola e Santa Luzia do Carangola. A última se refere ao que conhecemos hoje pela denominação apenas de Carangola.

Porém, o termo Carangola não possui uma versão bem definida quanto à origem do vocábulo. Isso ocorre tanto nas histórias ditas oficiais quanto nas narrativas da comunidade. Os moradores da cidade compartilham três versões existentes sobre a origem do nome Carangola. A primeira faz referência ao tipo de pintura facial feita pelos índios Coroados, que habitavam a região antes da colonização. Por isso, o local ficaria então conhecido como cara-de-Angola.

A segunda, e mais conhecida, é a que se refere a uma plantação denominada de “cará”, também conhecido como inhame. Os carás se encontravam na beira do

rio no meio do “capim-de-angola”. Durante as épocas de chuva, quando o rio enchia, se formavam em seu percurso pequenos montes cobertos de cará que acabavam por se misturar com o capim de angola. Por conta disso, as pessoas começaram a então chamar o local onde hoje se encontra o município de “Cará-do-Angola”, fundindo posteriormente as duas palavras (CARELLI, 1978; MERCADANTE, 1990; PIMENTEL, 2016).

A terceira tentativa de se explicar o nome Carangola, busca trazer elementos do vocabulário indígena e africano. Segundo a história oficial, a partir da mistura dessas duas linguagens, o termo Carangola se refere a “diabo velho dos matos”, “capim redondo” e “rio que arranha”. Acredita-se também, que a palavra Carangola faz referência à região africana que constituiu fronteira entre a Costa do Marfim e as Repúblicas de Mali e Alto Volta, no século XVII, conhecida como “Carangoles”. Outra influência africana ao nome da cidade é por conta da religião Candomblé, que possui dentre suas entidades espirituais uma conhecida como “Exú-Carangola” (GAZETA DE CARANGOLA, 1982).

No que diz respeito ao conhecimento popular sobre as versões apresentadas, apesar de reconhecerem que existem as três versões, apenas as duas primeiras são citadas pelos moradores. Sobre a terceira versão, tive que recorrer a textos que contam a história da cidade (GAZETA DE CARANGOLA, 1982). Essas diferentes narrativas criadas em torno da história local, se apresentam ao meu ver, como uma forma de reforçar um passado de presença e influência de grupos indígenas e africanos na região, que embasam uma história oficial. Cabe ressaltar, porém, que essa história oficial é construída a partir de uma perspectiva branca, ocidental e elitista. O objetivo de apresentar tal visão sobre a história local, é justamente para refletir sobre como o histórico de Carangola vem sendo apresentado e reutilizado por diferentes órgãos e gestores. E dentro disso, pensar qual a posição da Arqueologia diante desse discurso? Como os trabalhos arqueológicos foram utilizados para mudar tais narrativas sobre a história local? São questões como essa, voltadas para questionamentos sobre o papel da Arqueologia, que vão contribuir para a reflexão proposta nesse trabalho.

Continuando com a história oficial sobre a cidade, está narra que o município começou a ser explorado pelos colonizadores no início do século XIX. Ao chegarem nas matas banhadas pelo rio Carangola, os portugueses se depararam com índios Puri. Segundo Carelli (2008), os Puri de Carangola possuíam baixa estatura, eram

“mansos e pacíficos”, diferente de outros grupos da região, como os Puri-Arrepiado de Fervedouro e Araponga, que seriam “violentos e agressivos”.

De acordo com Mercadante (1973), Carangola começou a ser ocupada pelos portugueses entre os anos de 1805 a 1810, a partir da atuação da família Lannes Dantas Brandão, representada por quatro irmãos: José, Joaquim, Francisco e Antônio. A família havia partido da Barra do Muriaé e subiram o rio Carangola, onde se fixaram e iniciaram o processo de exploração da região, com a utilização da mão de obra indígena Puri. No processo de fixação, os colonos derrubaram matas, plantaram cereais e, mais tarde, fundaram a fazenda Porto Alegre, que era localizada onde hoje é a cidade de Itaperuna, no Rio de Janeiro (MERCADANTE, 1990, p. 28).

Em 1887, chegou ao município de Carangola, o primeiro “trem de ferro” ligada a Estrada de Ferro Alto – Muriaé. O trem trazia tanto mercadorias como passageiros (MERCADANTE, 1990, p. 70). Carangola era o ponto final da ferrovia, o que fazia com que passassem pelo local, moradores e comerciantes de diversas regiões. Durante muito tempo, Carangola teve sua economia movida pela produção de café, mais atualmente, o município tem como base de sua economia a agricultura, a pecuária, o comércio, prestação de serviços, construção civil, o desenvolvimento de atividades ligadas à cafeicultura e, também, a indústria de laticínios (PIMENTEL, 2016, p. 130).

Mas além do seu contexto histórico e econômico, acredito que Carangola oferece ainda, uma conjuntura patrimonial muito ampla e que pode estar mascarada nessa narrativa oficial. Tal questão foi o que me motivou a desenvolver essa pesquisa. Antes de tudo, creio ser importante explicar como e por que escolhi Carangola como foco das minhas análises. Durante minha graduação no curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), fiz parte da equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF (MAEA-UFJF). Nos quatro anos que permaneci no MAEA-UFJF, tive como interesse contexto de pesquisas relacionadas ao patrimônio arqueológico, dentre elas educação patrimonial, onde atuei em um projeto como bolsista de extensão e, mais tarde, a Arqueologia Pública. A partir dos levantamentos das ações já realizadas pelo MAEA-UFJF anteriormente, fui apresentada ao contexto arqueológico do Município de Carangola.

Como dito anteriormente, Carangola foi palco de diferentes pesquisas arqueológicas ao longo de mais de dois séculos. Os relatos sobre os sítios

arqueológicos da região remontam o século XIX, quando campanhas incentivadas pela Coroa passaram pelo local com o objetivo de coletar materiais relacionados aos povos que ali habitavam. Já no século XX, foram encontrados vestígios de três aldeamentos no município. O primeiro no trecho inicial da Rua Magalhães Queiroz, em 1918. Décadas mais tarde, no ano de 1969, foi identificado na rua Sebastião Frossard um assentamento, por ocasião de um trabalho de terraplanagem empreendido pela construtora IMBÉ, em Varginha de Baixo, Carangola (CARELLI, 2008). Contudo, os achados não geraram publicações ou estudos de caráter sistemáticos.

Os vestígios que compõem os diferentes sítios da região são do conhecimento da comunidade local mesmo antes de qualquer pesquisa ser realizada. Nessa oportunidade, cabe destacar qual a compreensão de comunidade pensada para a presente pesquisa. O termo comunidade no cenário brasileiro, possui uma grande diversificação conceitual (PORTUGUEZ, 2012). Entre suas diversificações, comunidade pode ser entendida como agrupamento ou vizinhança; ou poderia ser relacionado a comunidades identitárias, tradicionais, étnicas, grupos locais. Em vista disso, é algo que não se define de fato, pois pode vir a se renovar e alterar (PORTUGUEZ, 2012).

No desenvolvimento desse trabalho, diferentes grupos, coletivos, comunidades e movimentos acabaram por compor o cenário da pesquisa. Em vista disso, a escolha de englobá-los em uma única denominação, se deu pelo o fato de que todos se encontram localizados geograficamente no município de Carangola. As pessoas entrevistadas, apesar de muitas vezes pertencerem a grupos sociais distintos, tem em comum o fato de se perceberem enquanto carangolenses, muitas vezes sem ter nem nascido no município. Sendo com isso, uma questão de identificação com o lugar e a sua história.

Mas no que se refere as ações voltadas para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas no município, acredito que sempre partiu do interesse de um pequeno grupo de gestores culturais e professores locais. Preocupados com o estado de conservação dos vestígios encontrados na região, que em 1993 convidaram o pesquisador Prof. Dr. André Prous e a pesquisadora Dr^a. Alenice Baeta, do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, à visitar Carangola. Na ocasião foram emitidos laudos a respeito do estado de conservação dos sítios Toca dos Puri, localizado no distrito de Ponte Alta de Minas e o sítio Fazenda Córrego do

Maranhão, localizado no distrito de Alvorada. Ao mesmo tempo, os pesquisadores sinalizaram as potencialidades de estudos sistemáticos envolvendo os vestígios documentados na região (BAETA; PROUS, 2008). Porém, essas propostas não foram levadas a cabo e o sítio não chegou nem mesmo a ser registrado junto ao IPHAN. Em 1997, a Prof.^a Dr.^a Tânia Andrade Lima, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, visitou o município, também a partir de uma iniciativa da prefeitura local. Porém, novamente nenhuma pesquisa foi realizada e como resultado da visita foi feito apenas o preenchimento da ficha de cadastro do IPHAN (LOURES OLIVEIRA, 2005, 2006, 2008; MAGESTE, 2012).

Mais tarde, por causa do potencial do patrimônio arqueológico regional para as discussões referentes ao processo de ocupação pré-colonial da Zona da Mata mineira, o município de Carangola foi incluído no “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”, conduzido pela equipe do MAEA/UFJF, desde o ano de 2000. A equipe do MAEA-UFJF, também a partir de um convite da prefeitura do município, visitou Carangola em 2005. Nesse momento, o objetivo foi avaliar o estado de preservação do patrimônio arqueológico local e firmar convênio entre a Prefeitura Municipal de Carangola e a Universidade Federal de Juiz de Fora para a realização de pesquisas arqueológicas aliada a trabalhos educativos junto à comunidade.

Em termos práticos, foram executadas intervenções nos sítios Córrego do Maranhão e Toca dos Puri, acompanhadas pela aplicação de um programa de educação patrimonial nas escolas da rede pública municipal e trabalhos de história oral junto às comunidades situadas próximas aos sítios investigados. Tais estratégias, segundo Loures Oliveira (2006), visaram contribuir para a valorização da memória e da história cultural local, bem como para a identificação e interpretação dos sítios arqueológicos. Para os idealizadores das ações, buscou-se durante todo o desenvolvimento da pesquisa contar com o acompanhamento da comunidade por meio da formação de equipes regionais compostas por integrantes dos próprios municípios, para atuar na intermediação e diálogo entre os pesquisadores e a população. Essas tarefas foram orientadas pela a premissa de que a conscientização sobre a importância do patrimônio, relacionada à socialização do conhecimento gerado, acabaria por contribuir não só para sua construção, mas também para sua preservação e usufruto (LOURES OLIVEIRA; MONTEIRO OLIVEIRA, 2001),

O resultado do programa de pesquisas desenvolvidas em Carangola pelo MAEA-UFJF foi exposto, inicialmente, no ano de 2008, no “3º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola; 2º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais e a 1ª Reunião do Núcleo Regional Sudeste da Sociedade de Arqueologia Brasileira”. O evento buscou promover a divulgação e o debate dos conhecimentos obtidos com as pesquisas elaboradas na região, reunindo pesquisadores de diferentes instituições e também a comunidade local (BASTOS, 2008). Dentre as questões levantadas, a principal delas foi em relação à ocupação colonial e pré-colonial da região, com um destaque para as culturas indígenas e o processo de contato, bem como as potencialidades do patrimônio cultural local.

Mais recentemente, em 2011, o município foi novamente abordado pela equipe da Scientia Arqueologia, no âmbito dos trabalhos de Arqueologia preventiva referente ao mineroduto Minas-Rio. Com as atividades, um novo sítio, o Fazenda Santa Cruz, foi descoberto e registrado junto ao IPHAN. Porém, não foi realizado, na ocasião, nenhum estudo mais sistemático e parte do sítio foi destruído pela mineradora responsável pela construção do mineroduto, a Anglo-American. Com isso, outra discussão se instaurou no município no que tange ao patrimônio arqueológico, uma vez que a comunidade tentou impedir a destruição do sítio, recorrendo até mesmo ao Ministério Público, onde foi aberto um processo contra a Anglo.

Ante o histórico apresentado, o que inicialmente me chamou a atenção foi a possibilidade de a comunidade ter realmente sido envolvida em todo o processo envolvendo o patrimônio arqueológico local. Em vista disso, a ideia de discutir esse tema em um projeto de mestrado foi sendo aos poucos construída. Por conta disso, participei do processo seletivo de mestrado em Antropologia do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt-UFPel) e ali vi uma oportunidade de fazer o projeto crescer, tanto em questões teóricas quanto metodológicas.

Cada disciplina cursada, durante o mestrado, contribuiu de alguma forma para o desenvolvimento do projeto. Vi-me refletindo e necessitando discutir novas Arqueologias possíveis. Todo aquele conhecimento tinha que surtir efeito no meu trabalho, na minha própria pesquisa. Por isso, englobei a discussão de uma decolonização da disciplina, pensando a Arqueologia Pública para algo muito além

do que eu já tinha estudado antes. Enfim, re(pensar) a Arqueologia e, com isso, dar um novo rumo ao projeto, não mudando sua base, mas ampliando as discussões para lugares antes não imaginados.

Outra coisa que me cativou durante minha passagem no PPGAnt foi a antropologia. Por ser um mestrado em Antropologia com ênfase em Arqueologia, o programa acaba promovendo certa aproximação entre as duas disciplinas. Acredito que isso me proporcionou realizar novas reflexões e ampliou meus horizontes de estudo. Um exemplo disso foi o fato de eu ter optado por utilizar uma das principais abordagens da Antropologia: a etnografia. O uso dessa perspectiva dentro dos trabalhos arqueológicos, já são discutidos a décadas (CASTAÑEDA, 2008; MCGILL, 2010; PYBURN, 2009; HAMILAKIS, 2011; HOLLOWELL e NICHOLAS, 2008; BEZERRA, 2011,2012). Dentro das propostas de uso da etnografia, escolhi utilizar a Arqueologia etnográfica. A etnografia auxiliada com uma proposta de Arqueologia Pública, oferece à disciplina arqueológica uma diversidade no que se refere à interpretação do passado e de análise sobre a percepção do público com a Arqueologia.

Além das disciplinas, o projeto ganhou novo fôlego durante os trabalhos de campo. Na minha inserção em diferentes grupos sociais de Carangola e Alvorada, optei por realizar um exercício de observação inicial e conhecer esses lugares antes de realmente iniciar as atividades pensadas para aquela ocasião. Como demonstrarei a seguir, esse exercício se revelou importante para o desenvolvimento da pesquisa. Isso porque, foi a partir dessas observações iniciais que consegui estabelecer quais seriam os meus focos de análise.

Nessa experiência, evoquei o que Brandão (2007) destacou sobre chegar na região onde se vai pesquisar e se permitir passar algum tempo de “contaminação” com o local, não adentrando diretamente na pesquisa, sem ter feito antes um trabalho de coleta de dados sobre o lugar. O autor acredita na necessidade de viver um tempo, do que ele chama de “puro contato pessoal”, que pode ser o tempo que o pesquisador dispõe, um dia ou um mês, “até de uma afetiva intimidade com os bares, as ruas, as casas, as pessoas, os bichos, os rios” (BRANDÃO, 2007, p. 13). Em vista disso, resolvi então me deixar “contaminar” pela cidade nos primeiros dias. Deixei-me flutuar pelas ruas e praças. Conheci o comércio local, andei pelas ruas, sentei nas praças e observei as pessoas. A cidade possui algumas casas antigas,

mas que estão dando lugar a novas casas e prédios. Porém, ainda conserva características de uma cidade pequena.

No decorrer do dia, o movimento no centro e nas ruas é grande. A cidade possui duas praças centrais. Uma próxima à rodoviária e outra em frente à Prefeitura de Carangola. Logo se percebe que as duas praças possuem públicos diferentes. A primeira, denominada de “Getúlio Vargas”, é mais frequentada por um público masculino. Todas as vezes que passei por ela e durante os momentos que tirei para observá-la, haviam alguns senhores de idade e alguns motoristas de caminhão que ali paravam para descansar e conversar. Nela, há uma maior concentração de camelôs, pois, pelo que pude observar, o espaço que esse tipo de comércio ocupa na cidade é ao redor dessa praça e da rodoviária. Não vi em mais nenhum outro lugar camelôs, apenas ali.

A segunda praça, conhecida como “Praça Coronel Maximiliano”, também denominada popularmente de Praça da Matriz, pode ser considerada a mais central da cidade e, por conta disso, está sempre muito movimentada. Os principais restaurantes, os Correios, a prefeitura e outros prédios públicos se encontram no entorno dessa praça, além da Igreja Católica Matriz, que foi uma das primeiras fundadas em Carangola. A praça é maior e visualmente mais bonita do que a outra. Possui um fluxo maior de pessoas que a frequentam ou passam por ela durante o dia, ou simplesmente sentam nela esperando a hora do seu ônibus. Essa praça foi um dos meus espaços de análise, por abarcar diferentes públicos, me possibilitando alcançar narrativas diversificadas em torno das questões envolvidas por essa pesquisa.

Outro espaço que se evidenciou durante o campo como local de interesse para as análises propostas nesse trabalho, foi o Museu Municipal de Carangola (MMC). A instituição se encontra em uma situação problemática há muitos anos, principalmente, no que se refere à infraestrutura e manutenção, fruto da falta de incentivo e investimento da Prefeitura de Carangola. Devido a essa situação, o museu foi fechado por tempo indeterminado.

O MMC, criado em 1959, foi o primeiro da região do Vale do Carangola e, atualmente, o único. Seu acervo é formado por peças doadas ou coletadas de entidades públicas e particulares, formado por objetos diversos, como fotografias, documentos, utensílios, peças de arte sacra, mobiliário, armas, pinturas, desenhos e esculturas criadas por artistas locais, objetos e documentos de personalidades de

destaque na cidade, espécimes de zoologia e história natural, Arqueologia, amostra geológicas do território brasileiro e numismática (OLIVEIRA; PIMENTEL, 2008). O acervo arqueológico é formado por 23 mil artefatos de cerâmica, coletados durante as escavações no sítio “Córrego do Maranhão”. Outra coleção que compõe o acervo é formada por material esquelético e tecelagem, retirados do sítio “Gruta dos Puri”, localizado no distrito de Ponte Alta de Minas. Além disso, grande parte do acervo exposto é composto por doação dos moradores locais que encontraram na região fragmentos de cerâmica e material lítico. A casa em que o MMC está abrigado pertencia a uma antiga fábrica que foi muito importante para o desenvolvimento econômico da região, a “*Barbosa & Marques*”. O prédio é antigo e necessita urgentemente de reparos, que estão inclusive colocando em risco a conservação do acervo local e a integridade física das pessoas que ali trabalham.

Além do município de Carangola, também realizei minha incursão no distrito de Alvorada. Esse local também se revelou como fonte de análise para o desenvolvimento desse trabalho. Para se chegar ao distrito, fui informada pelo Alexandre, que teria que pegar um ônibus na rodoviária, pois os ônibus que fazem o trajeto são os mesmos de viagem. Nesse dia contei, com a companhia do Alexandre, antigo morador, que atualmente atua como professor na escola central do distrito, para me apresentar a área.

Logo quando se chega ao local, fica evidente que Alvorada é bem menor que Carangola. A parte central contém uma praça principal denominada de “Nascimento Leal” e, ao redor, se encontra a Igreja Católica e a Escola Estadual Nascimento Leal. No centro da praça, está o antigo Coreto de Alvorada, construído em meados de 1920. Segundo Alexandre, um dos meus interlocutores que mora em Alvorada, o coreto é um dos patrimônios mais antigos do distrito e moradores como ele ficaram felizes de ter sido tombado como patrimônio local. Porém, ele desejava que o mesmo ocorresse com o antigo chafariz da praça. Alexandre fez questão de mostrar esse monumento local, que, segundo ele, é mais antigo que o coreto e com um desenho clássico. Ele questiona por que esse chafariz não foi tombado pelo município, assim como o coreto.

O questionamento do Alexandre depois me fez refletir sobre diversas questões: por que um monumento é considerado patrimônio e outro não? Quem determinou isso? A comunidade foi consultada durante o processo de levantamento dos patrimônios da cidade? Foi considerada a importância desses monumentos para

a comunidade na hora de serem elevados ao título de patrimônio local? O Alexandre contou que a prefeitura simplesmente contratou uma empresa para fazer os levantamentos desses bens e que a comunidade não foi consultada. Prezou-se no levantamento dos bens patrimoniais as obras arquitetônicas e religiosas da cidade.

Diante dos questionamentos surgidos em campo e do contexto no qual, não só o patrimônio arqueológico, mas o patrimônio cultural do município em sua totalidade está inserido, meu olhar para a pesquisa foi sendo alterado e direcionado para as demandas locais. Além da inserção em campo, as análises feitas sobre os trabalhos de Arqueologia realizados no município também incitaram algumas questões que antes não haviam surgido.

Durante as análises realizadas dos dados dessas ações, o que ficou evidente na fala dos moradores locais é um reconhecimento de um passado indígena marcado pela presença do grupo Puri na região, sendo isso registrado e documentado pelos pesquisadores. Porém, acredito ter sido ignorado pelas/os arqueólogas/os, que voltaram toda a sua atenção para a possibilidade de uma ocupação Tupi na região, a partir dados obtidos em suas escavações. No final, o saber local foi deixado de lado para se exaltar o que a Arqueologia considerava importante. Isso permite refletir sobre o papel da Arqueologia, no sentido de para quem ela é feita e qual o papel que a comunidade exerce dentro dessa perspectiva. No caso do município de Carangola, penso que, até o momento, a Arqueologia tem agido em prol dos interesses dos próprios pesquisadores e os moradores tem servido apenas como informantes.

A partir desse cenário, o interesse aqui é compreender qual relação foi estabelecida entre a comunidade e as pesquisas arqueológicas, pois se trata de uma relação histórica, que perpassa por diferentes temporalidades e multivocalidades. Como destacado acima, são mais de dois séculos de ações voltadas para os sítios arqueológicos construíram diferentes informações científicas sobre os vestígios encontrados na região. Porém, muito além dos dados científicos, já haviam as narrativas da própria comunidade sobre esses vestígios, que foram construídas a partir de uma relação baseada em experiências, afetividade e memória sobre o passado regional.

Com isso, questiono qual foi o impacto dos resultados dessas ações na comunidade? Estabeleceu-se uma relação entre arqueólogas/os e comunidade/ Arqueologia e comunidade? Esses trabalhos realizados no município tiveram

ressignificação? Como o patrimônio arqueológico, após as pesquisas terem sido realizadas, é encarado e trabalhado hoje pelos gestores públicos e pela própria população?

Com base nessas questões buscarei pensar em possibilidades de exercício de uma Arqueologia decolonial, que busca produzir um conhecimento “alternativo”, no qual se reconheça os saberes tradicionais e se leve em consideração que existem diferentes forma de ver e interpretar o mundo, cujas contribuições podem encaminhar para um papel mais engajado da disciplina. Em vista disso, esse trabalho será fundamentado na perspectiva da Arqueologia Pública, que acredito ser um espaço de crítica à forma pela qual a disciplina arqueológica é utilizada e pensada por diferentes arqueólogas/os, desde o seu surgimento. Contextualmente, a Arqueologia Pública preocupa-se em entender a relação entre o público e o patrimônio arqueológico. Entre suas propostas, está a análise do impacto que o discurso acadêmico gera na população local, com o intuito de observar o papel que estas últimas exercem na construção do passado e na gestão dos bens arqueológicos (BEZERRA, 2011).

Muito além de ser um meio no qual os trabalhos arqueológicos são divulgados ao público, a Arqueologia Pública busca englobar um conjunto de ações e reflexões que tem por objetivo descobrir a quem realmente interessa o conhecimento produzido, de que forma essas pesquisas afetam a sociedade, como estão sendo divulgadas e apropriadas pelo público (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003). A Arqueologia Pública pode ser concebida como um processo de coprodução, onde todas as partes interessadas colaboram com o trabalho arqueológico, aprendendo umas com a outras no processo e produzindo, juntamente no fim, história multivocal (GNECCO; HERNÁNDEZ, 2008). A proposta desse trabalho é refletir sobre uma pesquisa arqueológica mais engajada, onde se pense e faça algo “para, com, pela” comunidade (SILVA, 2009, p.4). De acordo com Gnecco e Hernández (2008), existe uma emergência de participação do público, principalmente no que diz respeito a sua interpretação do que é Arqueologia.

A partir do contexto apresentado, a dissertação será desenvolvida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, buscarei discutir a prática arqueológica. A disciplina desde o começo de sua formação foi moldada por uma perspectiva colonialista, que influenciou a forma de se fazer e pensar a Arqueologia. Os estudos pós-coloniais surgem então como uma proposta de refletir e criticar esse caráter colonizador que

permaneceu por décadas na disciplina. Acredito que essa nova perspectiva de estudo, onde se pense uma Arqueologia descolonizada, trará elementos para refletirmos sobre o contexto da presente pesquisa.

No segundo capítulo, apresentarei a síntese referente aos contextos histórico e etno-histórico que versam sobre a Zona da Mata mineira. O intuito com a abordagem foi evidenciar um quadro prévio, consolidado a partir de referenciais tradicionais (MERCADANTE, 1973; LAMAS, 2008; BLASENHEIM, 1982; CARNEIRO, 2008), que se estruturam por meio da exclusão de informações expressas, para além das fontes consideradas oficiais. Na prática, o exercício tem como objetivo demonstrar os vieses de atuação de um pensamento colonialista, constantemente reificado e dificilmente superado. Ao mesmo tempo, constitui um ponto de partida para entender os contornos assumidos pelas pesquisas arqueológicas desenvolvidas que, em algumas ocasiões, partiram deste quadro estabelecido para propor novas interpretações.

No terceiro capítulo, abordarei os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no município de Carangola. O objetivo com isso, é pensar quais relações foram estabelecidas entre arqueólogos/os, Arqueologia e comunidade; gestores públicos e o patrimônio cultural; além de refletir também sobre a própria prática arqueológica. Em vista disso, posteriormente, terei elementos para refletir não só sobre em que conjuntura o patrimônio arqueológico local está inserido, mas também como ele vem sendo abordado por diferentes agentes sociais e interpretado pelos moradores do município.

No quarto capítulo, apresento o ensaio etnográfico realizado com a comunidade de Carangola. O foco das análises foi o contexto do Museu Municipal de Carangola. O objetivo com isso, foi perceber o papel da Arqueologia e do acervo arqueológico no cenário patrimonial do município, bem como as ressignificações da comunidade. A partir disso, busquei refletir sobre a prática arqueológica e as relações estabelecidas entre Arqueologia e comunidade.

CAPITULO 1 – ARQUEOLOGIA E DECOLONIZAÇÃO: (RE)PENSANDO A DISCIPLINA

*O menino ia no mato
E a onça comeu ele.
Depois o caminhão passou por dentro do corpo do menino
E ele foi contar para a mãe.
A mãe disse: Mas se a onça comeu você, como é que o
caminhão passou por dentro do seu corpo?
É que o caminhão só passou renteando meu corpo
Eu desviei depressa.
Olha, mãe, eu só queria inventar uma poesia.
Eu não preciso de fazer razão.*

(BARROS, Manoel. *Tratado geral das grandezas do ínfimo*, 2015).

Para os objetivos desse texto, objetivo inicialmente fazer uma breve reflexão sobre o impacto dos estudos coloniais dentro da Arqueologia. A disciplina, desde o começo de sua formação, foi moldada por uma perspectiva colonialista, que influenciou a forma de se fazer e pensar a Arqueologia. Os estudos pós-coloniais surgem então como uma proposta para refletir e criticar esse caráter colonizador que permaneceu por décadas. Acredito que essa nova perspectiva de estudo, onde se pense uma Arqueologia descolonizada, trará elementos para refletirmos sobre o contexto da presente pesquisa.

O objetivo com essa reflexão, é justamente (re)pensar a forma na qual a Arqueologia é pensada e praticada. Ao partir da premissa que a disciplina se constituiu dentro de uma perspectiva colonialista, acredito ser importante discutirmos formas de romper com alguns paradigmas tradicionais da disciplina. Em vista disso, nesse capítulo, apresentarei algumas propostas que surgiram nas últimas décadas dentro da Arqueologia. Acredito que essas forneceram elementos necessários para a reflexão aqui proposta e serão utilizadas no desenvolvimento da presente pesquisa.

1.1 Arqueologia e os estudos coloniais

Nas últimas décadas, os estudos coloniais têm tido bastante repercussão nas disciplinas das Ciências Humanas e Sociais. O colonialismo ocupa um papel significativo na estruturação político-econômica tanto no mundo antigo, quanto no moderno. Suas práticas acabaram por impactar de forma generalizada e transformadora todos os grupos envolvidos em encontros coloniais e também contribuiu de forma crucial nas tradições intelectuais ocidentais, inclusive na Arqueologia (STEIN, 2005).

No que se refere à Arqueologia, Stein (2005) acredita que a disciplina tem muito a contribuir para uma melhor entendimento e análise de alguns aspectos do colonialismo, como por exemplo, das colônias e os encontros coloniais, pelo fato de analisar vestígios materiais e gerar dados a partir desses vestígios. Diferentemente do que se tem feito com o registro textual, no qual muito da teoria colonial e pós-colonial tem se baseado.

Desde de seu início, a Arqueologia contribuiu para a construção das histórias oficiais ou foi apropriada na construção de uma história nacional. Como afirma Jones (1997, p. 1), “o material arqueológico tem sido atribuído a determinados povos do passado, em vista do desejo de alguns povos atuais de traçar genealogia com suas imaginadas origens primordiais”. Segundo Trigger (1984), a maioria das tradições arqueológicas possuía um caráter nacionalista. O próprio desenvolvimento da Arqueologia pré-histórica europeia foi influenciado pelo surgimento do nacionalismo e romantismo pós-napoleônico. Grande parte das pesquisas naquele momento recebiam apoio dos governos, muitos totalitários, que buscavam, a partir das pesquisas arqueológicas, fortalecer o sentimento de patriotismo. Países como a Escandinávia, a Dinamarca e a Alemanha buscaram na Arqueologia pré-histórica um passado glorioso que justificasse, de alguma forma, seus propósitos e direitos ao território (TRIGGER, 1984).

Essa Arqueologia colonialista teve força nos países onde sua população nativa foi significativamente reduzida pelo domínio europeu, ou então, naqueles países onde esse domínio permaneceu por um longo período de tempo, principalmente, no âmbito político e econômico. Dentro dessa perspectiva, os estudos realizados por pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais tinham como foco assuntos que ressaltavam as grandes realizações de povos e a lógica da população branca-ocidental-europeia, restando para os nativos apenas a parte da

história que vinha destacar o quanto ainda eram primitivos, selvagens e "atrasados" se comparados ao "desenvolvimento" europeu.

Em praticamente todo o lugar em que a Arqueologia colonialista foi praticada, ela foi utilizada como instrumento para infamar as sociedades nativas (TRIGGER, 1984), buscando ressaltar que eram povos estáticos, atrasados, que precisavam de auxílio para o seu desenvolvimento. Esse papel caberia aos europeus, únicos desenvolvidos o suficiente para ajudar nesse crescimento. O objetivo desse discurso era promover uma manipulação político-ideológica do conhecimento arqueológico que acabaria por legitimar as ações da prática colonial (RODRIGUES, 1991).

No caso do Brasil, a disciplina arqueológica se desenvolveu em cima de uma perspectiva de sociedades indígenas extintas. Essas populações foram vistas como pertencendo a um passado distante, tendo como lembrança apenas seus restos materiais que mais tarde seriam utilizados na construção de uma narrativa sobre um passado pré-colonial (BARRETO, 1999, 2000). De acordo com Barreto, o histórico da Arqueologia no Brasil é marcado por um confronto do cidadão brasileiro com um passado praticamente desconhecido. Segundo a autora (1999,2000, p. 33),

A perspectiva colonial, do europeu branco explorando um passado exótico e distante, predominou até a institucionalização da Arqueologia dentro de museus e centros de pesquisa científica, a partir do século XIX. Ironicamente, movimentos que valorizaram a cultura indígena, como os movimentos nativistas, o romantismo, e mesmo o modernismo, pouco influíram no desenvolvimento de uma Arqueologia mais científica e menos eurocêntrica.

A Arqueologia começou no Brasil como uma prática acadêmica logo após a proclamação da independência, em 1822. Todas as atividades realizadas receberam incentivo financeiro da Corte Imperial brasileira (FUNARI, 2002). Nesse período, foi dada continuidade à implantação de um discurso sobre as “origens nobres do poder colonial”. A construção desse discurso começou com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, sendo imposto por uma “elite típica do *Antigo Regime*” (FUNARI, 2002). Os povos subordinados, como os escravos e indígenas, foram excluídos deste discurso, que visava ressaltar apenas “a origem e as raízes civilizadas dos ‘bravos’ conquistadores portugueses” (FUNARI, 2002, p. 132).

Durante o Império, esse discurso, além ter permanecido, ainda foi incrementado – por essa mesma elite que continuou mantendo sob o seu controle o poder imperial – com uma idealização da imagem dos nativos da América Latina.

Segundo Funari (2002), isso teria dado início à Arqueologia pré-histórica brasileira. A disciplina ignorava a presença africana na história nacional e os indígenas ganhavam destaque apenas em um papel de povos subordinados (FUNARI, 2002, p. 132).

Nesse período, quanto ao desenvolvimento da disciplina, prevaleceu a visão do colonizador, branco e europeu, sobre o passado dessas populações nativas, vistas como algo exótico (BARRETO, 1999-2000). Tal percepção ainda continua forte no atual cenário brasileiro. O passado indígena é considerado algo distante pela maior parte da população, que não se reconhece como descendente dessa história e, muitas vezes, nega qualquer tipo ligação com esses grupos (LOURES OLIVEIRA, 2004).

Como destaca McGuire (1999), ocorre que a disciplina arqueológica tem servido há muito tempo ao interesse de uma classe média. O autor destaca que nos Estados Unidos a Arqueologia é uma prática colonialista, faz parte de um “empreendimento colonial, o estudo da história do vencido por seus conquistadores” (MCGUIRE, 1999). E no Brasil e na América Latina como um todo, a situação não tem sido diferente.

A Arqueologia latino-americana, através do multiculturalismo, acabou reproduzindo e enfatizando as diferenças culturais e étnicas, apropriando-se de elementos da pluralidade para legitimar o nacionalismo. Isso contribuiu para a alienação das histórias nativas, pois se romperam os laços de continuidade das populações indígenas atuais com os objetos materiais de seus antepassados, deixando-os à margem na história oficial. A história da Zona da Mata pode ser considerada um exemplo desse tipo de situação. Como apresentarei nos próximos capítulos, a historiografia, na maioria das vezes, retrata o processo de colonização ressaltando apenas o papel do colonizador, ignorando qualquer tipo de participação dos grupos indígenas.

A forma com a qual a Arqueologia vem se desenvolvendo enquanto uma disciplina colonialista ao longo de várias décadas, chama a atenção para algumas abordagens dentro das Ciências Humanas que visam discutir os efeitos desse controle colonial. Os estudos pós-coloniais surgem como uma proposta de revisão da história da disciplina e da prática arqueológica.

1.1.1 Abordagens pós-coloniais e decoloniais

A discussão entre Arqueologia e colonialismo cresceu muito nas últimas décadas. Tem-se refletido em como o discurso arqueológico foi e, ainda é, utilizado para legitimar o domínio colonial. Além da Arqueologia, outras áreas científicas, como as Ciências Sociais, vêm pensando em novas formas de abordagem do colonialismo, que no caso seriam os estudos pós-coloniais. Os estudos pós-coloniais têm possibilitado refletir criticamente sobre o imperialismo ocidental e o colonialismo (MORO-ABADIA, 2006). Esse campo de estudo vem influenciado diversas disciplinas e traz luz a discussões sobre “os efeitos culturais, políticos, econômicos e sociais provocados pelo processo colonial desde o século XVI até os dias de hoje” (MORO-ABADIA, 2006, p. 5).

Os estudos pós-coloniais, a partir da década de 1970, passam a ser utilizados por críticos literários, que visam discutir e analisar os efeitos da colonização. Tal proposta possui um caráter interdisciplinar e vem sendo pensado por diferentes pesquisadores, como Gramsci, Foucault, Lacan, Said, Bhabha, Spivak, Gayatri (MORO-ABADIA, 2006, SCHMIDT, 2009).

O termo pós-colonialismo, utilizado por esses autores, vai muito além de pensar a situação após a experiência colonial. O foco não está relacionado ao tempo histórico após os processos de descolonização que ocorreram nos lugares chamados de “terceiro mundo”, em meados do século XX (BALLESTRIN, 2013, p. 90). O objetivo é abordar o tema a partir de uma oposição aos discursos e práticas coloniais e imperialistas (SCHMIDT, 2009, p. 137).

As abordagens pós-coloniais chamam a atenção para o papel que a criação de essencialismos históricos desempenham e, também, buscam desafiar as epistemologias colonialistas tradicionais, a partir do questionamento do conhecimento dos colonizados e as representações feitas destes no período imperial e colonial (LIEBMANN, 2008). Pode-se dizer, que:

Teorias pós-coloniais abordam os efeitos complexos de colonização, colonialismo e descolonização em formações culturais, reconhecendo que longos períodos de dependência forçada e hegemonia tem profundos impactos não só sobre as sociedades do colonizado, mas sobre os que os colonizadores também. Os escritores pós-coloniais questionam as histórias, as literaturas e as antropologias produzidas pelo cânone acadêmico ocidental, afirmando que os estudos gerados dentro dos contextos colonial e imperial frequentemente inscrevem a inferioridade sobre os povos

colonizados, distorcendo suas experiências (Said, 1978). (LIEBMANN, 2008, p. 2-3).

Na perspectiva de Santos (2004), o pós-colonialismo se apresenta como a junção de correntes teóricas, que tem como um fator comum dar prioridade tanto teórica como prática às relações desiguais entre Norte e Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. A fim de contextualização, o Norte e o Sul são destacados pelo autor a partir de um aspecto global. O autor usa esses termos na discussão que ele propõe fazer sobre *Epistemologias do Sul*. Na perspectiva de Santos (1995, p. 508), “Uma *Epistemologia do Sul* assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”.

Em vista disso, no ano de 2010, Santos e a autora Maria Paula Meneses lançaram o livro intitulado também de **Epistemologias do Sul**. A obra apresenta textos de diversos autores, com o objetivo de voltar a olhar para o Sul global e contestar a ideia dos saberes e valores únicos estipulados pelo Ocidente, que por sua vez é capitalista e colonialista. Para os autores, *Epistemologias do Sul* está relacionado a um conjunto de intervenções de cunho epistemológico que buscam denunciar a supressão de saberes pela norma epistemológica dominante; valorizar esses saberes que resistiram à tentativa de exclusão, destacando as reflexões que esses têm produzido; investigar possibilidades de estabelecer um diálogo horizontal entre conhecimentos, que os autores denominam como ecologia dos saberes (SANTOS; MENESES, 2010). A obra como um todo vem a acrescentar muito na discussão e emergências histórica dos povos do Sul. Segundo os autores, as *Epistemologias do Sul* propõem responder três questionamentos:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? (SANTOS; MENESES, 2010, p. 10).

As respostas a esses questionamentos se baseiam na intenção de repensar modelos epistemológicos que a ciência moderna, em sua soberania, fez questão de ignorar. A partir dessa busca, podem ser reveladas identidades e culturas, que, durante vários séculos, foram suprimidas pela dominação política e cultural do colonialismo, onde se fundou uma visão de mundo etnocêntrica. É em relação a isso

que a discussão proposta na obra em questão chama a atenção. Parte-se da constatação de que a preponderância do colonialismo penetra questões que vão muito além do âmbito político e econômico. Elas geram relações sociais desiguais entre os grupos dominantes e os povos/ nações subjugadas. E mesmo tendo findado a colonização, os resquícios deixados por ela ainda são muito fortes (SANTOS; MENESES, 2010)

Em vista disso, pode-se dizer que o colonialismo diz respeito também, a uma dominação epistemológica. Essa dominação resulta em uma relação de caráter desigual entre saber-poder, onde os povos antes colonizados, tiveram seus saberes desmantelados por esse sistema de controle, sendo relegados a um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2010, p. 13). Como destacam Souza e Meneses (2010, p. 12), “o colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber”.

Dentro dessa proposta de diferenciação entre as duas abordagens, cabe distinguir colonialidade e colonialismo. O termo colonialidade do poder, utilizado pelos autores, remete ao conceito desenvolvido por Anibal Quijano, em 1989. Para Quijano (2005), esse conceito exprime que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não acabaram junto com o fim do colonialismo. Com isso, ele chama a atenção para o fato de que existe uma continuidade das formas de dominação colonial, que são (re)produzidas a partir de culturas coloniais e das “estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/ocidental” (BALLESTRIN, 2013, p. 100). Para Quijano (1992):

La colonialidad, en consecuencia, es aún el modo más general de dominación en el mundo actual, una vez que el colonialismo como orden político explícito fue destruido. Ella no agota, obviamente, las condiciones, ni las formas de explotación y de dominación existentes entre las gentes. Pero no ha cesado de ser, desde hace 500 años, su marco principal. Las relaciones coloniales de períodos anteriores, probablemente no produjeron las mismas secuelas y sobre todo no fueron la piedra angular de ningún poder global (QUIJANO, 1992, p. 14).

O conceito de colonialidade diverge do termo colonialismo, pois tratam-se de momentos históricos distintos (DAMÁZIO, 2009). Para Mignolo (2008), esse conceito perpassa diferentes âmbitos que vão além da questão do poder, atingindo também as dimensões do saber e do ser. A colonialidade, para o autor, seria o lado invisível da modernidade. E, ao mesmo tempo, colonialidade diz respeito a “histórias,

subjetividades, formas de vida, saberes e subjetividades colonizadas, a partir dos quais surgem as respostas descoloniais” (DAMÁZIO, 2009, p. 2). Segundo Mignolo (2008, p. 249), “a conceitualização mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade é já o pensamento de-colonial em marcha”. Mas, para ele, a origem do pensamento de-colonial é mais remota, emergindo como contrapartida desde a fundação da modernidade/ colonialidade. Segundo Catherine Walsh (2005),

O projeto da modernidade/colonialidade se considera como paradigma-outro pelo fato de que tenta construir um pensamento crítico que parte das histórias e experiências marcadas pela colonialidade e não pela modernidade, e também pelo fato de que busca conectar formas críticas de pensamento não só na América Latina como em outros lugares do mundo onde a expansão imperial/colonial e a própria colonialidade negam a universalidade abstrata do projeto moderno e apontam a modos de pensar, ser e atuar distintos (WALSH, 2005, p.21).

Essas abordagens oferecem ferramentas de análise para a Arqueologia, que vão contribuir para a disciplina poder identificar e desconstruir os discursos colonialistas. E isso possibilita desencadear uma série de reflexões dentro da disciplina, desconstruindo sua própria história. É possível, então, a partir desses debates, pensar em uma Arqueologia mais ética e de-colonial, que expresse seu caráter político e reconhece os impactos sociais e culturais que suas investigações e interpretações provocam.

1.1.2 Decolonização da Arqueologia

De acordo com Liebmann (2008), as representações do passado, principalmente no que diz respeito a povos colonizados, tem um efeito maior nas relações de poder contemporâneas, que podem acabar afetando de forma negativa, as comunidades cujo passado é o tema da pesquisa arqueológica. Por isso, "na formulação de qualquer discurso sobre o passado, as/os arqueólogas/os precisam considerar as maneiras pelas quais as suas formas de pesquisa têm sido moldadas por representações colonialistas" (LIEBMANN, 2008, p. 8).

Na busca pela compreensão do passado, existem diversas linhas de evidências que fornecem dados e ferramentas que são utilizados pela Arqueologia. Mas muito desse conhecimento utilizado está baseado em formulações e metodologias ocidentais que, frequentemente, não leva em consideração que os

modelos de interpretação e as práticas utilizados muitas vezes não condizem com as perspectivas das comunidades (ATALAY, 2006).

Em seu desenvolvimento, a Arqueologia tem se deparado com a questão de que os artefatos podem vir a significar relações pretéritas, partindo do princípio de que existe uma compatibilidade entre o material e o social. Porém, essa relação, nas vertentes teóricas da disciplina, não é vista de uma forma simétrica, pois sempre acaba preponderando um elemento sobre outro, ocorrendo a busca de entendimento do social pelo material ou o contrário (NEUMANN, 2008). Como afirma Neumann (2008), muito além de uma opção heurística, a prioridade dada “aos aspectos materiais ou simbólicos na forma como as pessoas se organizam coletivamente e usam o espaço reflete uma questão epistemológica” (NEUMANN, 2008, p. 82), que ainda recebe pouco atenção no desenvolvimento da produção do conhecimento arqueológico.

Nesse sentido, é frequentemente discutido que a pesquisa arqueológica é realizada, em grande medida, por pessoas que não pertencem aos grupos que estão sendo estudados, sendo construída a partir de uma visão ocidental, nos campos da interpretação, da escrita e do ensino (ATALAY, 2006). Acredito que existe na academia e, particularmente, na Arqueologia, certo monopólio na narrativa acadêmica, que vem dominando o meio científico e classificando o que é produzido. Isso nos chama a atenção para a necessidade de romper com essa hegemonia acadêmica que vem produzindo conhecimento a acerca dos “outros” e projetando seus ideais ocidentais em diferentes povos. Essa opção descolonial, segundo Mignolo (2008), é epistêmica e se desvincula dos fundamentos dos conceitos ocidentais e de acumulação de conhecimento, buscando aprender e desaprender, mesmo que numa totalidade, já tenhamos sido “programados pela razão imperial/colonial” (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Segundo Gneco (2009), a Arqueologia tem passado por dois caminhos, sendo um deles a “violência epistêmica” contra outras sociedades e suas formas de fazer história e o “entendimento interdiscursivo”. A Arqueologia, ao se apoiar em projetos nacionais e colonialistas, apresenta como um instrumento de violência epistemológica, pois vem forjando identidades culturais essencializadas (GNNECO, 2009; FERREIRA; FUNARI, 2009). A “violência epistêmica” é uma das piores consequências da co-produção entre modernidade e colonialismo, pois tem

permitido que uma visão de mundo se sobreponha sobre às demais (GNECCO, 2009, p. 16). Sobre a “violência epistêmica”, Gnecco coloca:

En contra de la visión de los académicos occidentales que consideran el colonialismo como residual a la modernidad – um produto indeseado, para algunos, o abiertamente deseado, para otros (Trouillot, 1991; Larraín, 1996) – algunos escritores latinoamericanos (Quijano, 1990; Dussel, 1994; Castro, 2005) han propuesto que modernidad y colonialismo se han co-producido mutuamente. Los discursos colonialistas están atravesados por um proyecto moralizante que supone que (a) la civilización moderna es superior; (b) esta superioridade supone un imperativo moral: civilizar, modernizar, desarrollar a los primitivos, salvajes, bárbaros, subdesarrollados, tercer-mundistas; y (c) si este empeño moral encuentra oposición o se concibe como imposible el uso de la violencia resulta legítimo y el victimario se resignifica em víctima y el sufrimiento de los otros aparece como inevitable (Dussel, 1994). Una de las características más insidiosas de la co-producción entre modernidad y colonialismo ha sido la violencia epistémica que ha permitido que una visión del mundo se imponga sobre las demás. La dominación epistémica no borra, simplemente, los sistemas de conocimiento y las cosmovisiones de los colonizados. Lo que hace es mucho más perverso (y efectivo): distorsiona, confunde, agrupa. El colonialismo no destruye tanto como construye; esa construcción es más efectiva que la simple destrucción. El universo simbólico de los pueblos conquistados nunca es el mismo después de la intervención de la máquina colonial (GNECCO, 2009, p. 16).

Segundo Gnecco (2009), a “violência epistêmica” acabou por caracterizar a modernidade e não tem sido superada no mundo multicultural. Porém, tem assumido novos perfis, alguns que foram até mesmo mais acentuados na modernidade, porque agora estimulam as políticas públicas a promoverem a diversidade em vez de condená-la. Sendo assim, pensar em uma Arqueologia comprometida com a superação da “violência epistêmica”, é pensar em uma busca por outros caminhos, “relacionais” ou “interculturais” (GNECCO, 2009, p. 15-16).

O autor supracitado destaca que Arqueologia latino-americana há muito tempo vem incorporando as políticas do multiculturalismo e isso acaba por reproduzir as diferenças culturais como uma entidade essencializada, o que pode criar espaço para a construção de novos nacionalismos étnicos. Com isso, fica evidente que os projetos colonialistas e nacionalistas de aglutinação e normatização das diferenças culturais não foram superados (GNNECO, 2009; FERREIRA; FUNARI, 2009).

A promoção multicultural das diferenças culturais deve ser percebida como uma “igualação desasitivante”, termo usado por Gnecco (2010), que nos chama a atenção para um olhar crítico no que diz respeito a essa questão multicultural, percebendo que não se trata de uma “concessão à horizontalidade” (GNECCO,

2010, p 101). Para o autor, ao invés de dar ênfase nas diferenças culturais que o multiculturalismo promoveu, devemos falar de diferenças coloniais.

Para muitos movimentos sociais, a academia é entendida como uma iniciativa colonialista que não tem “cura”. E apesar de parecer perdida qualquer expectativa de mudança por esses setores da comunidade, acredito que existe sim uma tentativa por parte de arqueólogas/os, em exercer o papel social que cabe à disciplina arqueológica. Como destaca Gnecco (2010),

“[...] se a academia não milita contra a discriminação e a subordinação serão poucas suas oportunidades de ser socialmente responsável nos tempos que correm. [...]. Felizmente, os acadêmicos não são os únicos guardiões das portas do céu descolonial. Os movimentos sociais estão suficientemente empoderados para lutar por suas agendas, algumas das quais podem querer nosso acompanhamento (GNECCO, 2010, p. 101-102)

Para o autor, a descolonização das metodologias e narrativas arqueológicas se apresenta dentro de uma perspectiva de Arqueologia relacional, que dialoga com o público e com os movimentos sociais (GNNECO, 2009; FERREIRA; FUNARI, 2009). A Arqueologia relacional, colocada por Gnecco (2009), acredita na existência de um consenso mínimo estabelecido através de discussões abertas e horizontais, ressaltando que as diferenças podem ser negociadas. Ela promove estratégias de investigação participativas e pertinentes aos contextos locais e acaba por fomentar a produção de conhecimentos alternativos a partir do reconhecimento de saberes tradicionais e suas próprias visões de mundo.

A Arqueologia relacional busca compreender as novas relações do local com o global, as autorepresentações dos movimentos sociais e sua articulação com as representações acadêmicas. Assim, o conhecimento é validado não apenas na produção acadêmica convencional, mas também em sua funcionalidade como ação social criativa, crítica e transformadora de problemáticas locais que constituem os núcleos de investigação (GNECCO, 2009, p. 20).

Atualmente, a partir das reflexões oriundas das discussões sobre colonialidade, cada vez mais arqueólogas/os buscam meios de decolonizar o conhecimento e a prática arqueológica, pensando novas metodologias para a investigação do passado. Nos últimos anos, houve um aumento significativo da produção do conhecimento arqueológico latino-americano. Essa produção vem buscando pensar nos contextos arqueológicos locais a partir de metodologias,

debates e de saberes construídos nos países colonizados, se distanciando, com isso, dos métodos europeus que são utilizados há anos como modelo para as pesquisas arqueológicas no Brasil e no restante da América Latina. Neves (2015) reforça que já é hora de a Arqueologia latino-americana se descolonizar, ou seja, parar de buscar metodologias e referenciais teóricos de fora (Europa, por exemplo), e começar a usar o que está sendo produzindo aqui, criando modelos apropriados para estudar os contextos aqui encontrados.

1.2 (Re)Pensando a prática arqueológica

A Arqueologia, nas últimas décadas, vem sofrendo mudanças positivas, que acabaram por proporcionar na disciplina uma autocritica de suas práticas, principalmente, aquelas que ainda eram colonialistas (ALFONSO, 2012, p. 41). Como destaca Little (2009), diversas/os arqueólogas/os têm buscado repensar as formas pelas quais estão fazendo Arqueologia, não só questionando a prática em si, mas também o papel que exercem na sociedade e como a Arqueologia pode vir a ser utilizada. Segundo a mesma autora, tem-se pensado que a disciplina arqueológica desempenha um papel na sociedade, que vai muito além do conhecimento utilizado apenas na/ para a academia, mas também como esse conhecimento pode contribuir para melhorias de vida na sociedade (LITTLE, 2009, p. 115).

Esse viés mais social da Arqueologia vem ganhando destaque desde o final da década de 1960, quando se começou a debater também questões relacionadas a ética na disciplina (ALFONSO, 2012). Nesse momento, a discussão se firmou dentro da percepção de conservação do material arqueológico. Segundo Alfonso (2012), as questões relacionadas a repatriação do patrimônio arqueológico fortaleceram os debates sobre ética na disciplina.

Mas foram nas décadas de 1970 e 1980 que as questões referentes às funções sociais da Arqueologia ganharam ainda mais força. A partir de questionamentos dos próprios arqueólogas/os, que começaram a voltar seu olhar para a forma como deveriam ser estabelecidas as relações entre os acadêmicos, suas investigações e a sociedade como um todo. Tal movimento foi influenciado pelas discussões elaboradas dentro da Arqueologia pós-processual (FUNARI; CARVALHO, 2007).

O pós-processualismo surgiu a partir de uma insatisfação de como a Arqueologia estava sendo pensada dentro da corrente arqueológica que estava em voga naquele momento, o processualismo (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1999-2000). As abordagens pós-processualistas vieram como uma nova proposta, onde se apontava a necessidade de se pensar em fatores cognitivos, nas dificuldades da epistemologia positivista e os problemas com o desenvolvimento da teoria do alcance médio.

Os pesquisadores envolvidos com essa perspectiva se preocuparam em enfatizar os aspectos políticos e públicos da disciplina (HODDER, 1999). De acordo com Ian Hodder (1999), os pesquisadores comprometidos com a abordagem defendem a ideia de que a ênfase na objetividade, envolvendo generalizações universalizantes, não deve ser o caráter específico da Arqueologia. Pelo contrário, a disciplina deve perseguir contextos históricos significativos, onde a relação entre indivíduo e seus objetos constituem uma via de mão dupla, onde ambas atuam ativamente (LOURES OLIVEIRA ET AL, 2012).

O objetivo era criar abordagens que possibilitassem novas formas de se pensar a Arqueologia. A partir da década de 1980 e dessa nova vertente dentro da disciplina, a cultura material passou a ser entendida como algo constituído de significado, sendo os artefatos agora encarados como algo que vai além de mais uma forma de lidar com o meio. Foram desenvolvidas diversas abordagens dentro do pós-processualismo, que possibilitaram novas formas de encarar a Arqueologia. Essas abordagens foram influenciadas por três perspectivas diferentes que davam enfoques em aspectos cognitivos, estruturalista e do pensamento marxista. Essas novas perspectivas possibilitaram o desenvolvimento de uma postura mais crítica na Arqueologia (SOLTYS, 2010).

As discussões promovidas pela Arqueologia pós-processualista trouxeram uma preocupação com o papel social do arqueólogo. Essa abordagem estava inserida nos debates relacionados ao Pós-Modernismo, que se baseava no conceito de que as ciências seriam construções discursivas, incluídas em contextos sociais (FUNARI, 2003a, p. 50).

Esses debates sobre o papel social da Arqueologia se intensificaram principalmente depois da criação do *World Archaeological Congress*, em 1986. Esse congresso reuniu diversas/os arqueólogas/os e também grupos indígenas, com objetivo em comum: discutir sobre as dimensões sociais da Arqueologia (FUNARI,

2004,2005). Em termos de proporções mundiais, “a fundação do *World Archaeological Congress* representou uma tomada de posição, por parte de muitas/os arqueólogas/os, quanto à epistemologia e à ética da práxis arqueológica” (FUNARI, 1998, p. 1). No que tange à América do Sul, esse movimento proporcionou a retomada de uma reflexão crítica na disciplina, que durante duas décadas foi impedida por conta do regime ditatorial que se instaurou no país (FUNARI, 1998, p. 1).

Esse viés social e de questões éticas da Arqueologia foi impulsionado, também, por uma preocupação com a conservação e gestão do patrimônio arqueológico. Segundo Morse (1994), as/os arqueólogas/os preocupados com essas questões, passaram a se dedicar em preservar esses bens patrimoniais. Em cima disso, iniciou-se uma outra discussão ética dentro da disciplina, agora deveria se pensar na relação entre arqueólogas/os e outros grupos interessados nos vestígios arqueológicos (MORSE, 1994 *apud* ALFONSO, 2012, p. 42).

Em vista disso, a Arqueologia tem presenciado, nas últimas décadas, o surgimento das chamadas “Arqueologias colaborativas” e “Arqueologias alternativas”. Como exemplo, destaco as chamadas Arqueologias indígenas que buscam uma abordagem simétrica de interpretação e atuação em campo (SILVA, 2012; MILLION, 2013; WANDERLEY, 2014). Isso desencadeia novas formas de pensar a Arqueologia, “onde a multivocalidade e a reflexividade são entendidas como componentes fundamentais da prática arqueológica, desde a concepção do projeto, passando pela construção do conhecimento e pela divulgação dos dados da pesquisa” (SILVA, 2012, p. 26). De acordo com Gnecco (2012), essas “Arqueologias alternativas” têm sido definidas como novos debates na Arqueologia que buscam diferir dos métodos tradicionais da disciplina e que, também, tem buscado se posicionar a respeito de questões relacionadas à descolonização e hierarquias acadêmicas na pesquisa arqueológica (GNECCO, 2012, p. 9).

Nessa perspectiva, acredito ser importante apresentar as propostas feitas por Alfredo Gonzalez-Ruibal (2012), em seu texto “Hacia outra arqueología: diez propuestas”. O autor vai apontar algumas questões que deveriam ser abordadas nos cursos de formação e trabalhos arqueológicos, bem como, fazer parte do caráter da disciplina, no sentido de ser algo imprescindível para o desenvolvimento desta. As propostas são: 1) uma Arqueologia sem limites temporais; 2) uma Arqueologia multitemporal; 3) uma Arqueologia participativa e pública; 4) uma Arqueologia

autenticamente política; 5) uma Arqueologia criativa; 6) uma Arqueologia com sua própria retórica; 7) uma Arqueologia que reivindica a materialidade; 8) uma Arqueologia em pé de igualdade com outras ciências; 9) uma Arqueologia global; 10) uma Arqueologia que só pode ser teórica (RUIBAL, 2012, p. 103).

O autor discute, não só pelo viés da simetria, mas também com referências de-coloniais, uma crítica à Arqueologia que não consegue se desprender dessa temporalidade ocidental. Para Ruibal, existe a necessidade, hoje, de uma Arqueologia multitemporal, onde se aborde temporalidades múltiplas. Outro elemento que ele ressalta, é que toda Arqueologia deveria ser pública. Para o autor, a multivocalidade é um dos pilares da Arqueologia pós-processual (RUIBAL, 2012, p. 105-107).

Buscando exemplificar um trabalho de Arqueologia colaborativa, dentre os diferentes projetos realizados hoje no Brasil, cito o da professora Fabiola Silva (2011), que vem desenvolvendo pesquisas junto a população Asurini, desde 1996². A pesquisadora vem buscando, no desenvolvimento da pesquisa arqueológica, uma articulação tanto da perspectiva ocidental quanto da perspectiva indígena sobre a Arqueologia da área, o que a tem feito refletir sobre sua prática e, também, sobre o trabalho que vem desenvolvendo ao longo de quatorze anos com os Asurini do Xingu (SILVA, 2011, p. 265).

A partir de toda a experiência vivenciada e da interlocução com os Asurini, a autora questiona: “Qual é o papel do arqueólogo? Produzir e disseminar o conhecimento arqueológico sobre o passado? Facilitar o envolvimento do passado em um presente multicultural?” (SILVA, 2011, p. 266). Fabiola Silva acredita que a prática arqueológica e a interpretação que as/os arqueólogas/os fazem sobre o passado, devem “levar em consideração as múltiplas vozes interpretativas sobre a trajetória humana no passado” (SILVA, 2011, p. 266). Arqueólogas/os não são os donos do passado, mas talvez possuam a responsabilidade de possibilitar, o que a autora chama de a “*tradução multivocal do passado no presente*”. E para que isso ocorra, seria preciso que se descolonizasse a construção do conhecimento arqueológico.

Como proposta de uma nova forma de ver e fazer Arqueologia destaco aqui as questões relacionadas não só à devolução dos dados das pesquisas

²Os Asurini do Xingu, são um grupo indígena Tupi, pertencente ao troco linguístico Tupi-Guarani, que ocupam a Terra Indígena Kuatínemu, no estado do Pará.

arqueológicas, mas também uma Arqueologia onde se tenha a participação da comunidade que vive no entorno dos sítios arqueológicos. A proposta aqui é refletir sobre uma pesquisa arqueológica mais engajada, onde se pense e faça algo “para, com, pela” comunidade (SILVA, 2009).

1.2.1 Por uma Arqueologia Pública

A Arqueologia Pública é considerada uma perspectiva que permite novas maneiras de se pensar e fazer a Arqueologia. Contextualmente, tal proposta tem o objetivo de entender a relação entre comunidades e o patrimônio arqueológico, analisando o impacto que o discurso acadêmico gera nessas comunidades, buscando observar o papel que estas últimas exercem na construção do passado e na gestão dos bens arqueológicos (BEZERRA, 2011). A abordagem tem se revelado promissora no que diz respeito às reflexões provenientes das “pesquisas sobre as relações de distintas comunidades locais com o patrimônio arqueológico têm tido impacto direto no reconhecimento das narrativas nativas sobre o passado e na gestão desses bens” (BEZERRA, 2013, p. 108).

Historicamente, o conceito de Arqueologia Pública surgiu de um processo de reflexão, em que, a partir da influência de pós-processualistas e de teorias marxistas, passou-se questionar e revisar o papel da Arqueologia como ciência (CARVALHO; FUNARI, 2007). O conceito teve amplo desenvolvimento, principalmente, nos Estados Unidos, na década de 1970, com a publicação do livro **Public Archaeology**, de McGimsen (1972). A obra trazia a preocupação acerca do processo de destruição de sítios arqueológicos que se agravou devido ao crescente processo de urbanização e industrialização. Ao longo de seu texto, o autor já apontava para necessidade de se reconhecer o papel social da Arqueologia (FERNANDES, 2007).

A divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas é um dos principais meios no qual o público pode ter conhecimento dos trabalhos realizados no país. Porém, a Arqueologia Pública não se resume apenas na divulgação dos conhecimentos advindos de pesquisas arqueológicas, mas também busca englobar um conjunto de ações e reflexões que tem por objetivo descobrir a quem realmente interessa o conhecimento produzido, de que forma essas pesquisas afetam a sociedade, como estão sendo divulgadas e apropriadas pelo público (BEZERRA DE

ALMEIDA, 2003). A Arqueologia Pública pode ser concebida como um processo de coprodução, onde todas as partes interessadas colaboram com o trabalho arqueológico, aprendendo umas com a outras no processo e produzindo, juntamente no fim, história multivocal (GNECCO; HERNÁNDEZ, 2008).

De acordo com Gnecco e Hernández (2008), existe uma emergência de participação do público, principalmente no que diz respeito a sua interpretação do que é Arqueologia. Por isso, a participação do público tornou-se significativa para a proteção do patrimônio arqueológico, além de ser uma excelente estratégia para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas (GNECCO; HERNÁNDEZ, 2008). Essa perspectiva tem promovido uma ampla reflexão sobre as possibilidades de atuação da Arqueologia que vai além das questões de âmbito acadêmico científico, na medida em que possui um viés político social mais abrangente.

Atualmente, no Brasil, diversos trabalhos sobre a Arqueologia Pública vêm sendo publicados (MENEZES, 2009; FUNARI, CARVALHO, 2007; FUNARI, ROBRAHN-GONZALEZ, 2008; FUNARI, TAMANINI, OLIVEIRA, 2012; BEZERRA 2003, 2011, 2013; CARNEIRO, 2014; RANZANI DA SILVA, 2011; SCHANN, MARQUES, 2012; GODOY, 2014; FERNANDES, 2007; ANJOS, DOMANSKI, 2011; ALFONSO, 2012), propondo discutir questões teóricas, possibilidades de pesquisa e estudos de caso sobre a abordagem e a relação entre Arqueologia e comunidade.

A pesquisadora Márcia Bezerra também tem desenvolvido diversos trabalhos no âmbito da Arqueologia Pública. Em trabalhos como **“As moedas dos índios”**: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil (2011) e, também, **Os sentidos contemporâneos das coisas do passado**: reflexões a partir da Amazônia (2013), a autora traz reflexões sobre a relação entre as comunidades locais na Amazônia e o patrimônio arqueológico. Em suas análises e observações, ela considera a percepção tátil como elemento importante no reconhecimento e na apropriação das *coisas do passado*.

No contexto da Zona da Mata mineira, até o presente momento, ainda são poucas as análises desenvolvidas envolvendo público e Arqueologia. Uma vez que a região vem sendo objeto de estudo para diversos trabalhos arqueológicos em diferentes momentos, torna-se pertinente verificar como a comunidade ao longo dos anos foi afetada direta ou indiretamente com essas pesquisas. Nesse ponto, acredito que a etnografia se apresenta como uma perspectiva interessante para se trabalhar

com comunidades. Por conta disso, escolhi essa abordagem para tentar compreender os objetivos aqui propostos.

1.3 A abordagem etnográfica

A etnografia, geralmente desenvolvida no âmbito da Antropologia, possui diferentes técnicas e procedimentos que são utilizados com o objetivo de coletar maiores dados em campo. No trabalho de campo, busca-se descrever o “outro” a partir de um processo de observação e experimentação do seu cotidiano (INGOLD, 2008). Segundo as autoras Rocha e Ekert (2008), essa busca em estudar o “outro” tem como objetivo conhecê-lo. Nesse processo de conhecimento, também acabamos nos conhecendo melhor (2008, p. 4).

A etnografia ganhou maior visibilidade a partir do século XX com o pesquisador anglo-polonês Bronislaw Malinowski, que, em seu livro lançado em 1922, intitulado **Argonautas do Pacífico Ocidental**, relata os anos que viveu entre os trobriandeses, onde aprendeu o idioma nativo, observou, descreveu e vivenciou situações cotidianas do grupo. Foi o seu convívio com o grupo estudado que possibilitou aderir a um novo tipo de abordagem referente ao método na antropologia, que seria focar na perspectiva de mundo dos nativos e não no pesquisador e na sociedade ocidental em que ele está inserido (CHIESA; FANTINEL, 2014). De acordo com Malinowski (1978, p. 36), a etnografia pode ser definida como a “compreensão do ponto de vista do outro, sua relação com a vida, bem como a sua visão do mundo”.

No Brasil, um dos trabalhos etnográficos mais emblemáticos foi desenvolvido pelo etnólogo alemão Curt Unkel Nimuendajú, na primeira metade do século XX. Nimuendajú veio ao Brasil em 1903 e passou a conviver com diferentes grupos indígenas (DAMATTA, 2010, p. 250). Segundo Amoroso (2001), Nimuedajú já utilizava o método etnográfico, que só mais tarde veio a ser consagrado pela antropologia (AMOROSO, 2001, p. 175). No desenvolvimento do método, o etnólogo buscava estudar a língua nativa e defendia uma longa permanência e imersão nas comunidades indígenas (AMOROSO, 2001, p. 175). Desse modo, Nimuendajú produziu relatos valiosos a respeito dos grupos os quais visitou, tendo também registrado de forma meticulosa as instituições ameríndias, sendo que o resultado

obtido a partir desses registros foi algo que superou todo e qualquer conhecimento de sua época sobre o assunto (AMOROSO, p. 174).

A proposta etnográfica vem sendo definida e trabalhada por diversos pesquisadores de formas diferentes. Como destaca Peirano (2014), as definições sobre a etnografia podem variar de acordo com o autor, podendo ser considerada, por exemplo, “arte, para Evans-Pritchard, fonte de comparação, para Radcliffe-Brown, origem da teoria etnográfica, para Malinowski” (PEIRANO, 2014, p.380). Mas apesar das diferentes possibilidades de compreensão, tem algo na pesquisa etnográfica que não muda, o exercício de olhar e escutar. Esse exercício faz com que o pesquisador(a) se desloque de sua própria cultura para se inserir no contexto por ela/ ele observado “através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2). Segundo as autoras mencionadas:

A acuidade de observar as formas dos fenômenos sociais implica na disposição do(a) pesquisador(a) a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional para penetrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas, ultrapassando a noção ingênua de que a realidade é mensurável ou visível, em uma atitude individual. O observar na pesquisa de campo implica na interação com o Outro evocando uma habilidade para participar das tramas da vida cotidiana, estando com o Outro no fluxo dos acontecimentos. Isto implica em estar atento(a) as regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos legitimados por estruturas de poder (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 4).

Para Brandão (2007), o trabalho de campo é uma vivência, uma experiência que vai muito além do aspecto científico da pesquisa. Pois, como ele coloca, se estabelece uma “relação produtora de conhecimento”, onde diferentes grupos de pessoas fazem parte no desenvolvimento da pesquisa. (BRANDÃO, 2007, p. 12). A prática de campo consiste em um período de convivência entre o pesquisador(a) e a comunidade. Para isso, utiliza-se técnicas de pesquisa da observação participante, direta e flutuante, as conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas, entre outras (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 1).

A observação participante é uma das principais técnicas utilizadas na etnografia. A observação participante pode ser definida como um processo no qual o observador se insere em um contexto social da comunidade em que estuda, com a finalidade de realizar uma investigação científica (CICOREL, 1980, p. 89). Na

experiência de observação, o observador está face-a-face com os observados participando da vida deles, experimentando o seu cotidiano dentro do seu cenário natural, e assim, terá dados para as suas análises (CICOREL, 1980, p. 89). De acordo com Rocha e Eckert (2008), a observação participante seria a técnica apropriada para se estudar “os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2). A observação participante seria o momento no qual o pesquisador dedica-se a uma “experiência de percepção de contrastes sociais, culturais e históricos” (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 2).

Como destaca Cardoso de Oliveira (2000, p. 15), “o olhar e ouvir do etnógrafo podem ser considerados um dos atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo”. Para o autor, tanto o ouvir quanto o olhar não podem ser considerados independentes na investigação no campo, pois estes sentidos se complementam e servem de apoio para o pesquisador em sua pesquisa (2000, p. 21). Mas talvez a primeira experiência do pesquisador no campo deveria ser a “domesticação teórica de seu olhar” (2000, p. 19). Segundo o autor supracitado, quando finalmente nos sentimos preparados para iniciar a investigação empírica, nos deparamos com a questão de o nosso olhar já estar treinado e condicionado, e isso acaba alterando o nosso objeto de estudo. Para Cardoso de Oliveira (2000, p. 19):

Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade. Esse esquema conceitual – disciplinadamente apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos –, funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração – se me é permitida a imagem.

A observação participante é, sem dúvida, uma das técnicas mais utilizadas na etnografia. Mas não é o único processo importante, pois existe um conjunto de ações que envolvem a prática, que parte de se estabelecer relações dentro da comunidade trabalhada, selecionar os informantes, realizar entrevistas, transcrever os textos, escrever no diário, mapear campos, entre outras coisas (GEERTZ, 2008, p. 5). No entanto, Geertz (2008) nos chama atenção para o fato de que não são esses procedimentos que definem a etnografia. Segundo ele, o que define, na verdade, “é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’” (GEERTZ, 2008, p. 4).

[...] O ponto a enfocar agora é somente que a etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2008, p. 7).

Como afirma Geertz (1973, p. 14), “o etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: *ele o anota*”. E ao fazer isso, o etnógrafo “o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente” (1973, p. 14). Segundo Restrepo (2016), a descrição etnográfica não é algo fácil de ser realizado, pois necessita de uma descrição de algo que foi profundamente compreendido e observado. Sem isso, não é possível fazer uma descrição, que é algo fundamental no trabalho etnográfico. Em vista disso, o autor pontua que “o trabalho etnográfico requer o desenvolvimento de um conjunto de condições e habilidades que irá ‘abrir os olhos’ para o etnógrafo, que permitem que você entender o que terá de descrever” (RESTREPO, 2016, p. 18).

Em vista disso, ressalto outra etapa marcante dentro da prática etnográfica: a escrita etnográfica. Uriarte (2014) destaca que a escrita é a última fase do trabalho e pode ser entendida como a mais complicada também. A escrita de uma narrativa etnográfica se torna difícil justamente pelo fato de que, organizar os dados em forma de texto que possibilite ao leitor captar a experiência mesmo sem ter estado lá, requer um exercício importante por parte do etnógrafo, uma busca constante de achar o equilíbrio certo entre teoria e prática (URIARTE, 2014). Segundo o autor, isso se dá pelo fato de escrita e etnografia serem duas coisas distintas. Porque etnografia diz respeito a emoções, a uma experimentação do “outro” e uma transformação do próprio etnógrafo, que precisa captar todo esse processo, compreendê-lo e interpretar a partir de teorias. E, no fim, a busca por uma narrativa etnográfica se trata de transformar todas essas experiências em escrita, “o que,

necessariamente exige um mínimo de coerência e linearidade que não são próprias da vivência” (URIARTE, 2014, p. 7).

Após essa breve contextualização sobre a etnografia, acredito ser importante destacá-la como o método será aqui utilizado. A etnografia será pensada na presente pesquisa, como um método dentro do fazer arqueológico. Irei utilizar alguns métodos etnográficos para compreender elementos relacionados ao fazer arqueológico e ao patrimônio arqueológico do município de Carangola. Sobre a relação Arqueologia e etnografia, acredito numa proposta que vai além de a etnografia como fonte adicional aos trabalhos arqueológicos. Ao meu ver, a interface estabelecida entre essas duas propostas elucida o quão significativo o “passado” tem demonstrado ser para as comunidades do presente (HOLLOWELL; NICHOLAS, 2008).

Em vista disso, no próximo tópico irei apresentar ao leitor um pouco mais sobre a aproximação entre Arqueologia e Etnografia, e as possibilidades de estudo dentro dessa abordagem.

1.3.1 A etnografia na Arqueologia: uma breve reflexão

A etnografia vem sendo cada vez mais apropriado por outras disciplinas além da Antropologia. Apesar de ser a “ideia-mãe da Antropologia”, como destaca Peirano (2014, p. 380), é comum a utilização da abordagem etnográfica em disciplinas da Saúde (LIMA; DUPAS.; OLIVEIRA; KAKEHASHI, 1996), na Administração (CALIMAN, COSTA, 2008; CHIESA, FANTINEL, 2014), entre outras, como a Arqueologia.

Na Arqueologia a proposta vem sendo pensado e utilizado para tentar compreender os vestígios arqueológicos. As origens da utilização dos dados etnográficos sobre as populações nativas e de sua cultura material, a partir de uma analogia geral etnográfica, é desenvolvida desde o século XV, e possibilitou interpretar o modo de vida das populações do período chamado pré-histórico do contexto europeu (SILVA, 2009, p. 122). Nos séculos XVIII e XIX, com a expansão neocolonial e o evolucionismo em pauta as populações nativas do Novo Mundo, foram consideradas como um grupo remanescentes de outras sociedades do passado, possuindo ainda as características desses povos antigos, sofrendo pouca alteração ao longo dos anos (TRIGGER, 1992 *apud* SILVA, 2009, p. 122).

Mas já nos entre os séculos XIX e XX, o evolucionismo começou a sofrer críticas e novos conceitos estavam sendo desenvolvidos: difusionismo, relativismo cultural e particularismo histórico, que estão inseridos dentro do quadro teórico do Histórico-Culturalismo. Com essas novas perspectivas começou-se a questionar o uso de analogias etnográficas generalizadas, só sendo aceito sua utilização entre populações que estivessem historicamente relacionadas (SILVA, 2009, p. 122). A Arqueologia teve sua perspectiva alterada devido ao “antievolucionismo, associado ao antiracismo e ao pressuposto particularista de que cada cultura devia ser entendida em seus próprios termos” (TRIGGER, 1992 *apud* SILVA, 2009, p. 122). Com isso, diminuiu-se o interesse pela utilização dos dados etnográficos e da analogia como ferramenta para interpretar o passado. Apenas no século XX, esses métodos passaram a desfrutar de um interesse renovado (SILVA, 2009, p. 122).

Nos anos 1960, Binford acreditava que a Nova Arqueologia buscava métodos que viessem contribuir para a interpretação dos vestígios arqueológicos de uma forma que atribuísse significado a eles (DIAS, 2000, p. 12). Para Binford (1962), a Arqueologia tem sempre que buscar se aproximar das Ciências Naturais e também da Antropologia. No texto “Arqueologia como antropologia”, o autor destaca que a Arqueologia deveria ser pensada enquanto Antropologia, uma vez que o objetivo da Arqueologia é o mesmo do tradicionalmente colocado para a Antropologia, que seria explicar o amplo espectro de semelhanças e diferenças no comportamento cultural, percebidas no tempo e no espaço ao longo da existência humana.

A partir disso, o processualismo propôs reorientar o foco das pesquisas desenvolvidas pela disciplina, que na perspectiva histórico-culturalista era de classificações temporais e espaciais. Com a nova perspectiva apresentada por pesquisadores processualistas, o foco deveria ser buscar compreender as causas da mudança cultural (processo) em diferentes contextos ambientais e culturais. (DIAS, 2000, p. 12). Com isso, o arqueólogo, então, não teria motivo para explicar os dados, uma vez que eles eram inacessíveis (DIAS, 2000, p. 12).

Segundo Binford (1962), os dados arqueológicos formam um registro estático no presente, onde o objetivo não é saber onde eles estão, mas sim o que eles significam e, mais especificamente, na dinâmica das sociedades passadas ou na maneira pela qual os sistemas culturais do passado funcionaram, se desenvolveram e se transformaram. A partir disso, buscou-se desenvolver leis gerais sobre a dinâmica do passado. Nesse momento, arqueólogas/os começaram a avançar em

suas interpretações em pesquisas arqueológicas por meio de hipóteses colocadas sobre o alcance médio, ou o “espaço” entre estática e dinâmica. Começam a apresentar possibilidades de ligação entre o passado (estático) e o presente (dinâmico). A Teoria de Médio Alcance, criada em 1970 pelo autor, vai ligar o contexto sistêmico com o contexto estático. Na busca por uma fonte para a teoria de médio alcance, arqueólogas/os processualistas perceberam que a melhor forma de desenvolver essa teoria, seria a partir da etnografia. Binford acreditava que as/os arqueólogas/os precisavam coletar os dados por meio de observação e registro de situações etnográficas que ocorrem na atualidade, no aqui e agora.

A partir dessas reflexões surgiu a Etnoarqueologia, que é um subcampo da Arqueologia, cujo objetivo é estudar as sociedades contemporâneas (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012) e sua relação com a cultura material, utilizando a etnografia para compreender melhor o registro arqueológico (SILVA, 2009, p. 122). Segundo Silva (2009), no que diz respeito à questão metodológica, a pesquisa etnoarqueológica desenvolveu-se a partir de um conjunto de estratégias de natureza diversificada, mas complementares entre si, sendo elas, a pesquisa bibliográfica e museográfica, a pesquisa experimental e a pesquisa de campo etnográfica (2009, p. 131). Para Kent (1987), a abordagem etnoarqueológica não tem como propósito principal reconstruir uma história cultural e nem identificar analogias. Ele acredita que a “etnoarqueologia deve ser desenvolvida para possibilitar ao arqueólogo apreender os processos culturais relacionados com temas/problemas gerais, como, por exemplo, organização tecnológica, uso do espaço e mudança cultural” (KENT, 1987 *apud* SILVA, 2009, p. 130). Ele definiu a abordagem etnoarqueológica como sendo uma estratégia de pesquisa cujo o objetivo é identificar princípios gerais ou estruturais do comportamento humano com relação ao mundo material.

Já na perspectiva pós-processualista, foram incorporados novos temas e problemas à pesquisa etnoarqueológica. O objetivo passou a ser o estudo e a compreensão dos aspectos simbólicos da relação do homem com o mundo material (SILVA, 2009, p. 134) e das dimensões não funcionais da cultura material dentro da rede de relações sociais (POLITIS, 2004). Como aponta Tilley (1996), no pós-processualismo, os pesquisadores buscaram, a partir da etnoarqueologia, melhor especificar e entender a complexidade das relações existentes entre produção material e os aspectos cognitivos, e ideológicos dos grupos sociais. De acordo com Silva (2009, p. 134), “o objetivo de utilizar dados etnoarqueológicos para elaborar

analogias ou teorizações de médio alcance foi substituído pela tentativa de obter uma compreensão contextual e específica dos fenômenos”.

Da década de 1990 até os dias atuais, aumentou consideravelmente o número de arqueólogas/os que vem utilizando e discutindo a etnografia. Isso vem ocorrendo tanto dentro do subcampo da etnoarqueologia³ (EREMITES DE OLIVEIRA 2012, 2015, 2016a, 2016b; SILVA, 2009; POLITIS, 2004, 2010; GONZALEZ-RUIBAL, 2008, 2009), quanto de outros campos da disciplina como a Arqueologia Pública (BEZERRA 2011, 2012, 2013, 2014; FERNANDES, 2005). A partir disso, é possível dizer que a relação entre a Arqueologia e a Etnografia vem ganhando cada vez mais espaço nos trabalhos e publicações arqueológicas, o “que tem possibilitado repensar o lugar da etnografia na pesquisa arqueológica” (BEZERRA, 2011, p. 61).

A etnografia arqueológica vem sendo repensada em termos metodológicos e da proposta que visa alcançar. Isso porque, como durante muito tempo se entendeu etnografia arqueológica como “etnoarqueologia” ou como uma fonte adicional ao trabalho arqueológico, a proposta agora é que a etnografia seja entendida como:

[...] a fusão de práticas etnográficas e arqueológicas, a fim de explorar a relevância contemporânea e o significado do passado material para públicos diversos, as políticas da prática arqueológica e as reivindicações e contestações que envolvem vestígios materiais e paisagens (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009, p. 66).

Frente a este cenário, a relação entre Arqueologia e Etnografia assumiu novos contornos, englobando diferentes agentes. Os autores Castañeda e Matthews (2008), lançaram o livro intitulado **Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices**, que reúne artigos de diferentes autores apresentando reflexões e aplicações da abordagem etnográfica nas pesquisas arqueológicas. Como coloca Castañeda na introdução do livro:

A Arqueologia etnográfica emergiu como um tipo específico de resposta aos dilemas contemporâneos da ciência arqueológica. Estamos aqui propondo-o como termo no exterior para abranger um conjunto de métodos, objetivos, usos e racionalidades. Os contribuintes deste volume, por exemplo, apresentam visões da Arqueologia etnográfica de diversas formas como meio para o engajamento crítico com as partes interessadas, como o debate de políticas públicas, como a Arqueologia etnocrítica, como o estudo do que a Arqueologia faz em sítios de campo e como fundamento para

³ Para os fins desse trabalho, atendo-me apenas aos autores latino-americanos.

colaborações transnacionais entre arqueólogos. A Arqueologia etnográfica é radicalmente diferente dos usos anteriores da etnografia que temperam a história da Arqueologia” (CASTAÑEDA, 2008b, p. 3, tradução da autora)⁴.

Em outro artigo da mesma obra, intitulado de “The ‘Ethnographic Turn’ in Archaeology: research position in and reflexivity in Ethnography”, Castañeda (2008b) aborda essa relação entre etnografia e Arqueologia, classificando-a de três formas diferentes: a) Etnografia Arqueológica; b) Antropologia da Arqueologia; c) Arqueologia Etnográfica (CASTAÑEDA, 2008b, p. 28).

A perspectiva “Etnografia arqueológica” é definida pelo autor na utilização da etnografia como um método de estudo do passado para fins arqueológicos (CASTAÑEDA, 2008b, p. 28). Nesses termos, pode-se dizer que essa proposta se refere diretamente ao conceito de etnoarqueologia, que já foi aqui explanado.

Na segunda linha, intitulada de “Antropologia da Arqueologia”, a Arqueologia é tratada como um objeto da etnografia e seria estudada como um fenômeno sociocultural contemporâneo. Segundo o autor, essa linha de abordagem se refere aos trabalhos desenvolvidos por pós-processualistas, que tem como característica serem mais reflexivos (CASTAÑEDA, 2008b, p. 29-33).

Em “Arqueologia etnográfica”, a Arqueologia é o sujeito da etnografia. São utilizados métodos etnográficos no fazer arqueológico a fim de estudar o passado e os contextos sociais presentes. Nessa perspectiva, a etnografia é entendida como um método que vem para integrar o fazer arqueológico, e não ser subordinado a busca da Arqueologia para interpretar o passado.

Para os fins deste trabalho, focarei no viés “Arqueologia etnográfica”, proposto pelo autor. Acredito que a Arqueologia Pública, proporciona um envolvimento com a comunidade local que se assemelha a algumas técnicas propostas na etnografia, como por exemplo, a observação participativa. Nessa observação, o pesquisador se permite conhecer, entender e se envolver com o grupo social participante da pesquisa (BEZERRA, 2011, p. 61). De acordo com Fernandes (2007), já se tem discutido (CHAMBERS; SHACKEL, 2004) a

⁴ “Ethnographic archaeology has emerged as a specific kind of answer to contemporary dilemmas of archaeological science. We are here proposing it as a broad term to encompass an array of methods, objectives, uses, and rationalities. The contributors in this volume, for example, present visions of ethnographic archaeology in a variety of ways as the means for critical engagement with stakeholders, as public policy debate, as ethnocritical archaeology, as the study of what archaeology does in field sites, and as foundation for transnational collaborations among archaeologists. Ethnographic archaeology is radically different from the previous uses of ethnography that temper the history of archaeology” (CASTAÑEDA, 2008, p. 3).

Arqueologia Pública como uma possível Arqueologia aplicada na realização de trabalhos com diferentes tipos de comunidades, sendo elas tradicionais ou não, “mostrando de que modo arqueólogas/os podem participar do processo usando a Arqueologia como veículo para tornar a história local relevante a grupos não tradicionais” (FERNANDES, 2007, p. 124).

A Etnografia vem oferecendo à Arqueologia uma diversidade no que se refere à interpretação do passado, além disso, tem possibilitado a disciplina recuperar as memórias exiladas (BRUNO, 2005, p. 237-238), esquecidas ou marginalizadas, dando ênfase às histórias alternativas (HOLLOWELL, NICHOLAS, 2008, p. 69-70). A Arqueologia etnográfica, longe de ser um método adicional a prática arqueológica, se constitui também como um desafio para a disciplina. Isso porque, ela propõe reconsiderar as certezas ontológicas e epistemológicas e repensar questões já fundamentadas da disciplina, incluindo seus objetos de estudo e as relações com o tempo e com a matéria. E também, a etnografia arqueológica pode contribuir de forma eficaz para um debate entre academia e comunidade sobre questões relacionadas a modernidade, temporalidade e materialidade (HAMILAKIS, 2011, p. 402).

Existem algumas interfaces entre Arqueologia e Etnografia que representam um certo engajamento entre arqueólogas/os e comunidades. Segundo Hollowell e Nicholas (2008), uma Arqueologia etnográfica requer uma postura por parte dos arqueólogas/os de entendimento das implicações políticas, sociais e éticas que a prática arqueológica possui. A Etnografia é importante nesse caso, pois possibilita refletir sobre essas questões dentro da disciplina, ressaltando a capacidade investigativa e refletindo o papel do arqueólogo, fazendo entender que existem outras formas de entendimento sobre o passado, superando com isso o caráter colonialista da disciplina.

CAPÍTULO 2 – DOS POVOS ANTIGOS À COLONIZAÇÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA: DADOS HISTÓRICOS E ETNO-HISTÓRICOS

Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios.

(BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*, 2003, p. 15).

No presente capítulo, apresento ao leitor a conjuntura no qual a pesquisa se desenvolve. Em vista disso, primeiramente me dedicarei em apresentar a síntese referente aos contextos histórico e etno-histórico que versam sobre a Zona da Mata mineira. O intuito, com essa abordagem, **foi evidenciar um quadro prévio, consolidado a partir de referenciais tradicionais** (MERCADANTE, 1973; LAMAS, 2008; BLASENHEIM, 1982; CARNEIRO, 2008), que se estruturam por meio da exclusão de informações expressas, para além das fontes consideradas oficiais (BARROS, 2005). Na prática, **o exercício tem como objetivo demonstrar os vieses de atuação de um pensamento colonialista, constantemente reificado e dificilmente superado.**

2.1 A colonização dos *Sertões do Leste*

A Zona da Mata Mineira foi por muito tempo foi conhecida como *Sertões do Leste*. De acordo com Ângelo Carrara (1997), a nomenclatura *sertão* surgiu no século XVI para designar as áreas que se contrapunham à região costeira. Para o autor, *sertão* pode ser definido como um lugar pouco povoado, condizendo com a forma na qual a terminologia era originalmente utilizada pelos paulistas, que acreditavam que esses locais eram perigosos e povoados exclusivamente por índios (CARRARA, 1997). Segundo Rodrigues (2003), o termo foi empregado durante os três séculos da colonização para designar um lugar desconhecido do continente, que acabava por ser “sombrio e incompreensível, habitado por feras e seres inimagináveis e onde se esperava encontrar riquezas incalculáveis” (RODRIGUES, 2003, p. 266). Como podemos ver, em suma, tal denominação está intimamente

relacionada à ideia de um lugar distante e perigoso, habitado pelo o “outro”, que sob o olhar do colonizador, é tido como bárbaro ou selvagem.

A colonização da Zona da Mata mineira foi um processo gradual que se iniciou na primeira metade do século XVIII. Mas há muito tempo, mais precisamente desde o século XVI, a região já era palco de diferentes expedições que buscavam encontrar muitas riquezas, como ouro e prata (MERCADANTE, 1973, p. 15). Foram muitas as empreitadas realizadas nesse período na tentativa de localizar os *Sertões do Leste*. Entre elas, podemos citar a promovida por Brás Espinhosa (1553), Vasco Rodrigues Caldas (1555) e Martim de Carvalho (1567 ou 1568). Mas foi com Sebastião Fernandes Tourinho (1587) que, finalmente, a região da Zona da Mata foi localizada. Segundo os relatos do cronista Gabriel Soares de Sousa (1851), Tourinho vagou durante meses pelo território, até chegar ao Rio de Janeiro (MERCADANTE, 1973, p. 16-17). O interesse pela área, ainda desconhecida, era grande, sempre motivado pelas histórias sobre as possíveis riquezas ali reservadas.

Porém, a região só veio a ser de fato colonizada mais tarde. De acordo com Lamas (2008), esse processo ocorreu em duas fases. O primeiro teria início no século XVIII e estaria intimamente ligado à abertura do Caminho Novo, na região sul da mata. A outra fase teria começado na “segunda metade do mesmo século, a partir da penetração na área central da Mata, localizada às margens do rio Pomba” (LAMAS, 2008, p. 2). Para o autor, ambas estão interligadas, pois foi a partir do Caminho Novo que saiu a expedição que deu origem à colonização do vale do rio Pomba. A partir disso, que se iniciou de fato a formação de roças e pousos ao longo do percurso.

O Caminho Novo do Rio de Janeiro, como era conhecido na época, seria inicialmente uma zona de passagem das tropas, tinha como finalidade facilitar e encurtar o caminho entre o porto do Rio de Janeiro e a região mineradora. Segundo Mercadante (1973, p. 21), “nos fins do século XVIII, Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias, dispõe-se a abrir a estrada que encurtasse a viagem da Capital do Sul às Regiões das Minas”. A estrada foi concluída em 1709, mas só se tornou rota principal, de fato, em 1720 (LAMAS, 2008, p. 1-2).

Para Blasenheim (1982), a Coroa utilizou de diferentes meios para evitar que os *Sertões do Leste* fossem povoados pelos colonos, principalmente após a descoberta de ouro no centro do território mineiro. Foram promulgados vários decretos e proibida a concessão de terras no entorno da região, tudo afim de evitar o

contrabando do ouro (BLASENHEIM, p.16-21). Por conta disso, a região durante muito tempo não foi colonizada, ficando conhecida como “Zona Proibida”.

A segunda fase da colonização da região ocorreu a partir de 1750, com a expedição liderada pelo sertanista Inácio de Andrade Ribeiro. A empreitada partiu de Ouro Preto e alcançou a área próxima ao rio Coroados, afluente do rio Pomba. Nesse momento, houve um contato inicial conflituoso com os grupos indígenas do local, que determinou o tom dos encontros posteriores. Todavia, em 1757, explicita-se outra postura, pois em nova campanha, agora sob a liderança do capitão Francisco Pires, buscou-se fazer uma aproximação mais cautelosa – segundo entendiam os exploradores – em relação aos nativos que ali habitavam, os Coroados e Coropós (LAMAS, 2008).

Em 1764, pelo governador das Minas Gerais Luís Diogo Lobo da Silva, foi criada a “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Coroados e Coropós” (LAMAS, 2008, p. 3-4). Mas apenas em 1767, após a chegada do padre Manoel de Jesus Maria, que realmente começou o aldeamento na região, com a proposta de evangelizar os indígenas. Assim, os colonizadores avançaram para a área denominada de “terra baixa”, que se situava ao longo do Vale do Rio Pomba. Isso acabou por diversificar e aumentar as atividades econômicas locais (LAMAS, 2008, p. 3-4).

Frente a este cenário, é possível afirmar que o processo de colonização da Zona da Mata mineira foi iniciado de forma concomitante à catequização dos grupos indígenas que viviam no *Sertões do Leste*. Lamas (2008) acredita que o objetivo dos colonizadores ao catequizar esses povos e criar uma relação “pacífica” com eles era, na verdade, tornar mais fácil a inserção da região da mata na economia colonial. Isso porque a mineração, que vinha sendo a principal atividade econômica da capitania, se encontrava, desde o final do século XVIII, em declínio (LAMAS, 2008, p.5). De acordo com Monteiro (1994), os jesuítas estavam no Brasil para servir aos interesses da Coroa portuguesa. O seu papel dentro da colônia, pode ser bem evidenciado no trecho abaixo:

Apesar de sua relativa autonomia, pois respondiam antes ao general da ordem em Roma do que ao rei de Portugal, e apesar do enorme poder econômico que acumulariam subsequentemente, nestes primeiros anos os jesuítas serviram aos interesses da Coroa como instrumentos da política de desenvolvimento da Colônia. Oferecendo um contraponto à dizimação deliberada praticada pela maioria dos colonos, os jesuítas buscaram

controlar e preservar os índios através de um processo de transformação que visava regimentar o índio enquanto trabalhador produtivo. Com o estabelecimento de aldeamentos, os jesuítas acenavam com um método alternativo de conquista e assimilação dos povos nativos (MONTEIRO, 1994, p. 36).

Os conflitos entre nativos e colonizadores foi algo muito intenso durante todo o processo de colonização do território mineiro, bem como em todo o denominado Novo Mundo. Dentro da historiografia brasileira, muitas vezes esses embates são retratados como episódios que explicam a extinção desses grupos indígenas. Porém esses grupos não foram exterminados, eles continuaram atuando na colônia durante todo o período colonial. Limitar esses conflitos ao extermínio desses grupos, é uma visão muito reducionista para uma questão tão complexa quanto foi a violência sofrida por esses povos. Pois ela permaneceu (e permanece) de diferentes formas durante séculos (RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 8-9).

Os portugueses adentraram na mata virgem da “zona proibida” e se apropriaram das terras desses povos. Fizeram isso de forma brusca, mas sempre sob o pretexto de ter sido necessário a fim de conter os “selvagens” que os atacavam (RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 8-9). A ideia propagada era a de que os oficiais da Coroa agiam sempre de acordo com os decretos reais que permitiam o uso da força a partir do momento que falhassem todas as tentativas “benevolentes” do estado em adaptar os índios ao que seria um convívio civilizado. Quando todos os métodos se esgotassem, os soldados poderiam, então, os submeter a obediência pelo uso da violência (RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 9).

Segundo Resende e Langfur (2007), tal afirmativa já demonstrou não ser verídica, tanto no caso de Minas Gerais, quanto de outras regiões do Brasil. Os autores também chamam a atenção para o fato de que, apesar de estar em um número reduzido de homens e armas, os indígenas resistiram à colonização. Muitas vezes atacaram territórios recém ocupados pelos portugueses e aqueles já considerados de total controle do poder colonial.

Monteiro (1994) acredita que a resistência indígena ocorria através de “ameaças de revolta ou mesmo de insurreição generalizada” que acabam por demonstrar ser o máximo de resistência que eles poderiam estabelecer contra o domínio português. Ao fim, tal oposição constante acabou fomentando um discurso favorável a escravidão dentro da colônia. Acreditava-se que esse seria a única forma possível de se relacionar com esses povos (MONTEIRO, 1994, p. 50).

Desde o começo da colonização, os povos indígenas foram sistematicamente explorados. Os portugueses, ao se estabelecerem nos *Sertões do Leste*, provocaram mudanças avassaladoras que determinaram as relações posteriores. Apesar da resistência ao contato, as intensas investidas dos colonizadores acabaram por prevalecer. Durante o processo de dominação, foram impostos a esses povos novos costumes, além de aldeamentos e escravidão (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 256).

No que se refere especificamente ao contexto do município de Carangola, as narrativas históricas sobre a presença indígena durante a ocupação do antigo Vale do Carangola, como era chamado, restringem-se ao período do século XIX. O desbravamento da região ocorreu na mesma época de outros territórios da Zona da Mata, tendo sido ocupadas aproximadamente entre 1805 a 1810, por algumas famílias (MERCADANTE, 1990, p. 28-28). A partir de 1840, o povoado foi aumentando tanto em termo populacional, quanto no número de fazendas e roças destinadas a produção de produtos de subsistência como milho, feijão e mandioca (BOECHAT, 2006 *apud* PIMENTEL, 2015). Vale ressaltar que, assim como demais localidades da Zona da Mata, os produtores de Carangola também utilizavam da mão de obra indígena. No final do século XIX, quando se iniciou o plantio de café na região, as propriedades locais se expandiram ainda mais, necessitando assim, de mais mão de obra. Em vista disso, foi a partir desse momento, que a mão de obra africana foi inserida no contexto da região (BOECHAT, 2006 *apud* PIMENTEL, 2015). Mas cabe pensar, que nem por isso, a mão de obra indígena deixou de ser utilizada, ela apenas foi inserida formalmente como escravizada.

Tendo em vista a narrativa histórica apresentada até aqui, posso sinalizar para algumas tendências que se repetem exaustivamente nas fontes consultadas, **sendo constantemente reiteradas quando o interesse é expor a configuração da região**. Inicialmente, ganha contornos uma história articulada em torno de figuras notórias, que adquirem o papel de condutoras do processo civilizatório, ao promover a colonização. O segundo aspecto diz respeito à ênfase atribuída aos aspectos econômicos, que estrutura a história regional em torno dos ciclos dedicados a exploração de minerais preciosos, que justificam movimentos de entradas, além da construção de vias permitindo o seu acesso e conexão com o litoral. **Finalmente, de maior importância para o presente trabalho, chama atenção a figura atribuída ao indígena, sempre retratado como selvagem e indômito, como um obstáculo**

concreto para a colonização. Sendo o indígena abordado somente no contexto dos contatos estabelecidos, tendo sua presença ignorada para além desse limite (LOURES OLIVEIRA, 2003; RESENDE, LANGFUR, 2007). Esse conjunto de características elencados demonstra uma abordagem que pode ser denominada de História Tradicional, intimamente relacionada à construção de um pensamento sobre o que seria fazer história. Segundo Peter Burke (1992), os historiadores tradicionais estabelecem alguns paradigmas para a disciplina histórica que acaba por limita-la.

Uma característica atribuída à disciplina dentro dessa perspectiva, é a de que História diz respeito essencialmente à política. Isso porque se entende que política está diretamente relacionada ao Estado, logo faz mais referência a questões nacionais e internacionais do que regionais. Para historiadores tradicionais, os contextos regionais não eram interessantes suficientes ao ponto de serem examinados. Outros tipos de estudos eram até aceitos, como por exemplo, a História da Arte e a História da Ciência, mas eram abordagens marginalizadas, não sendo consideradas de fato como estudos genuinamente relevantes para historiadores (BURKE, 1992, p. 10-11).

Dentro dessas características, o autor destaca também que a História Tradicional possui uma “visão de cima” dos fatos. Ou seja, ela se concentra “nos grandes feitos realizados por grandes homens” (BURKE, 1992, p. 12). Esses “grandes homens”, seriam na verdade pessoas ligadas ao Estado, os oficiais do exército e ocasionalmente eclesiásticos. Aos demais sujeitos da sociedade (mulheres, pobres, negros, indígenas, entre outros) cabia um papel secundário no desenvolvimento da história nacional. Como é o caso dos grupos indígenas e africanos, que muitas vezes só aparecem na história dita oficial, quando se aborda a colonização ou escravidão, respectivamente.

Mas dentro da própria disciplina histórica hoje, novos historiadores têm buscado pensar “a história vista de baixo” ou História da Cultura Popular (THOMPSON, 2001; DAVIS, 1997), onde visam abordar outros setores da sociedade, que durante muitos séculos foram excluídos da história. Um dos textos mais marcantes dessa perspectiva é o de Edward Thompson (2001), denominado de “A história vista de baixo”, onde o autor aborda o movimento das multidões, marginalizados, oprimidos e seus impactos na sociedade, sendo claramente associado ao estudo da história social da cultura.

Outra autora que vem desenvolvendo trabalhos dentro dessa proposta é a Natalie Zemon Davis. Suas obras estão diretamente ligadas à tendência da “Nova História Social” e a etnografia. Em sua obra, **Culturas do Povo**: Sociedade e cultura no início da França moderna, Davis (1990) retrata aspectos relativos à França no início da Época Moderna, a partir dos camponeses, os artesãos e o *menu peuple* das cidades. O clero, os proprietários e as pessoas cultas são mencionados, mas sempre em relação a esses setores da sociedade.

A História Tradicional possui outros elementos que a caracterizam, mais para os objetivos propostos, acredito que as aqui elencadas já possibilitam demonstrar o quanto a busca por escrever uma história nacional e a forma na qual a academia tem entendido e feito ciência, também tem sido colonizadora. Atualmente, esses paradigmas têm sido repensados dentro da História. Mas é importante demonstrar que durante muito tempo, a forma de escrita da história tradicional prevaleceu, sendo ensinadas dessa forma nas escolas até hoje. De acordo com Loures Oliveira (2003), a forma como os indígenas foram tratados durante o período da colonização, e digo também, a maneira como esses povos vêm sendo abordados até hoje na história do país, acaba refletindo no preconceito que se instalou na sociedade brasileira.

Mais recentemente, na esteira das inovações abertas pela disciplina da História, com a ascensão de abordagens assentadas na interdisciplinaridade, alguns estudos têm rompido com esta tradição. Dentro dessa perspectiva, um nome de destaque é do historiador e antropólogo John Manuel Monteiro, que a partir da década 1990 desenvolveu trabalhos que visam valorizar a figura indígena dentro da historiografia brasileira, pensando neles como sujeitos históricos (ALMEIDA, 2012; 2015). John Monteiro esteve envolvido em vários projetos interdisciplinares que buscavam apresentar novas percepções sobre os povos indígenas em situações de contato. Um dos seus trabalhos mais conhecidos e marcantes na historiografia brasileira sobre o tema, foi a sua tese de doutorado publicada em 1994, sob o título **Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. Além dessa obra, o autor publicou várias outras que se tornaram importantes para as novas abordagens histórico-antropológicas⁵. Segundo afirma Almeida (2015), essas obras

⁵A guia de curiosidade, as obras que me refiro são: a publicada em 1994, **Guia de fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros**, que se tornou, segundo Almeida (2015, p. 3-4), “um valioso instrumento de pesquisa para os estudos históricos sobre os índios”. E

contribuíram para o processo que ocorre atualmente, que é de questionamento ao papel que vem sendo delegado aos indígenas pelos historiadores.

Dentro dessa perspectiva de mudança na forma de abordar o indígena na historiografia brasileira, que a autora e professora doutora Maria Leônia Chaves de Resende (2003) vem ao longo de sua carreira desenvolvendo diversos trabalhos que visam ressaltar os grupos indígenas que habitavam o estado mineiro e a participação deles como agentes sociais no processo de formação sociocultural de Minas Gerais durante o período colonial.

Outra autora que posso citar é a Maria Regina Celestino de Almeida (2010; 2012), que desenvolve alguns trabalhos com enfoque no lugar do índio nas histórias oficiais, levando em conta que sua participação no processo histórico quase sempre não foi retratada, apesar da historiografia atual tentar mostrar a perspectiva de que eles foram sujeitos históricos ativos. De acordo com Resende e Langfur (2007), na maior parte da historiografia desenvolvida sobre Minas Gerais no período colonial, os indígenas são destacados com um papel secundário, servindo como apêndice de estudos sobre questões administrativas ou eclesiásticas. Com isso, os indígenas acabaram se tornando completos desconhecidos dentro da historiografia.

No que se refere à historiografia sobre a Zona da Mata mineira, segundo Guimarães (2009), a região ficou por muito tempo “à margem da historiografia”, sendo abordados mais em estudos regionais (BLASENHEIM, 1982; CASTRO, 1987; PIRES, 2004), que buscavam evidenciar questões ligadas a produção cafeeira, principalmente os séculos XIX e XX. Segundo Silva (2011), ainda são poucos os trabalhos que abordam os indígenas que habitavam a região da Mata mineira, principalmente em se tratando do século XVIII (PINTO, 1997; VILAS-BOAS, 1995; CASTRO, 1987; CAMBRAIA, MENDES, 1988; PARAÍSO, 1998; JOSÉ, 1958; MERCADANTE, 1973, LAMAS, 2003).

Diferentemente do que as fontes oficiais apontam, na tentativa de reforçar a ideia de um povoamento atrelado exclusivamente com os processos de colonização, a região da Mata não era composta por florestas desabitadas. Como destaca Loures Oliveira (2004, p. 1), “a Zona da Mata mineira não era um ‘vazio de almas’. Grupos indígenas de diversas etnias habitavam a região, assim como todo o território brasileiro”. Em vista disso, no próximo tópico focarei nesses grupos que já

também, pode-se citar o texto intitulado de “O desafio da História Indígena no Brasil”, publicado em 1995.

habitavam os *Sertões do Leste*. Objetivo apresentar ao leitor um pouco sobre o que as fontes históricas e a historiografia vêm apontando sobre esses grupos que viviam na região.

2.1.1 Os indígenas da Zona da Mata Mineira

Como destacado anteriormente, a Zona da Mata mineira já era ocupada por diferentes grupos indígenas muito antes da fixação dos primeiros pousos no local. Esses grupos viviam e se deslocavam pelo território devido “suas atividades de subsistência, como a caça, a pesca e a coleta, bem como em virtude de seus referenciais simbólicos, muitas vezes associados a certas formações paisagísticas” (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 251).

Os dados referentes aos grupos indígenas que habitavam a região mineira podem ser extraídos inicialmente das crônicas produzidas entre os séculos XVI e XVII, apesar do foco naquele momento terem sido as regiões situadas mais próximas do litoral. Os cronistas do período colonial tinham por objetivo registrar suas observações sobre o “Novo Mundo”, motivados por interesses pessoais ou por obrigações profissionais. Em vista disso, forneciam informações a partir de seus depoimentos e relatos de viagem, muitas vezes escritos sob forma de crônicas, tratados, diários e cartas. Esses escritos eram direcionados a seus conterrâneos, a fim de que esses pudessem ter uma noção sobre os lugares por onde passavam (OLIVIERI; VILLA, 2000, p. 7).

As informações sobre os indígenas que habitavam a Zona da Mata mineira durante o processo de colonização aparecem também e em maior quantidade nas fontes produzidas pelos viajantes naturalistas que percorreram a região entre os séculos XIX e XX para documentar suas características. Antes da Corte portuguesa se instalar no Brasil e incentivar de fato a exploração mais sistemática do território, já haviam diversas expedições, pesquisas e viagens ocorrendo em todo o país através dos viajantes naturalistas de diferentes países, principalmente a Alemanha e França. Tais projetos de pesquisa e exploração diferiam dos feitos antes que eram mais pautados na curiosidade do descobrimento de uma “nova terra”. Nesse momento, buscou-se enredar em uma especulação científica pautada no pressuposto iluminista do estudo da natureza de uma forma racional (BARRETO, 1999, 2000, p. 35).

Os viajantes naturalistas percorreram todo o território brasileiro, a serviço da Coroa portuguesa, com o intuito de estudar a fauna e flora desse vasto território. Entre seus estudos, cabia também a eles observar os nativos que aqui viviam. Entre esses relatos, vale ressaltar os trabalhos de Frereyss (1813; 1815), Wied-Neuwied (1817), Debret (1816; 1831), Spix e Martius (1817; 1820), Rugendas (1817), Eschwege (1818), Buermeister (1850; 1852), Ehrenreich (1886) e Noronha de Torrezão (1889), Proetz e Metraux (1930) e Loukotka (1937) (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 249).

Os pesquisadores que embarcavam nessas expedições estavam voltados para a perspectiva europeia em voga naquele momento, a etnologia, e na ideia de que a cultura material poderia ser uma fonte importante de informação. Em vista disso, anotavam tudo sobre a flora, a fauna, mas também sobre os grupos nativos que encontravam bem como sua cultura material (BARRETO, 1999, 2000, p. 35).

Essas fontes apresentam relatos cujo conteúdo, se avaliado com as noções de hoje, estarão compostos por uma visão eurocêntrica sobre os indígenas e também revelam a dificuldade desses autores em compreender esses nativos e sua alteridade. Dentro da perspectiva colonial, os costumes e práticas desses povos eram classificados como abomináveis, encarando esses grupos como selvagens que precisavam ser civilizados, cabendo ao colonizador esse papel (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 250). Além disso, algumas ideologias da época estavam sendo altamente difundidas, como o evolucionismo e o difusionismo, o que influenciava nos relatos dos viajantes naturalistas (LOURES OLIVEIRA, 2004a, p. 2).

Mas isso não anula o seu papel e importância como fontes históricas. Elas ainda são um instrumento importante na tentativa de compreender o início do desbravamento do Novo Mundo, pois oferecem aos pesquisadores uma gama de informações sobre o período colonial. O que se deve ter em mente ao utilizá-las é de que elas apresentam o ponto de vista de uma outra época e de uma sociedade como uma visão de mundo já estabelecida a ponto de não conseguir compreender os diferentes costumes dos grupos que já viviam no território por eles denominado de Brasil (PORTUGAL, 2001, 2002, p. 9).

Apesar disso, não se pode negar que tais relatos contribuem muito para o desenvolvimento de pesquisas voltadas a identificar os grupos existentes no território brasileiro. São as fontes do período do descobrimento que mais falam sobre os grupos nativos que aqui viviam. As demais fontes históricas quase não

possuem citação sobre os indígenas e quando citados, aparecem em forma de números, registro de escravo, entre outros tipos de documentos.

No que se refere à Zona da Mata mineira, a partir dessas diversas fontes, se tem informações de grupos indígenas que se assentavam pelas margens do Rio Pomba, Paraibuna, Muriaé e Xipotó. Para Resende (2003), alguns povos indígenas do litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo, também ocuparam o território mineiro, dentre eles os Goitacás. Nos relatos de Saint-Hilaire (1975), a vinda desses grupos para a região da mata mineira teria se dado por conta da presença dos portugueses no litoral, que ocorreu a partir do século XVI. Mercadante (1973) destaca que os povos indígenas que viviam na Zona da Mata mineira, sendo esses os Puri, os Coroados e os Coropó, poderiam ser descendentes dos Goitacá. De acordo com Loures Oliveira (2003), esses três últimos grupos são os mais citados nos relatos dos cronistas e viajantes naturalistas sobre a região da Zona da Mata – os Puri, Coroados (Croato) e os Coropó (Cropó), denominados genericamente de Tapuia. A nomenclatura Tapuia, segundo Monteiro (1995), era um termo utilizado pelos colonizadores para denominar os índios pouco habituados aos contatos, que habitavam o interior da colônia, em oposição aos Tupi que residiam na costa (LOURES OLIVEIRA, 2012, p. 103).

Mas além desses três grupos, muitos outros também são mencionados, seja por seus assentamentos passageiros ou permanentes. São eles:

[...] os Abaíba e os Botocudo, Tapuias que se distinguiram por sua beligerância (Wied-Neuwied 1958:130), assim como os Guarulho que passaram pelos rios Pomba e Muriaé. Ainda habitando as margens do Rio Pomba, encontravam-se os Caramonã, os Puriaçu, também conhecidos como “Puris Grandes”, e os Tamoio que teriam migrado para a região em número reduzido. Pelas margens do Rio Paraibuna estavam os Miriti, que mantinham ligações com os Puri do Rio Pomba. Os grupos dos Arari ou Araci são citados como moradores da extensa área que vai da Serra de Ibitipoca até a região do atual município de Barbacena. Por fim, um pequeno grupo Carijó teria migrado para a região de Conselheiro Lafaiete, os quais foram expulsos pelos desbravadores do século dezesseis (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 252).

Vale destacar que a denominação Puri e Coroados, assim como a de muitos outros grupos indígenas do território brasileiro, não corresponde de fato à sua autodenominação. Essas designações repercutiram e ainda são reproduzidos por conta dos relatos dos viajantes naturalistas e cronistas do período da colonização. Porém, tais grupos sequer tinham conhecimento desses nomes, que muitas vezes

eram atribuídos por outros grupos inimigos que utilizavam de aspectos físicos ou de outras características, mas, na maioria das vezes, remetia a um tom pejorativo (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 253). Os Puri foram denominados de “arripiados” ou “arripiados” devido ao corte de cabelo que utilizavam, assim como os Coroados, que possuíam um corte em formato de coroa (JOSÉ, 1965; LOURES OLIVEIRA, 2003).

Na maioria das vezes essas denominações eram formuladas pelos Tupi, pois eles acompanharam os portugueses nas primeiras incursões nos *sertões*. Assim, praticamente tudo que o homem branco conhecia do Novo Mundo, partia da perspectiva Tupi. Por conta disso, Loures Oliveira (2003) afirma que essas denominações não fazem nenhuma referência aos verdadeiros nomes desses grupos.

A designação Puri, por exemplo, não guarda qualquer correspondência com o verdadeiro nome do grupo que se dividia em três subgrupos, os Sabonan, Uambori e Xamixuna (Métraux 1946: 523). O termo Puri tem sua origem na língua Coroados e quer dizer “audaz ou bandido”. Curiosamente os Coroados também eram assim denominados pelos Puri, que, desse modo, lhes retribuía a ofensa (Debret 1978:69) (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 253).

Quanto à origem comum dos Puri, Coroados e Coropó, Loures Oliveira (2003) destaca que essa foi sugerida pelos cronistas a partir de alguns aspectos semelhantes identificados entre os integrantes dos diferentes assentamentos, como as características físicas e, principalmente, linguísticas. Os Coropó teriam sido os primeiros a se deslocarem, passando a ocupar o Vale do Rio Pomba. Depois, foi a vez dos Coroados e dos Puri que ocuparam toda a região (LOURES OLIVEIRA, 2003, 251-252). No que se refere a essa possível origem comum entre os três grupos, tal teoria está presente em diferentes relatos (RUGENDAS, 1998; DEBRET, 1993; FREIREYSS, 1982; BURMEISTER, 1980) e vem sendo reafirmada por diversos autores que desenvolvem estudos sobre o tema (LOURES OLIVEIRA, 2004; LUFT, 2000; RESENDE, 2003). Para Luft (1999, 2000), esses povos teriam sido anteriormente um só grupo, os Puri-Coroados. O autor encontrou nos relatos de Eschwege, as seguintes informações:

Segundo tradição de alguns velhos índios, eles constavam então de três tribos, segundo outros de duas, uma das quais se denominava Meritong, a outra Camabipaque; a alcunha de Coroados, entretanto, predominou tanto entre estas designações, que apenas só poucos anciãos ainda se lembram de fato, e podem dela dar notícia; também o modo, como antigamente raspavam a coroa, só se verifica atualmente em muito poucos indivíduos.

Tradições de boca em boca ainda persistem entre eles quando outrora constituíam Coroados e Puri uma só nação, porém sobrevinda depois tremenda rixa entre as duas importantes famílias, separaram-se. O fato é que a linguagem dos Coroados e dos Puri têm muita afinidade entre si, de sorte que se compreendem uns e outros, sendo, entretanto, diferente o seu físico e a sua moral. São os Puri de muito mais forte constituição do que os Coroados, e particularmente nestes últimos em geral, estranha-se a extraordinária pequenez dos membros viris (ESCHWEGE, 1946, p. 121 *apud* LUFT, 2000, p. 50).

A hipótese de uma mesma origem para os Puri, Coroados e Coropó não levou em conta possíveis distinções entre esses grupos e muito menos a especificidade de cada um (SILVA, 2011). Para Magheli (2000), há ascendência Goitacá bem como a unificação entre Puri e Coroados em um só grupo, nada mais é do que uma generalização e distorção da identidade de cada um desses grupos (MAGHELI, 2000 *apud* SILVA, 2011, p. 190). Segundo Mètraux (1929), a ideia de serem esses grupos descendentes dos Goitacás é equivocada pelo fato de que, antes desse último ser extinto, já haviam relatos sobre os índios Puri, Coroados e Coropó (MÈTRAUX *apud* SILVA, 2011, p. 190). Além disso, Magheli (2000) acredita que além de serem diferentes tanto fisicamente e culturalmente entre si, esses grupos também não possuem nada em comum com os Goitacá.

Como demonstrado, são muitas as referências e tentativas de entender os povos que habitaram a Zona da Mata mineira. Trazendo essa discussão para o caso do município de Carangola, também aparecem nas fontes referências exclusivas aos grupos Puri, Coroados e Coropó. Esses grupos eram vistos pelos colonizadores como hostis e resistentes a colonização. Com exceção dos Coroados, que eram considerados “mansos”. Já os Puri, tinham fama de ser índios bravos, que impediam os planos da Coroa para a região. Segundo as fontes, os Puri entravam em atrito tanto com os colonizadores quanto com outros grupos indígenas, como por exemplo, os Coroados (SILVA, 2011).

Diversas fontes sugerem que os grupos Puri, Coroados e Coropó seriam pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê (MERCADANTE, 1973; LUFT, 1999; NIMUENDAJU, 1987; MARTIUS, 1867). No entanto, tal filiação linguística também desencadeou algumas divergências entre alguns autores (JOSÉ, 1965; SENA, 1937) que relacionam esses grupos ao tronco linguístico Tupi (MAGESTE, 2008, p. 23).

Sobre o modo de vida desses grupos, os relatos dos viajantes naturalistas apontam que eles se organizavam em aldeias espalhados pelas matas, sendo interligadas por trilhas (LOURES; SIMÕES, 2006, p. 25). De acordo com os relatos,

as cabanas dos Coroados mudariam de tempos em tempos. Como podemos ver no trecho abaixo:

Segundo Debret (1978:54), as cabanas dos Coroados eram como berços recobertos de folhas de palmeiras entrelaçadas e altas, de três a quatro pés apenas. Freireyss (1982:86) as descreve, no mesmo período, início do século dezenove, em forma de barraca, com altura de um a nove pés. Mais tarde, em meados do mesmo século, elas passariam a ser construídas em madeira, com paredes de barro e teto de palha, semelhantes às casas dos colonos, mas sempre espalhadas pelo mato e afastadas do caminho (Burmeister 1980:172). (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 254).

Já os Puri surgem nas descrições como não preocupados com os locais de dormir, eles tinham o costume de fazer um buraco no chão em formato de bacia e ali se deitavam. E suas cabanas eram feitas de “duas forquilha fincadas no chão, mal cobertas com folhas de sapé que serviam de cobertura e parede ao mesmo tempo” (LOURES OLIVEIRA, 2003, p. 254). Outra característica dos Puri é que estes utilizavam no corpo alguns tipos de adorno, principalmente nas orelhas e lábios. Além disso, eram conhecidos por serem principalmente caçadores e de coletas de frutas e raízes devido ao estilo de vida nômade. Mas também existem alguns relatos que indicam que algumas famílias cultivavam milho para sua subsistência (LOURES OLIVEIRA, 2003; SILVA, 2011).

Os costumes desses grupos foram profundamente alterados com a chegada dos colonizadores na região. Eles não puderam mais se locomover pelo território como estavam acostumados, sendo obrigados a se fixar em aldeamentos portugueses. Aos poucos foram deixando de lado suas ferramentas e utensílios cotidianos, passando a utilizar os objetos europeus. Suas moradias feitas de madeira e palha ou folhagem, que permitiam o fácil deslocamento do grupo, foram dando lugar as estruturas de pedras, o que sinalizava ainda mais o hábito europeu de fixação em um lugar só. E mesmo tendo buscado resistir a esses novos hábitos, a colonização foi intensa, levando inclusive a escravidão. Aceitar então, passou a ser uma questão de sobrevivência frente a intensa repressão e domínio europeu.

No que se refere ao município de Carangola, pode-se dizer que os grupos Puri e Coroados estiveram presentes na região até o contexto do século XX. Segundo Carelli, habitavam o território os índios “Puri-Coroados” e “Puri-arrepiados”. O primeiro habitava onde seria hoje a cidade de Carangola e o outro, onde atualmente se encontra as cidades de Fervedouro e Araponga. Para o autor, havia uma diferença

entre os dois grupos – os Puri de Carangola possuíam uma baixa estatura, sendo “mansos e pacíficos”, já os Puri-Arrepiados, eram violentos e agressivos (CARELLI, 2008, p. 49).

O autor destaca também que esses grupos teriam permanecido na região até o ano de 1918, quando por conta de uma epidemia de Influenza Espanhola teriam sido exterminados (CARELLI, 2008). Porém, a presença desses grupos nos fornece histórias que podem ser problematizadas por meio da oralidade, pois ainda se tem notícias desses índios na região até hoje. Essas questões serão desenvolvidas no capítulo 4 do presente trabalho, onde serão apresentadas as falas da população local sobre a presença dos índios Puri na região.

Cabe destacar, que a narrativa aqui apresentada, foi a mesma que diversos pesquisadores, tanto arqueólogos/os e historiadoras/es, vem apresentando sobre a região. A proposta dessa dissertação não é reescrever essa história. Mas o objetivo em apresentá-la aqui, foi justamente para demonstrar e refletir sobre como, após décadas de pesquisas sobre a ocupação da região, esses pesquisadores, em sua maioria, continuam reafirmando um pensamento colonizador, elitista e excludente.

O indígena continua sendo percebido enquanto mero instrumento de dominação. E nos trabalhos arqueológicos, eles continuam não sendo percebidos como agentes históricos. A história reproduzida ainda permanece a mesma. Isso traz elementos para refletir no próprio papel da Arqueologia no contexto do município. Pois, após um longo período de atuação na região, em nada se alterou a história contada sobre a ocupação na região. Esses grupos e seus descendentes continuam sendo marginalizados dentro desse contexto histórico.

CAPÍTULO 3 – ARQUEOLOGIA E COMUNIDADE: O CONTEXTO DAS PESQUISAS REALIZADAS EM CARANGOLA, MINAS GERAIS

Quando penso que uma palavra/ Pode mudar tudo/ Não fico mudo/ Mudo/ Quando penso que um passo/ Descobre o mundo/ Não paro o passo/ Passo/ E assim que passo e mudo/ Um novo mundo nasce/ Na palavra que penso.

(Alice Ruiz, *Penso e passo*, 1999).

Neste capítulo, abordarei inicialmente as pesquisas arqueológicas realizadas na Zona da Mata mineira. O objetivo é apresentar o contexto dos estudos desenvolvidos na região e também discutir os dados alcançados sobre a ocupação da Mata mineira. Após apresentar esse cenário, o meu foco se voltará para as ações efetuadas exclusivamente no município de Carangola, principalmente aquelas direcionadas para a comunidade local. A partir disso, buscarei refletir quais as relações que foram estabelecidas entre arqueólogas/os, Arqueologia e comunidade; gestores públicos e o patrimônio cultural; além de (re)pensar a própria prática arqueológica.

3.1 O histórico das pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira

A região da Zona da Mata mineira permaneceu intacta do ponto de vista arqueológico durante muitas décadas. Um dos motivos, talvez, seja o fato de a região não ter sido foco das ações do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA)⁶. Apenas com o encerramento do PRONAPA, na década de 1970, diversas instituições como a UFMG, a UFPI e o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), continuaram a realizar atividades intensivas de prospecção, que foram complementadas com escavações sistemáticas em diferentes regiões do

⁶ A fim de contextualização, cabe ressaltar que o PRONAPA foi implantado no Brasil entre os anos de 1965 e 1970 pelos pesquisadores americanos Betty Meggers e Clifford Evans. Foi o primeiro programa nacional centrado em pesquisas arqueológicas, cujo objetivo era promover a padronização da terminologia arqueológica brasileira. O estado de Minas Gerais não foi incorporado dentro do estudo desenvolvido pelos pesquisadores dessa abordagem, como aconteceu em outras regiões do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte e Mato Grosso). A escolha dessas regiões se deu de acordo com os pesquisadores que estão vinculados ao Programa (LOURES OLIVEIRA, 2003b).

Brasil, uma vez que isto permitia uma visão mais detalhada dos dados arqueológicos (PROUS, 1992, p. 16).

No que se refere à Zona da Mata mineira, a região só foi alvo de pesquisas arqueológicas após o fim do Programa. A partir das investigações desenvolvidas pelo pesquisador Ondemar Dias Junior, o contexto regional começou a ser inserido dentro dos estudos arqueológicos no país. Dias Junior ainda estava formalmente vinculado ao PRONAPA, mas expandiu suas pesquisas para o estado de Minas Gerais por meio do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) (DIAS JUNIOR, 1975). As investigações no território mineiro ocorreram no âmbito do projeto “Paraíba Mineiro”. O objetivo era investigar os afluentes do rio Paraíba do Sul, por esse ser considerado um eixo importante para o povoamento regional. Em vista disso, foram realizadas prospecções no entorno dos rios Muriaé e Carangola. Porém, vale destacar que a Zona da Mata foi abordada de forma correlata, não sendo o foco das pesquisas (MAGESTE, 2017).

Essa pesquisa gerou uma grande contribuição para a discussão a respeito do povoamento na região, tanto no período pré-colonial, quanto no colonial. Os resultados das pesquisas realizadas na região serrana do estado do Rio de Janeiro apresentaram muitas similaridades com a Zona da Mata mineira. Dias e Carvalho (1980) publicaram na mesma época um trabalho onde era feita uma revisão etno-histórica, apresentando os relatos de cronistas que apontam para os grupos existentes tanto no médio curso do Paraíba do Sul, quanto na região adjacente de Minas por volta do início do século XIX (CORREIA, 2009, p. 25). De acordo com os autores,

[...] o principal grupo mencionado é o “Puri-Coroado” que aparentemente compartilhavam uma mesma família linguística, entretanto, no período do contato estavam separados em grupos diversificados se tratando como inimigos. Os Coroado estavam disseminados entre o norte do estado do Rio de Janeiro estendendo-se pelo Espírito Santo e Minas Gerais, inclusive pelo vale do rio Muriaé (DIAS; CARVALHO, 1980 *apud* CORREA, 2009, p. 25).

Dando prosseguimento aos trabalhos realizados na região, destaco o desenvolvido por Maria da Conceição Beltrão e Tania Andrade Lima, em 1986. As pesquisadoras tiveram como foco de seus estudos o sítio arqueológico denominado de “Caverna da Babilônia”, localizada na Serra da Babilônia, no município de Goianá

(antigo distrito de Rio Novo)⁷. No local foram encontrados três corpos mumificados naturalmente⁸.

As primeiras menções sobre as cavernas da fazenda remontam ao século XIX, mais especificamente ao ano de 1871, quando o local recebeu a visita do Sr. Antunes, então administrador. No entanto, nenhum vestígio arqueológico foi encontrado ou pelo menos mencionado, nesse momento. Apenas quatro anos mais tarde foi relatada a localização dos vestígios do antigo cemitério indígena pelo naturalista local Manuel Basílio de Furtado, correspondente do Museu Nacional (HARTT, 1875). A partir desse achado, iniciaram-se no local as primeiras escavações, que contaram com a contribuição de outros pesquisadores, como: Basílio de Furtado, Conselheiro Diogo Velho e Rozendo Muniz e, também, Ladislau Netto, então Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (HARTT, 1875, p. 209). O resultado obtido com as escavações realizadas, foram descritos no relatório elaborado por Hartt⁹, em 1875. Os dados informados pelo autor ajudam-nos a compreender um pouco mais as lacunas que abrangem o conjunto funerário em questão (COLOMBO; CORRÊA, 2014).

Nas pesquisas realizadas por Beltrão e Lima (1986) a respeito das múmias, pode-se dizer que “foram analisados um indivíduo adulto, de sexo feminino, com idade aproximada de 25 anos, e duas crianças, sendo uma recém-nascida, com aproximadamente um mês, e outra em torno dos doze meses de vida” (BELTRÃO; LIMA, 1986, p. 3). Junto às múmias foi encontrado também material têxtil, analisados na época pela pesquisadora Berta Ribeiro. Com as pesquisas, chegou-se à conclusão que as múmias foram mumificadas naturalmente e, a partir da datação absoluta realizada no material têxtil, obteve-se 600±80 AP (BELTRÃO; LIMA, 1986, p. 3)¹⁰. Segundo Ribeiro (1986), o indivíduo poderia vir a pertencer a um dos grupos indígenas que, historicamente, habitaram o território. De acordo com o mapa etno-

⁷ A caverna da Babilônia se encontra na Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, que foi uma importante produtora de café durante o Segundo Império. Tem-se registro de que ela pertenceu à Baronesa de Santana, que participava do círculo de amizade do Imperador D. Pedro II (BELTRÃO; LIMA, 1986, p. 5). De acordo com Colombo e Corrêa (2014), nesta fazenda, estão situadas as formações de monadnocks de gnaiss, conhecidos como Pedra da Babilônia, Pedra da Boa Vista e Pedra dos Índios, sendo que, nesta última, existem três cavernas, sendo uma delas denominada Caverna da Babilônia, local onde foi evidenciado o cemitério indígena (COLOMBO; CORRÊA, 2014, p. 195).

⁸ Os três corpos mumificados estão atualmente depositados na coleção arqueológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (BELTRÃO; LIMA, 1986, p. 5).

⁹ Ver: Revista Chico Boticário, 2.ed., jan. 2006, Rio Novo, p. 16-22.

¹⁰ De acordo com Beltrão e Lima (1986, p. 3), “as hipóteses de trabalho levantadas inicialmente foram testadas através de escavações no local do achado, de exames radiológicos, morfológicos e parasitológicos, bem como da análise dos acompanhamentos funerários”.

histórico de Nimuendaju (1981), destacado pela autora, seriam eles: Botocudo, Puri-Coroado, Maxakalí e Pataxó, sendo que os Botocudo se estendiam por Minas e o Espírito Santo, pertencendo a uma família linguística do tronco Jê (RIBEIRO, 1986, p. 15-16).

Na década de 1990, foram desenvolvidos outros trabalhos de caráter mais pontuais na região da Mata. Dentre esses trabalhos, podemos destacar o desenvolvido pelas pesquisadoras Lina Kneip e Filomena Crâncio (1999, 2000) no município de Leopoldina. Segundo as autoras, em 1997, foram realizadas escavações arqueológicas na Fazenda Vargem Linda, na cidade citada. A partir dessas escavações, foi possível identificar “um sítio de grupos horticultores e ceramistas datado de 565+45 anos A.P (GX – 245'18 – LS)” (KNEIP; CRÂNCIO, 1999, 2000, p. 93). Devido às atividades de terraplanagem realizadas nas terras da fazenda pelo proprietário, grande parte do sítio foi destruído e foram expostos à superfície uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos, que mais tarde foram relacionados a grupos pertencentes à tradição Tupiguarani (KNEIP; CRÂNCIO, 1999,2000).

Outro trabalho que podemos citar, que veio a ser uma continuidade das pesquisas realizadas pelo IAB, é a tese de doutorado defendida por Vlademir José Luft, em 1999, intitulada **Da História à Pré-Historia: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do Alto rio Pomba (o caso da serra da Piedade)**. Em seu trabalho, o autor buscou dar continuidade às pesquisas iniciadas pelo IAB, sobre o povoamento regional. De acordo com Luft (1999), seu objetivo foi analisar a ocupação indígena da serra da Piedade, localizada no município de Visconde do Rio Branco, onde se teria “a presença dos grupos indígenas Puri e Coroado, que de forma geral, são dois grupos pouco conhecidos” (LUFT, 1999, p. 10).

Luft destaca que seu trabalho esteve intimamente relacionado às pesquisas realizadas no âmbito do Programa Arqueológico Puri-Coroado, pois foi a partir dele que surgiu o projeto para sua tese. O Programa Arqueológico Puri-Coroado foi um programa de pesquisas criado em 1992, que visava trabalhar com os grupos indígenas Puri e Coroado em “todas” as suas representações e desdobramentos (LUFT, 1999, p. 50). Os objetivos gerais do Programa foram localizar, identificar e analisar, histórica e arqueologicamente, através das fontes escritas, orais e culturais,

os grupos indígenas Puri, Coroado e Coropó (LUFT, 1998)¹¹. A partir dessas fontes, foram encontrados dois sítios a céu aberto e diversos sítios em abrigos, que continham enterramentos secundários em urnas e cerâmicas, contendo restos humanos e em alguns casos fragmentos de trançados e demais vestígios vegetais. Com as pesquisas desenvolvidas, reforçou-se a afirmação de diversos autores no que se refere ao fato dos Puri e Coroado serem populações oriundas do Norte Fluminense que teriam penetrado para o interior devido às pressões de outras populações indígenas, principalmente os Goitacás (LUFT, 1999).

Entre os diferentes trabalhos aqui apresentados, que foram realizados na Zona da Mata ou contribuíram para uma melhor compreensão acerca do povoamento da região, destaco as ações do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF). A atuação do MAEA-UFJF teve um papel fundamental para o desenvolvimento da Arqueologia regional, através do “Projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira”, que teve início no ano 2000, sob coordenação da Dr.^a Ana Paula de Paula Loures Oliveira. O projeto pretende “identificar, registrar e mapear os sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira com o intuito de conhecer o modo de vida das populações que habitaram a região anterior ao processo de colonização” (MONTEIRO OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2010, p. 131). Isso seria possível de acordo com os idealizadores do projeto, a partir de uma proposta interdisciplinar, que englobasse pesquisadores de diferentes áreas de estudo como: Biologia, História, Geografia, Engenharia, Antropologia, entre outros (LOURES OLIVEIRA; MONTEIRO OLIVEIRA, 2001; LOURES OLIVEIRA, 2012).

Para o desenvolvimento do projeto, os pesquisadores envolvidos buscaram estabelecer convênios com as prefeituras locais, que ofereceram infraestrutura mínima para os trabalhos, no anseio de buscar conhecimento sobre o seu passado, a fim de incentivar a cultura local. Aliado a essa parceria, contou com apoio de agências de fomento à pesquisa e extensão, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação do Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e das Pró-Reitorias de Extensão e Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAGESTE, 2017).

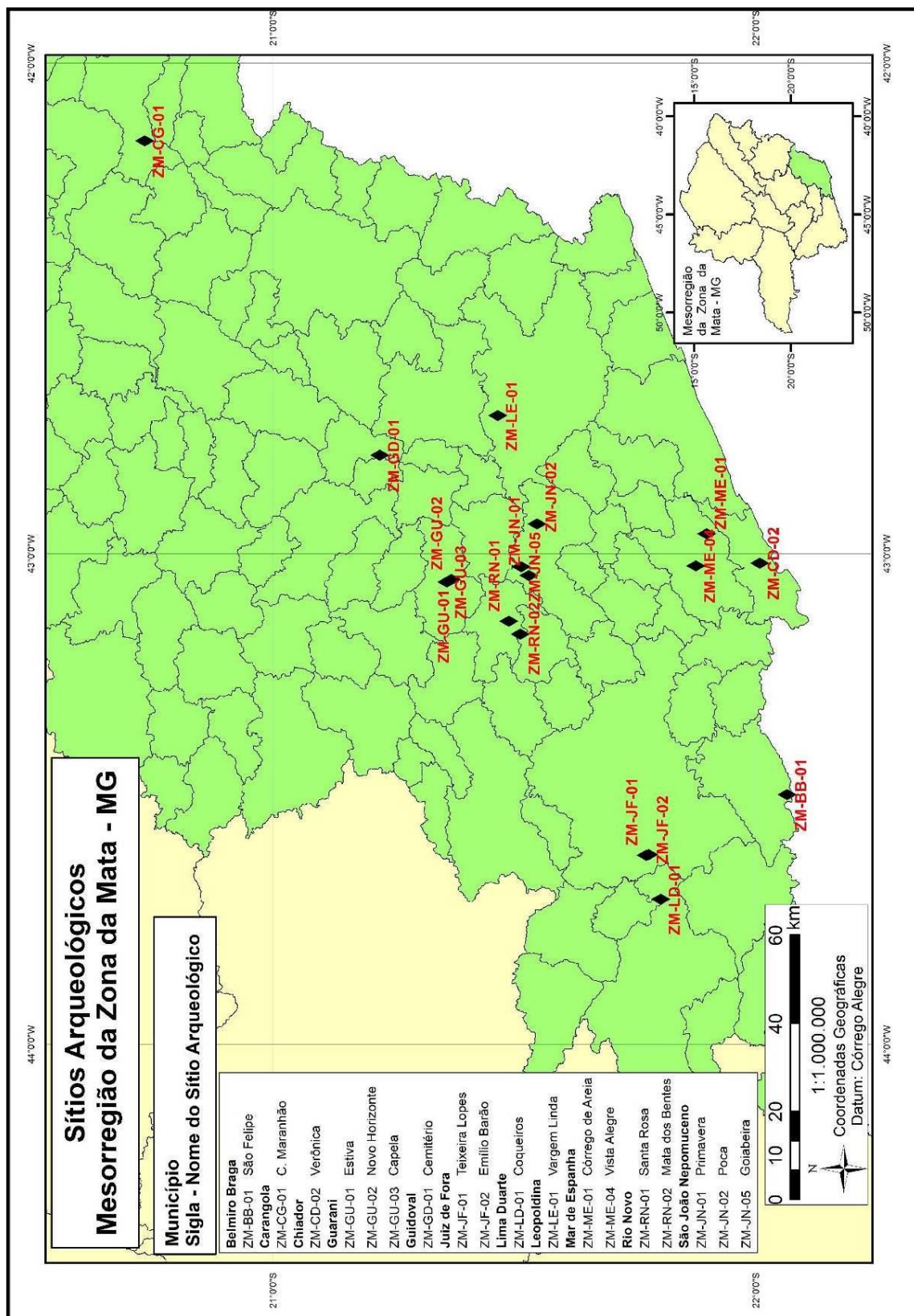
¹¹Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/encontros-regionais/encontros-anpuh-rio/viii-encontro-regional-de-historia-1998>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

Em dezessete anos de pesquisa, foram registrados aproximadamente trinta sítios arqueológicos na região, o que tem possibilitado novas inferências acerca dos grupos que habitaram a Zona da Mata antes e durante o período colonial. Dos sítios identificados pelo MAEA-UFJF (Figura 2) durante o projeto de mapeamento, seis já foram escavados e sistematizados, sendo eles: Emílio Barão e Teixeira Lopes, situados no município de Juiz de Fora; Primavera e Poca, na cidade de São João Nepomuceno; Mata dos Bentes, no município de Rio Novo; e, por fim, Córrego do Maranhão, no município de Carangola¹² (LOURES OLIVEIRA, 2006).

Além das intervenções arqueológicas realizadas pelo MAEA-UFJF, foi desenvolvido concomitantemente um programa de sensibilização, valorização e preservação do patrimônio cultural junto à comunidade local, denominado de “Compartilhando experiências: a educação patrimonial e a socialização do saber”. O programa tem como finalidade proporcionar ao público alvo elementos para as reflexões acerca do conhecimento adquirido a partir das pesquisas que são desenvolvidas na região voltando-se, principalmente, para aqueles alcançados com a Arqueologia. O escopo do programa é promover, por meio da experimentação e vivência das crianças, sensações e percepções sobre patrimônio cultural alinhavado a partir das relações afetivas estabelecidas com o conteúdo apresentado (LOURES OLIVEIRA, 2004; MONTEIRO OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2010).

¹² Os sítios, em sua maioria, possuem as seguintes características: são pré-coloniais, localizados em topos de colinas, com altitudes entre 200 e 700 metros, declividades variáveis, classificados como sítios a céu aberto colinares, lito-cerâmicos e unicomponenciais (LOURES OLIVEIRA, 2012, p. 103).

Figura 2 – Alguns dos sítios arqueológicos pesquisados pela equipe do MAEA-UFJF



Fonte: MAGESTE, 2017.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo MAEA-UFJF trouxeram complexidade ao contexto de ocupação aqui já apresentado. De acordo com Loures Oliveira (2012), elas revelaram, em sua maioria, a presença de cerâmica relacionada à tradição Tupiguarani, inclusive, com características bem semelhantes às aquelas pesquisadas por Buarque (2009), no Rio de Janeiro, em sítios ocupados por grupos ancestrais dos Tupinambá (BUARQUE, 2009, p. 104). Para Mageste (2012), os estudos arqueológicos acenam para uma possibilidade que extrapola as informações contidas nas fontes escritas, na qual era impensável grupos pertencentes ao tronco linguístico Tupi terem ocupado a Zona da Mata mineira, demonstrando com isso as potencialidades dos dados arqueológicos para a compreensão do passado regional (MAGESTE, 2012, p. 14). Porém, as pesquisas arqueológicas também confirmaram a presença de grupos associados à tradição Una e, portanto, relacionados ao tronco linguístico Macro-Jê (LUFT, 1999).

Além de Loures Oliveira (2012), outros autores (DIAS E CARVALHO, 1980; LUFT, 1999) também apontam a possibilidade de ocupação Tupi na região da Zona da Mata, com vestígios relacionados à tradição Tupiguarani (MORAIS SILVA, 2011). Dias e Carvalho (1980) defendem que a região dos *Sertões do Leste* era ocupada por diferentes grupos. Por conta disso foi uma área de intensas trocas de influências culturais. Luft (1999) acredita, inclusive, que os Tupi teriam sido os últimos grupos a habitar a região.

Para Eremites de Oliveira (2007), esse tipo de associação direta, feita entre uma cultura material do período pré-colonial e a identidade étnica de grupos que são conhecidos etnograficamente e historicamente, é algo muito problemático e tem ocorrido de forma mais sistemática na Arqueologia brasileira desde a atuação do PRONAPA. Um exemplo dessas associações é destacado por Lima (2011), que coloca que a Arqueologia guarani vem sendo desenvolvida nas últimas décadas a partir de uma busca de associação entre registros arqueológicos e etnográficos, a fim de traçar continuidades culturais. Perspectiva essa fundamentada no conceito normativo de cultura, característico do histórico-culturalismo.

O problema de traçar esse tipo de associação, está justamente no uso deliberado de analogias históricas diretas. Segundo Eremites de Oliveira (2007), tal movimento ocorre principalmente quando se trata de vincular a tradição ceramista Tupiguarani com os grupos étnicos da família Tupi-guarani. Nessa situação, cultura material e língua são entendidas como possíveis identificadores de grupos étnicos

de língua Guarani. A questão, é que a partir dessa proposta, alguns fatores que se tornam essenciais para compreender a etnicidade e identidade dos grupos étnicos são desconsiderados, como a autoidentificação dos grupos e o fato deles se organizarem de formas distintas dentro da sua cultura (EREMITES DE OLIVEIRA, 2007). Dentro do cenário brasileiro, a Arqueologia Guarani é um caso muito conhecido, onde se tem buscado fazer uma ligação entre a:

[...] interpretação de grupos étnicos vinculados ao tronco linguístico tupi, à família linguística tupi-guarani (com hífen) e à língua guarani, para os quais segue sendo atribuída uma identidade ou etnicidade genérica denominada *guarani*. Em situações desse tipo, uma tradição tecnológica ceramista, como a denominada na Arqueologia brasileira de *Tupiguarani* (sem hífen), tem sido diretamente associada aos falantes de uma língua indígena, a guarani. A partir desses dois elementos (tradição ceramista e língua nativa), muitos arqueólogos têm frequentemente identificado, de um ponto de vista *etic* e não *emic*, vários grupos étnicos como sendo “Guarani” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2007, p. 96).

Frente a essa questão, Lima (2011) destaca que a cultura material por si só não é um bom indicador de grupos étnicos. Neste caso estaria também o erro dessa perspectiva dentro da Arqueologia. Utilizar as similaridades alcançadas na cultura material para atribuir etnicidade ao registro arqueológico é problemático, uma vez que a etnicidade é construída a partir de uma consciência da diferença. Para a autora,

[...] se etnicidade é construção subjetiva de autoidentificação, pelo qual se estabelecem relações de afinidade e pertencimento a um determinado grupo, isso a torna um domínio opaco para a Arqueologia. Não se pode deixar de levar em conta que as fronteiras entre grupos étnicos não são rígidas nem fixas, mas fluidas. Isto porque etnicidade é formada, transformada, construída, desmantelada e reinventada constantemente (LIMA, 2011, p. 13).

Para Jones (1997), o estudo da etnicidade dentro da Arqueologia contemporânea, vem se apresentando como uma área altamente controversa. Atualmente, existem arqueólogas/os que estão entendendo que realizar a identificação de “culturas” de vestígios arqueológicos e associa-los a grupos étnicos é algo irremediavelmente inadequado. Porém, a abordagem ainda vem sendo utilizada e desempenhando um papel significativo dentro da investigação arqueológica, e também, na legitimação de grupos étnicos atuais e suas demandas (JONES, 1997, p. 01).

Nessa questão, Loures Oliveira (2012) problematiza em um dos seus trabalhos sobre o conceito de tradição e as associações estabelecidas com questões de identidade étnica e particularismos regionais. Segundo a autora, a utilização do conceito de tradição nas pesquisas desenvolvidas pelo MAEA-UFJF, na Zona da Mata mineira, parte da perspectiva pensada originalmente no cenário norte-americano, “como um marco metodológico classificatório poderoso, que nos permite transitar com segurança pelas tipologias que estabelecemos” (LOURES OLIVEIRA, 2012, p. 111). Em vista disso, a ideia é a de que quando os trabalhos desenvolvidos pelo MAEA-UFJF utilizam o termo tradição, é, na verdade, para se referir à “cultura material que apresenta um conjunto de características tecnológicas recorrentes em toda a América Latina e não ratificando possíveis implicações étnicas e/ ou linguísticas” (LOURES OLIVEIRA, 2012, p. 111).

Cabe destacar aqui, que não é a intenção dessa dissertação extinguir o uso de analogias e nem propor algo em troca. Mas acredito que seu uso tem que ser problematizado. Assim, como não utilizar também é uma questão. O que de fato seria utilizado no lugar dessas classificações, é algo que refleti muito durante o desenvolvimento dessa pesquisa. De fato, existem certas preocupações, como por exemplo, eliminar o uso das analogias não estaria afastando a Arqueologia e arqueólogos/os das questões indígenas? Isso porque, esses grupos vêm utilizando esse tipo de abordagem para reivindicações de terra, por exemplo. Mas ao mesmo tempo, creio que seja um caminho importante discutir esses tipos de perspectiva, que vem sendo utilizados a décadas na disciplina. O objetivo aqui não é delimitar nada, até porque, isso seria um tanto quanto autoritário e colonizador. Mas é talvez propor outro tipo de discussão, que pense outras possibilidades para a Arqueologia.

Continuando com o contexto de pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira, cabe ressaltar que a região também foi cenário de realização de trabalhos relacionados com a Arqueologia Preventiva. Porém, os dados oriundos dessas ações ainda são de difícil acesso, porém seus impactos são presentes na região. Para todos os efeitos, na área de interesse da presente pesquisa, vale frisar os estudos realizados no âmbito do empreendimento Mineroduto Minas-Rio, de responsabilidade da empresa Anglo American, que levou à identificação do sítio arqueológico Fazenda Santa Cruz, situado em fazenda homônima, a menos de 300 metros do sítio Córrego do Maranhão. Implantando no topo de uma colina com 768 metros de altitude, está situado a cerca de 400 metros do rio Maranhão, tributário do

rio Carangola, e apresenta vestígios cerâmicos em superfície sobrepostos a uma plantação de café (SCIENTIA, 2011).

3.2 As pesquisas arqueológicas em Carangola

O município de Carangola possui um grande potencial arqueológico e por conta disso, ao longo dos anos, vem sendo alvo de diferentes ações voltadas para o seu patrimônio arqueológico. Em termos históricos, os primeiros relatos sobre os artefatos arqueológicos na região remontam ao século XIX, quando aventureiros chegaram à região em busca de vestígios de antigos grupos indígenas. Nesse período, passaram também pelo local campanhas incentivadas pela Coroa, compostas por pesquisadores de diferentes áreas do saber. O objetivo de tais expedições era coletar o maior número possível de vestígios de populações indígenas para a documentação e estudos sobre os primeiros habitantes do Brasil. Na empreitada, foram documentados vestígios supostamente relacionados aos grupos indígenas ainda remanescentes na região, denominados de Puri, Coroado e Coropó e amalgamados sob o termo generalizante de “tapuia” (MAGESTE, 2008; LOURES OLIVEIRA, 2008).

Segundo Mageste (2017), a primeira investida no local foi registrada em 1896, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A ação foi liderada pelo engenheiro Henri Louis Xavier Bernard e um grupo de pessoas que o acompanhou. De acordo com o relato de viagem, o grupo partiu “da Vila de São Francisco do Glória, passaram por uma mata densa, andando uma légua e meia de distância até chegarem no cume de uma elevação” (MAGESTE, 2017, p. 109). Ao chegarem no local, se depararam com o que seria um cemitério indígena, pois possuía várias ossadas e crânios (IHGB, 1896 *apud* MAGESTE, 2017; CARELLI, 1978). Não foram oferecidas informações suficientes para definir precisamente o local onde esse material foi encontrado. Mas, como destaca Mageste (2017, p. 109),

[...] é relevante destacar que a distância percorrida, bem como a descrição da área visitada, parece ser coincidente com as terras que integram hoje o distrito de Alvorada, em Carangola, onde estão situados os sítios Córrego do Maranhão e Fazenda Santa Cruz.

No século XX, tem-se notícia de uma escavação teria sido realizada em Ponte Alta de Minas, que atualmente é distrito de Carangola. O trabalho teria sido coordenado pelo pesquisador local Deusdedit Catta-Pretta, em 1927. Na ocasião foram evidenciados três corpos mumificados, embalados em cestos de bambu, que foram posteriormente enviados ao Museu do Índio no Rio de Janeiro. A partir das informações oriundas dessa ação, Mageste (2017) destaca o contexto e o local onde a escavação ocorreu, que se difere do sítio conhecido na região, o “Toca dos Puri”, onde também foram encontradas ossadas humanas e acompanhamentos funerários.

As notícias sobre possíveis vestígios arqueológicos continuaram surgindo ainda no século XX. Existem três relatos sobre possíveis aldeamentos. A primeira ocorrência surgiu em 1918, no local da cidade identificado como o trecho inicial da Rua Magalhães Queiroz. A segunda ocorreu em 1969, na Rua Sebastião Frossard, devido à realização de uma terraplanagem empreendida pela construtora IMBÉ, em Varginha de Baixo, Carangola (CARELLI, 2008). Contudo, os achados não geraram publicações ou estudos de caráter sistemáticos. Os lugares onde estariam esses possíveis assentamentos hoje são ocupados por diferentes construções, como casas, prédios, entre outros.

Mas as narrativas sobre esses fragmentos parecem persistir na memória e imaginário da população local. Muitos moradores têm conhecimento dessas informações por conta das publicações de escritores locais, como o Professor Rogério Carelli e o autor Paulo Mercadante, que produziram obras ligadas à história do município, além de textos em jornais e revistas, onde abordam a presença indígena na região e os vestígios arqueológicos encontrados.

Além dessas fontes de informações sobre os vestígios arqueológicos, existem trabalhos publicados por arqueólogos/os que estão desenvolvendo estudos sobre os sítios da região (MAGESTE, 2012, 2016, 2017; PORTO, 2015; LOURES OLIVEIRA, 2008, 2012). Além dos relatos citados acima, sobre os vestígios ainda no século XIX, muitas outras ações foram realizadas no município. Foram perpetradas diferentes etapas da pesquisa arqueológico em Carangola, como diagnóstico, escavações, levantamentos de história oral e educação patrimonial. Tendo em vista o objetivo central dessa pesquisa, que consiste em avaliar as relações estabelecidas entre o patrimônio arqueológico, arqueólogos/os e comunidade, acredito ser necessário um aprofundamento sobre a sistematização e análise do material produzido no escopo dos estudos elencados. Desde já, cabe destacar que, em vista

da proposta de estudo aqui estabelecida, será dada uma ênfase maior para os trabalhos que buscaram envolver o público local.

Para melhor contextualização do percurso que efetuei, apresento no momento uma síntese das ações realizadas, a fim de depois destrincha-las. Abaixo consta um esquema (Quadro 1) desses trabalhos, onde informo o ano que foram desenvolvidos, os sujeitos que atuaram nesse contexto, as ações efetivadas e os resultados gerados. Vale ressaltar que, de forma a delimitarmos os limites de uma pesquisa de mestrado, optei por não trabalhar com as ações que envolveram o patrimônio arqueológico durante os séculos XIX e primeiras décadas do século XX, por conta da ausência de publicações e distanciamento completo do público (LOURES OLIVEIRA, 2009).

Quadro 1 – Relação de atividades arqueológicas realizadas no município de Carangola, Minas Gerais

(continua)

AÇÕES REALIZADAS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA				
Iniciativa de pesquisa	Ano	Iniciativa	Atividade realizada	Resultados
Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais – Pesquisadores: Alenice Baeta; André Prous	1993	Braz Cosenza (UEMG); Prefeitura Municipal de Carangola	Emissão de laudos a respeito do estado de conservação dos sítios localizados nos distritos de Ponte Alta de Minas e Alvorada; proposição de um plano de ações.	As propostas não foram realizadas; os sítios não foram registrados no IPHAN.
Museu Nacional do Rio de Janeiro – Pesquisador(a): Tânia Andrade Lima	1997	Prefeitura Municipal de Carangola	Visita e diagnóstico do sítio arqueológico em Alvorada, que recebeu na ocasião, o nome de “Córrego do Maranhão”.	Preenchimento da ficha de cadastro do IPHAN; efetivo registro do sítio Córrego do Maranhão.
Sete Soluções e Tecnologia Ambiental	2003/2005	Arqueologia Preventiva – Carangola Energia	Diagnóstico na região	Elaboração de um relatório final depositado no IPHAN
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF (MAEA-UFJF)	2005	Prefeitura Municipal de Carangola	Visita aos sítios Córrego do Maranhão e Toca dos Puri.	Estabelecimento de um convênio entre a prefeitura local e o MAEA-UFJF.

Quadro 1 – Relação de atividades arqueológicas realizadas no município de Carangola, Minas Gerais

(continua)

AÇÕES REALIZADAS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA				
Iniciativa de pesquisa	Ano	Iniciativa	Atividade realizada	Resultados
ArKaïos Consultoria SC LTDA	2006	Arqueologia Preventiva-PCH Pipoca	Prospecção Arqueológica	Não ocorreu nenhum trabalho mais sistemático.
Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF (MAEA-UFJF)	2006/2007	Prefeitura Municipal de Carangola	Desenvolvimento de ações envolvendo os sítios arqueológicos e as comunidades.	Escavações; Educação Patrimonial; História Oral.
Pesquisadora: Elayne Granado Lara	2008	UFMG e Prefeitura Municipal de Carangola	Análise do material têxtil encontrado na Toca dos Puri	Pesquisa sobre a tecnologia utilizada na confecção do têxtil e as possibilidades de ocupação na região a partir dessa perspectiva.
Spelayon Consultoria – ME	2008	Arqueologia Preventiva – MMX – Minas – Rio Mineração S.A.	Diagnóstico Não-Prospectivo	Registro de cinco sítios pré-coloniais: Abrigo da Usina; Abrigo do Itaporoco; Lapa do Olerino; Abrigo Fábrica dos Borges; Abrigo do Lapão II. Não ocorreu nenhum trabalho mais sistemático.
Equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF (MAEA-UFJF) e pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE-USP)	2009	Atuação ocorreu a partir do convite da equipe do MAEA-UFJF que já atuava no município	Coleta dos vestígios ósseos depositados no Toca dos Puri	O trabalho não gerou publicação. O material foi alocado e exposto no Museu Municipal de Carangola
Scientia	2011/2013	Arqueologia Preventiva Associada ao Mineroduto Minas-Rio – Anglo American	Diagnóstico Arqueológico interventivo e prospecção arqueológica	Registro do sítio arqueológico pré-colonial. Nome do sítio: Fazenda Santa Cruz; Não houve nenhum trabalho mais sistemático no sítio ou com a comunidade da região.

Quadro 1 – Relação de atividades arqueológicas realizadas no município de Carangola, Minas Gerais

(conclusão)

AÇÕES REALIZADAS NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA				
Iniciativa de pesquisa	Ano	Iniciativa	Atividade realizada	Resultados
Pesquisador: Leandro Elias Canaan Mageste	2010/ 2012	Dissertação de Mestrado. (Na ocasião estava filiado ao MAE-USP e ao MAEA-UFJF).	Escavações no sítio Córrego do Maranhão em 2011, no bojo do projeto de pesquisa coordenada pela Ana Paula; Trabalho de análise no material arqueológico que está depositado no Museu Municipal de Carangola.	A pesquisa resultou em uma dissertação do mestrado, e outras publicações sobre o material cerâmico do sítio Córrego do Maranhão.
Pesquisadora: Cecília Belindo de Araújo Porto	2013/ 2015	Dissertação de Mestrado	Visita ao acervo têxtil do Museu Municipal de Carangola. As análises feitas sobre as tecelagens encontradas no sítio Toca dos Puri, foram relacionadas com as que o grupo Maxakali fazem atualmente.	O trabalho resultou numa dissertação de mestrado e outras publicações.
Pesquisador: Leandro Elias Canaan Mageste	2012/ 2016	Tese de Doutorado	Vistoria do sítio Córrego do Maranhão e ao sítio Fazenda Santa Cruz, onde foi observado o estado de conservação dos sítios;	A pesquisa resultou em uma tese de doutorado e outras publicações sobre o material cerâmico do sítio Córrego do Maranhão.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da relação estabelecida no quadro acima e da bibliografia estudada sobre o tema, notei que alguns desses trabalhos ocorreram através da iniciativa do poder público local. Pelo que pude avaliar, as ações dependiam do interesse de quem estava na administração municipal. A partir disso, eram feitas algumas tentativas de proteção dos sítios arqueológico, no caso, chamando arqueólogas/os para avaliarem os vestígios encontrados. Em vista desse cenário, para a proposta dessa pesquisa, irei focar nos trabalhos que tiveram a população envolvida de alguma forma.

Uma das primeiras visitas de arqueólogos/os no município foi em 1993, com a equipe de pesquisadores do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais. A visitação ocorreu a partir de um convite feito por professores da antiga faculdade da região Faculdade Vale do Carangola (FEVALE), junto à prefeitura de Carangola. Os pesquisadores receberam o auxílio de moradores locais e dos professores da FEVALE, Rogério Carelli e Jairo Hosken, além do próprio Braz Cosenza, que ajudaram fornecendo informações sobre os sítios.

Como resultado da visita, foram emitidos laudos a respeito do estado de conservação do sítio Toca dos Puri. Além disso, foram criadas algumas propostas voltadas para a promoção e salvaguarda do patrimônio arqueológico local, como estão explicitados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Proposta de ação elaborada pelos pesquisadores da UFMG, que se encontram no relatório publicado por Prous e Baeta (2008)

PROPOSTA DE AÇÃO	
Ação emergencial	Contratação de um profissional da área de conservação em material arqueológico, para conter possíveis danos dos vestígios arqueológico retirados da Gruta dos Puri.
Cooperação técnica entre a UFMG e a Prefeitura Municipal de Carangola	Uma política global em nível municipal, que contaria com o apoio do Museu de História Natural e Jardim Botânico-MHNJB da UFMG. O MHNJB disponibilizaria grupos de arqueólogos/os para efetuar pesquisas com apoio local.
Plano de Ação	Criação de um fichário de ocorrências arqueológicas; Atividades de Educação Patrimonial, com intuito de informar a população local como devem proceder caso ocorra descobertas fortuitas. As informações teriam que ser transmitidas aos órgãos do Patrimônio Federal (IPHAN) e Estadual (IEPHA); Montar uma equipe para realizar pesquisas e escavações mais sistemáticas; A coleta dos materiais, oriundas de escavações ou prospecções, implicaria no compromisso do município de dispor de locais e equipamentos adequados para preservação do material coletado.
Pesquisas (escavações) nos sítios arqueológicos em Alvorada e na Gruta dos Puris	Os dois sítios são possíveis de serem escavados.

Fonte: Elaborado pela autora.

As sugestões elaboradas nessa ocasião não puderam ser efetuadas por conta da impossibilidade da gestão pública de Carangola em atender as necessidades básicas para a realização dos estudos, como oferecer as condições para permanência de equipe especializada em campo (LOURES OLIVEIRA, 2008).

Nos registros observados, não consta os motivos exatos, mas há indicações que demonstram que não havia verba o suficiente naquele momento para realizar as ações propostas.

Sobre os sítios abordados pela equipe na época, as primeiras investidas mais aprofundadas podem ser detectadas em estudo de Lara (2008), que apresenta a análise do material têxtil encontrado na Toca dos Puri, que segundo a autora, foi “resgatado por pessoas que não eram especialistas na área de Arqueologia” (LARA, 2008, p. 183). Essa visão de que os fragmentos foram retirados da terra por pessoas que não eram profissionais, parte da premissa de que essas pessoas, por não pertencerem ao meio científico, não deveriam ficar próximos nem tocar dos sítios arqueológicos. Essa questão não foi ressaltada só pela autora, mas outras/os arqueólogas/os fomentaram discursos desse tipo, que corroboram com uma visão negativa atribuída à parte da população local no tocante aos achados arqueológicos. Como se essas pessoas fossem um perigo iminente ao sítio, quando na verdade não são. Pelo contrário, muitas vezes, a sua maneira, elas buscam proteger esses sítios. A questão aqui, é a forma como arqueólogas/os percebem a comunidade e definem o que é preservar.

Especificamente sobre o estudo, Lara (2008) desenvolveu uma pesquisa, objetivando compreender a tecnologia utilizada na confecção do têxtil. A partir disso, ela aponta para as semelhanças entre a técnica identificada nos têxteis arqueológico com aquelas que os Maxakali¹³ aplicam atualmente, corroborando as interpretações de que grupos Macro-Jê possivelmente teriam habitado a região.

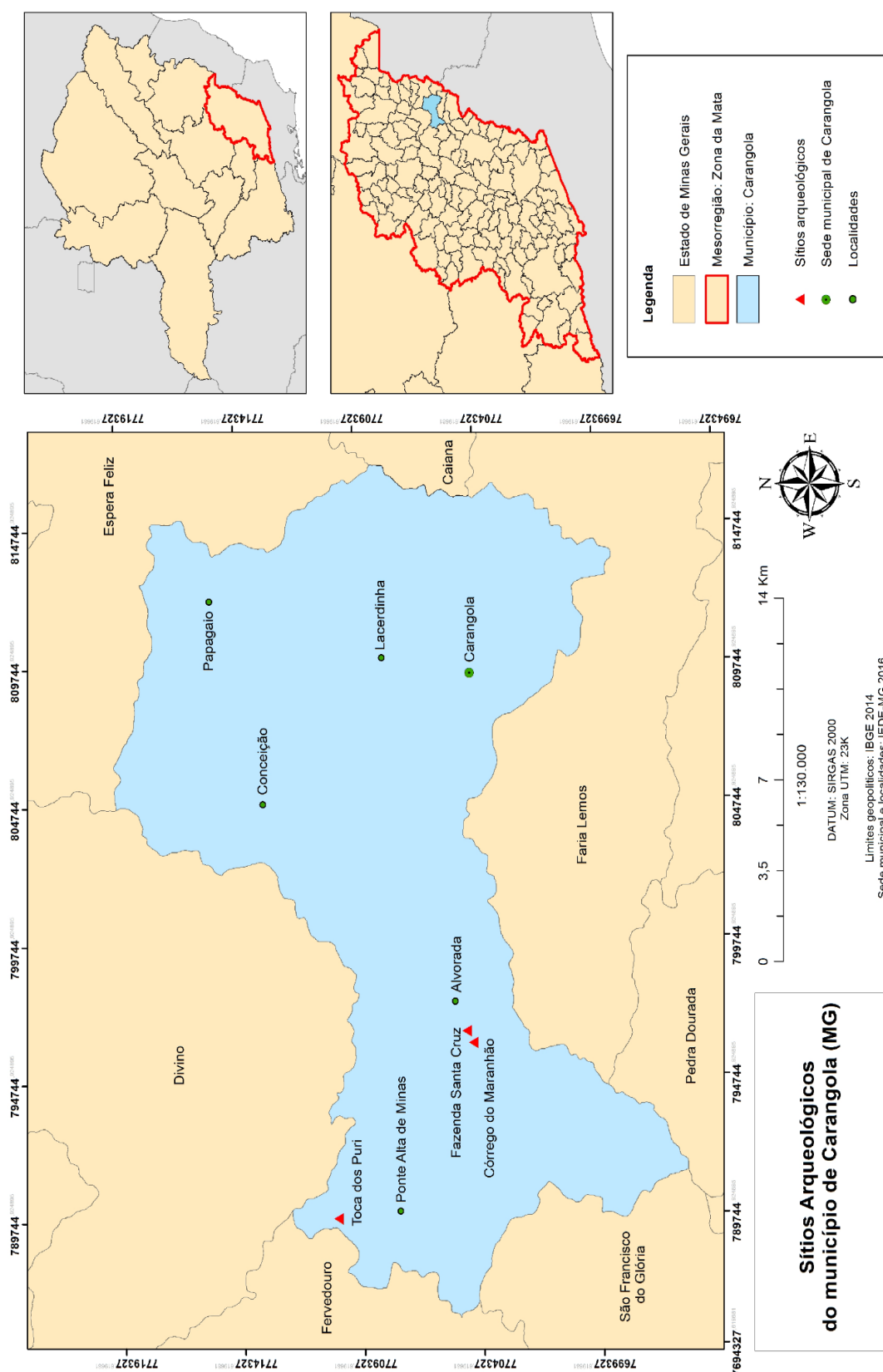
A junção das informações obtidas com essas ações permitiu que a Prefeitura Municipal de Carangola reunisse a documentação necessária para iniciar, em 2002, o processo de tombamento no âmbito municipal do sítio arqueológico Toca dos Puri. Tal medida visa garantir a preservação arqueológica do patrimônio local, além de endossar a necessidade de medidas mais permanentes de estudo, conservação e salvaguarda desse patrimônio (LOURES OLIVEIRA, 2008, p. 90).

Assim como os achados do sítio Toca dos Puri repercutiu bastante entre os moradores da região, o mesmo ocorreu com o sítio Córrego do Maranhão, localizado

¹³ O grupo indígena Maxakali, de autodenominação Tikmũ'ün, são falantes da língua Maxakali e pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê. Atualmente, vivem no extremo nordeste de Minas Gerais, na fronteira com a Bahia. O grupo se divide em quatro reservas diferentes: a Terra Indígena do Pradinho, Terra Indígena de Água Boa, Terra Indígena Aldeia Verde e a Terra Indígena da Cachoeirinha (PORTO, 2015, p. 74).

na Fazenda Córrego do Maranhão, em Alvorada (Figura 3). O sítio Córrego do Maranhão possui um histórico de diferentes registros no IPHAN. O primeiro foi realizado em 1986, pelo Sr. Fernando, que pertence à família que era a antiga dona da Fazenda Córrego do Maranhão. Em uma visita à capital mineira, Belo Horizonte, ele foi até a 13ª Superintendência do IPHAN a fim de informar sobre os vestígios encontrados na propriedade da sua esposa, Betty Giovannoni. Para eles, era evidente que tais vestígios se tratavam de indícios da presença de grupos indígenas na região.

Figura 3 – Os sítios arqueológicos do município de Carangola abordados na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Porém, só em 1993, o sítio finalmente teve uma avaliação de profissionais da área. Durante a visita em Carangola ao sítio Toca dos Puri, os pesquisadores da UFMG também visitaram o sítio Fazenda Córrego do Maranhão. A partir da visita, eles sinalizaram as potencialidades de estudos sistemáticos envolvendo os vestígios documentados na região (BAETA; PROUS, 2008). Porém, as propostas elencadas não tiveram continuidade. No ano de 1997, foi contatada a Dr.^a Tânia Andrade Lima, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, que corroborou as informações oferecidas pela outra equipe. No entanto, novamente, nenhuma pesquisa foi realizada, resultando apenas no preenchimento da ficha de cadastro do IPHAN (LOURES OLIVEIRA, 2005, 2006, 2008).

Não foi encontrado qualquer relatório sobre essa visita, mas a incursão culminou no preenchimento da ficha de registro do sítio junto ao IPHAN (LOURES OLIVEIRA, 2006, 2008; MAGESTE, 2012, 2016). Mais uma vez, os gestores públicos, buscaram convocar pesquisadores da área. No entanto, todas essas iniciativas não culminaram em ações de caráter mais sistemático, pois não foi dada continuidade a nenhuma das propostas apresentadas, provavelmente devido à carência de recursos financeiros da prefeitura local.

A situação só começou a mudar devido ao incentivo propiciado pelo ICMS Cultural, uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais, criada em 1995, que estabelece como critério de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios mineiros investimentos que visam a preservação do patrimônio cultural. Com tal iniciativa, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/ MG), elabora e analisa critérios de repasse desses recursos. A distribuição de ICMS é feita a partir da adoção, por parte dos municípios, de algumas medidas pautadas nas diretrizes estabelecidas pela Deliberação Normativa do Conselho Curador do IEPHA nº 1/ 2005 (OLENDER, et al, 2008, p. 46). O IEPHA também tem a função de prestar serviço de assessoria às comunidades envolvidas, a fim de que juntos estabeleçam e implantem uma política de preservação do patrimônio cultural.

As normas explicitadas no projeto do ICMS Cultural consistem na criação de leis de proteção e salvaguarda e na formação um Conselho de Patrimônio, que auxilie em medidas como a inventariação, tombamentos e registros dos bens. É exigido ainda a aplicação do dinheiro recebido em atividades culturais e na promoção e preservação de patrimônios materiais e imateriais, incluindo programas

de educação patrimonial. Essas ações somam pontos que se revertem em um montante de recursos que é repassado aos municípios mensalmente (OLENDER et al, 2008, p. 46).

Devo salientar que, desde 1997, Carangola já contava com medidas preservacionistas, como a Lei nº 3.020 de 12 de março, que estabelece a proteção do patrimônio cultural local. Além da Lei nº 2.228 de 18 de março, que possibilitou o surgimento do “Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural”¹⁴. No ano 2000, deu-se início aos trabalhos de inventariar e depois tombare esses bens. Os bens tombados nesse período, podem ser verificados no Quadro 3.

Quadro 3 – Dados de bens tombados em Carangola

(continua)

Denominação	Classificação	Ano de Tombamento	Comunidade
Escola Estadual Melo Viana	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Fórum de Justiça Dr. Xenofante Mercadante	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Igreja de São Manoel do Boi	Bens Imóveis	2000	São Manoel do Boi
Estação Ferroviária	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Estação Ferroviária Wingdston Mendes de Souza	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Coreto de Alvorada	Bens Imóveis	2000	Alvorada
Prefeitura Municipal de Carangola	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Pontilhão de Ferro	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Cruzeiro	Bens Imóveis	2000	Morro do Cruzeiro

¹⁴ Vide: <<http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-acoes/municipalizacao-do-patrimonio-cultural>>

Quadro 3 – Dados de bens tombados em Carangola

(conclusão)

Denominação	Classificação	Ano de Tombamento	Comunidade
Praça Coronel Maximiano	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Escola Regina Pacis	Bens Imóveis	2000	Carangola (Centro urbano)
Igreja do Sagrado Coração de Jesus	Bens Imóveis	2008	Comunidade de Parada General
Igreja Matriz de Santa Luzia	Bens Imóveis	2008	Carangola (Centro urbano)
Igreja Nossa Senhora do Rosário	Bens Imóveis	2008	Carangola (Centro urbano)
Imagem de São Geraldo	Bens móveis	2007	Museu Municipal de Carangola – Carangola (Centro urbano)
Sítio Toca dos Puri	Patrimônio Arqueológico	2002	Ponte Alta de Minas

Fonte: Adaptado de OLENDER et al, 2008.

Esse quadro reflete bem, o início das ações patrimoniais no município. Nesse primeiro momento, o entendimento de patrimônio corroborava com uma abordagem tradicional, que acabou por refletir na escolha do que seria elencado a categoria de patrimônio local. Como mostrado no quadro á cima, apenas prédios históricos, considerados pelos gestores locais como importantes para o desenvolvimento do município; as igrejas e imagens de santos relacionados a religião católica; e por fim, um sítio arqueológico. Todos esses elementos partiram de uma iniciativa dos gestores culturais de Carangola. Os demais moradores não foram consultados sobre o que deveria ser englobado na categoria de patrimônio cultural do município. Tal medida preservacionista resultou em um afastamento da população das ações patrimoniais do município, ao meu ver. Isso porque, não houve uma identificação

específica com esses bens tombados e muito menos, houve uma explanação sobre a decisão de tombá-los, porque era uma medida importante e sobre o que se tratava o processo de tombamento.

Apenas em 2005, novas propostas de pensar o patrimônio cultural do município foram incorporadas às ações. As iniciativas voltadas para o patrimônio cultural de Carangola foram encabeçadas, nesse momento, pela Secretária de Cultura, à D. Amelinha. Nesse momento, começou-se a focar mais sistematicamente na história de Carangola, em diferentes aspectos do Patrimônio Cultural do município. Diferente pelo fato de ter saído do habitual patrimônio valorizado, que eram os monumentos arquitetônicos e as obras religiosas. Foram incluídos, nesse momento, o grupo de Caxambú, do Boi-pintadinho, a Associação de Artesãos de Carangola e a banda Batendo Lata. Essas ações resultaram na aproximação e valorização de diferentes grupos sociais do município para as questões patrimoniais da região.

Durante essa gestão, a busca pelo desenvolvimento de um estudo mais sistemático nos sítios do município também aflorou. Foi neste cenário que se iniciaram as pesquisas conduzidas pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA-UFJF). A primeira visita na região se deu com convite da Prefeitura Municipal de Carangola, no ano de 2005. O objetivo, naquele momento, foi o de avaliar o estado de preservação do material encontrado nos dois sítios e inserir Carangola nas atividades do projeto de Mapeamento Arqueológico. A fim de viabilizar as pesquisas na região, foi estabelecido um convênio entre as duas instituições que a Prefeitura arcaria com custos de hospedagem e alimentação e o MAEA-UFJF ofereceria pessoal para realizar as atividades propostas. A partir do dinheiro oriundo do ICMS Cultural e das doações arrecadadas com comerciantes locais (estabeleceu-se uma parceria com mercados locais para a doação de cestas básicas), os trabalhos puderam ser iniciados. Diante da amplitude desse trabalho promovido pelo MAEA-UFJF, decidi separar em tópicos, para uma melhor compreensão das atividades realizadas.

3.2.1- As pesquisas arqueológicas do MAEA-UFJF no município de Carangola

No que se refere aos trabalhos executados pelo MAEA-UFJF, em termos práticos, foram executadas intervenções nos sítios “Córrego do Maranhão” e “Toca dos Puri”, como Diagnósticos e Escavações, acompanhadas pelas ações de Educação Patrimonial, nas escolas da rede pública municipal e trabalhos de História Oral, junto às comunidades situadas próximas aos sítios investigados. Tais estratégias, segundo Loures Oliveira (2006), visavam contribuir para a valorização da memória e da história cultural do município e seu patrimônio e, também, para identificação e interpretação dos sítios arqueológicos.

Ademais, os esforços realizados buscaram contar com o acompanhamento da comunidade durante todo o processo de pesquisa por meio da formação de equipes regionais compostas por integrantes dos próprios municípios, para atuar na intermediação e diálogo entre os pesquisadores e a população. O que norteou estas ações foi a premissa de que a “conscientização” sobre a importância do patrimônio, relacionada à socialização do conhecimento gerado, acabaria por contribuir não só para sua construção, mas também para sua preservação e usufruto (LOURES OLIVEIRA; MONTEIRO OLIVEIRA, 2001).

Com algumas ressalvas, acredito que a proposta de ação elaborada pelo MAEA-UFJF, foi um diferencial entre os trabalhos arqueológicos realizados na região até aquele momento, por buscar uma feição colaborativa e pelo caráter sistemático das ações conduzidas. Acredito que as atividades realizadas têm que ser analisadas e devidamente criticadas. As críticas que irei tecer aqui, não dizem respeito só ao trabalho da equipe do MAEA-UFJF, até porque compreendo que essa é uma perspectiva comum dentro da Arqueologia. Pensar uma abordagem decolonizada, colaborativa e simétrica é um debate que está em pauta atualmente na Arqueologia brasileira. Todas as fragilidades que serão aqui ressaltadas, vão levar em conta, que em 2005, quando a proposta foi elaborada, pensar em Arqueologia Pública já era romper barreiras dentro do meio científico.

As ações da equipe do MAEA-UFJF, não diferem do que várias arqueólogas/os vêm fazendo até hoje. Estou utilizando esses trabalhos citados aqui, como uma forma de refletir sobre essa prática tradicional da Arqueologia, buscando pensar o quanto ela tem sido equivocada, principalmente no que se refere à relação com a comunidade local. Com isso, deixo claro que meu objetivo ao analisar todos os trabalhos arqueológicos na presente pesquisa, é fazer uma crítica construtiva, que possibilite (re)pensar a prática arqueológica. A escolha de utilizar os trabalhos

do MAEA-UFJF para a análise, se deve ao fato de terem sido os únicos arqueólogos/as a se proporem estudar o contexto arqueológico do município de uma forma mais sistemática, diferentemente dos diversos trabalhos que ocorreram no município. Em vista disso, separei em tópicos as diferentes ações do MAEA-UFJF, visando uma melhor compreensão das ações efetuadas.

I-Escavações

No âmbito dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo MAEA-UFJF, foram realizadas escavações nos sítios da região. No Toca dos Puri, houve o salvamento dos vestígios ósseos que se encontravam no abrigo. Pelo fato do material estar exposto à superfície, as ações foram consideradas emergenciais. Tal procedimento foi realizado pela equipe do MAEA-UFJF em parceria com os pesquisadores do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, o Prof. Dr. Astolfo Gomes de Mello Araújo e a Prof.^a Dr.^a Maria Mercedes M. Okumura (Figuras 4, 5, 6 e 7) (LOURES OLIVEIRA, 2009).

Figura 4, 5, 6 e 7 – Escavação no sítio arqueológico Toca dos Puri



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Carangola.

A justificativa para a retirada do material foi a de que “os vestígios materiais estavam sendo constantemente remexidos por curiosos, provocando alterações significativas do contexto arqueológico” (LOURES OLIVEIRA, 2009, p. 6). Isso ressalta uma questão que sempre ocorreu nos trabalhos de Arqueologia na região. Foi atribuído à comunidade local o papel de possíveis destruidores dos sítios arqueológicos. E, mais uma vez, esse pensamento vem sendo reforçado e resignado por diferentes pesquisadores, até mesmo os gestores municipais. Ocorre que essa é uma visão colonizadora do saber, onde o único capaz de “proteger” o patrimônio, por acreditar que possui o conhecimento para isso, é o arqueólogo. E por ter o “conhecimento”, sente-se no direito de afastar essas *coisas arqueológicas*¹⁵ da comunidade, para essa não destruí-lo. Porém, a situação não é essa, nem deve ser. Um saber não tem que prevalecer sobre o outro. A comunidade tem seu papel na preservação dos sítios arqueológicos assim como as/os arqueólogas/os e também os gestores culturais. O fazer arqueológico precisa buscar a simetria, desconstruir esses dualismos entre sujeitos e objetos de conhecimento (LATOUR, 2008).

Segundo Classen (2005), os visitantes de um museu almejam tocar nas peças ali expostas, visando experienciá-las intimamente. A partir disso, Bezerra (2013) destaca que os moradores do entorno dos sítios arqueológicos também possuem esse desejo de experienciar os objetos arqueológicos através do toque. Isso ocorre pelo fato de que o toque é capaz de aproximar o sujeito do objeto, ao contrário da visão, que acaba por delimitar uma distância entre o observador e o observado (CLASSEN, 2005 *apud* BEZERRA, 2013, p. 112).

Para Bezerra (2012, p. 115), esse desejo sensorial pode ser incorporado ao trabalho do arqueólogo, pois, “no cotidiano da pesquisa arqueológica, nosso sistema sensorial é ativado a todo o momento como parte integrante do processo de identificação, análise e classificação de distintos materiais”. Porém, quando o arqueólogo se depara com o *outro*, “a práxis da Arqueologia, e da ciência em geral, vai de encontro a essa ideia”. Com isso, ocorre:

¹⁵ O termo *coisas* foi retirado do trabalho de Bezerra (2013). A autora adota o termo a partir do trabalho de Bell e Geismar (2009), que partem da perspectiva que “o termo ‘coisa’ desconstrói a habitual naturalização da cultura material como uma categoria que ‘obscurece as distinções locais’. Compreendo que essa noção permite, então, pensar sobre essas relações para além da categoria ‘patrimônio’ inventada pelo Estado” (BEZERRA, 2013, p. 108).

A interdição da percepção tátil do *outro*, do “não-arqueólogo”, em relação aos objetos, restringe a experiência sensorial, uma vez que apenas a visão é autorizada. Isso demonstra um descompasso da Arqueologia contemporânea: por um lado os debates reforçam o discurso de descolonização das práticas; por outro, promovem a desvalorização e mesmo a supressão das formas sensoriais de fruição com o passado. Ou seja, a retórica da simetria dissimula as práticas de interdição (BEZERRA, 2013, p. 115).

Diante disso, acredito que os modelos preservacionistas tradicionais pensados até hoje por arqueólogas/os e pelos próprios gestores culturais, em todo o Brasil, precisam que ser revistos. Ao invés de retirar o material de perto da comunidade ou expulsá-la de perto dos sítios, o objetivo deveria ser o de buscar formas de valorizar e utilizar o conhecimento local. Isso só é possível a partir do momento em que a prática arqueológica for feita mediante a uma interação com a comunidade (OLIVEIRA; BORGES, 2015). A maioria das/os arqueólogas/os definem a interação entre Arqueologia e sociedade como algo relacionado apenas à Arqueologia Pública. Porém, a meu ver, esse é, na verdade, o papel da Arqueologia, é essa função que ela e seus profissionais deveriam ocupar dentro da prática arqueológica.

Voltando às ações de Arqueologia em Carangola, desde o princípio, as atenções da equipe do MAEA-UFJF de fato se concentraram no sítio Córrego do Maranhão. Foram realizadas diversas ações que geraram um leque de informações a respeito do contexto do sítio estudado. As atividades começaram no ano de 2006 e, desde então, foram realizadas quatro campanhas no sítio, onde ocorreram diversas “coletas de superfície sistemática com plotagem individual de cacos e escavações de áreas específicas de maior concentração” (LOURES OLIVEIRA et al, 2008, p. 123).

Dos resultados obtidos com as análises dos fragmentos, foram elaboradas interpretações que vinculam tal assentamento à tradição Tupi-guarani, possivelmente relacionados a grupos Tupinambá oriundos do litoral do Rio de Janeiro, como melhor explicitado anteriormente. Esses dados e interpretações oriundas dos anos de pesquisa na região, são percebidos aqui, como mais uma forma de evidenciar as diferentes narrativas sobre a história local. Diferentes, pois na memória da população local, a região foi habitada pelos Puri. A Arqueologia surge então para apresentar outras possibilidades, até porque, acredito que o

objetivo da disciplina não seja chegar a uma verdade dos fatos, mas sim, contribuir para novas narrativas sobre o mesmo.

II- Educação Patrimonial

Durante as atividades de escavação, ocorreu também o trabalho de Educação Patrimonial em algumas escolas locais. A iniciativa aconteceu dentro do projeto “Compartilhando experiências: a educação patrimonial e a socialização do saber”. A proposta do MAEA-UFJF tem sido apresentar uma ação alternativa de mediação pedagógica, fundamentada teórica e metodologicamente nas concepções fenomenológicas postuladas por Merleau-Ponty (1999) e Bachelard (1989) e na educação de sensibilidade elaborada por Ferreira Santos (1997, 2003) (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2004). Correlatamente, o programa tem como finalidade proporcionar ao público alvo elementos para as reflexões acerca do conhecimento adquirido a partir das pesquisas que são desenvolvidas na região voltando-se, principalmente, para aqueles alcançados com a Arqueologia, como desdobramento do “Mapeamento Arqueológico Cultural da Zona da Mata Mineira”. O escopo do programa é promover, por meio da experimentação e vivência das crianças, sensações e percepções sobre patrimônio cultural alinhavado a partir das relações afetivas estabelecidas com o conteúdo apresentado (MONTEIRO OLIVEIRA, 2010).

Essa ação focou na busca por promover uma sensibilização dos bens culturais e teve como objetivo proporcionar à comunidade, principalmente as crianças, um contato maior com o patrimônio cultural da sua região. A proposta era levar crianças e adultos a um processo de conhecimento e valorização do universo sociocultural da comunidade (OLIVEIRA e LOURES OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA, 2010). De acordo com o relatório que analisei da equipe do MAEA-UFJF, os objetivos dessas ações consistiam em:

Orientados a partir de diferentes abordagens pedagógicas, mesclando o lúdico à rotina da sala de aula, organizamos nossas atividades tendo como eixo norteador o cuidado da não transmissão de um conteúdo pré-determinado e hermético. Procuramos adequar nossas exposições à realidade e aos interesses dos alunos, instigando constantemente a reflexão e a participação dos mesmos.

As atividades no município de Carangola ocorreram nos períodos de 28 de março a 05 de abril de 2006 e 06 de junho a 07 de junho de 2006. A equipe contou com nove graduandos de diversos cursos da UFJF, principalmente História, Geografia, Turismo, que, na época, eram bolsistas da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF (PROEX-UFJF). As ações tiveram como público alvo os alunos das escolas municipais de Carangola. Segundo os relatórios analisados, foram abordados cerca de 350 alunos do Ensino Fundamental. Muitas das turmas eram multiseriadas, possuindo alunos de primeira à quarta série. Em uma das escolas, realizaram-se as ações do projeto com turmas de alfabetização de jovens e adultos. Frente a esses dados, é possível constatar o intuito de abarcar diferentes públicos no município, articulando as ações no centro urbano de Carangola com aquelas envolvendo a população situada em zona rural e nas áreas de influência dos sítios identificados.

Os procedimentos metodológicos adotados na aplicação do programa consistiram em aulas interativas e oficinas de expressão tecnológica, divididas em quatro módulos. O primeiro módulo teve como foco a colonização da Zona da Mata mineira. Durante a explanação do tema buscou-se dar uma ênfase maior na ocupação indígena na região. O objetivo foi chamar a atenção para a atuação dessas populações na história regional e suas contribuições na formação sociocultural da sociedade atual. Durante a apresentação, a equipe criou junto com os alunos uma linha temporal no sentido decrescente, onde eram inseridos acontecimentos históricos considerados emblemáticos. A linha do tempo começa a ser construída adicionando fatos que fazem sentido à vida do aluno, depois as de seus pais e avós, até chegar a um passado mais distante. Com isso, busca-se balizar a distância temporal com referências que seriam próximas aos alunos.

Nesse primeiro encontro, outra questão abordada foi quanto aos saberes das pessoas mais idosas, com o intuito de verificar diferentes narrativas sobre o passado. Em vista disso, no final da aula, cada aluno recebeu um questionário que deveria ser preenchido junto a algum amigo ou familiar mais idoso que eles conhecessem. De modo geral, as perguntas se referiam à conformação histórica da região no tocante à presença negra e indígena, que seria acessado por meio da memória dos sujeitos mais antigos. O objetivo da atividade foi apresentar visões alternativas à História oficial sobre o passado do município, presente na maioria dos livros didáticos e que, de certo modo, ignora as experiências subjetivas das pessoas comuns ao longo do tempo (OLIVEIRA e LOURES OLIVEIRA, 2004; AMARAL,

2008; OLIVEIRA, 2010). Desse modo, os alunos teriam também a oportunidade de ter uma maior aproximação com a história da região e a história de sua família, que muitos desconheciam. Com isso, passam a se enxergar como atores ativos nessa história (OLIVEIRA e LOURES OLIVEIRA, 2004; AMARAL, 2008).

No segundo módulo, foram abordadas as especificidades do conhecimento indígena. Para isso, desenvolveu-se uma oficina de expressão tecnológica onde os alunos poderiam ter uma **noção de conhecimento e desenvolvimento científico presentes na cultura indígena** (Figuras 8 e 9). De modo geral, a atividade teve a finalidade de fazer com que as crianças vivenciassem e experimentassem uma realidade comum nas sociedades indígenas. O objetivo da oficina é reconstruir os utensílios empregados em vários âmbitos da vida diária dessa sociedade. Além disso, busca promover a compreensão de que os índios possuem uma tecnologia que, inclusive, nós (ocidentais) não dominamos. Trata-se, portanto de uma etapa essencial para romper com o estereótipo do índio preguiçoso, selvagem, não detentor de conhecimentos e que não se adaptava ao trabalho (MONTEIRO OLIVEIRA, 2010).

Segundo Amaral (2008), a oficina de cerâmica, feita a partir da utilização da técnica do rolete, auxilia a equipe a demonstrar o quão complexo é o processo de manufatura dos utensílios de cerâmica, que exige desde a busca por uma boa fonte de matéria prima, como o domínio da técnica para diferentes tipos de vasilhas, que variavam de acordo com a sua utilidade, como, por exemplo, armazenamento e processamento de líquidos e sólidos, para cozinhar e também para sepultar os mortos.

Figuras 8 e 9 – Oficina de Cerâmica com alunos da Escola Municipal Antônio Marques



Fonte: Acervo do MAEA-UFJF.

O intuito desse módulo, de acordo com a equipe de pesquisadores, foi sensibilizar os alunos sobre a importância de se preservar o patrimônio arqueológico. Como destaca Van Erven (2013), esses trabalhos têm buscado uma sensibilização em relação ao patrimônio cultural que acaba sendo quase uma “alfabetização cultural”, onde se acredita que só conhecendo pode-se preservar (VAN ERVAN, 2013, p. 17-18). Mas isso não condiz com a própria história dos sítios arqueológicos no município, que contou com uma parcela da população local para preservá-los. Isto é, muito antes de qualquer arqueólogo chegar e falar que aquilo era importante de ser preservado. Paralelamente, a existência de notícias referentes à destruição (ou reapropriação?) desses bens por outros setores da comunidade, demonstra de antemão o quão complexa é essa relação.

Tal perspectiva, bastante predominante na Arqueologia até hoje, me levou a refletir sobre a forma na qual arqueólogas/os, tem percebido a relação entre a comunidade e as *coisas arqueológicas*. Acontece, que arqueólogas/os têm se percebido no papel de “agenciadores” do patrimônio arqueológico para as comunidades locais, como se essa antes nunca tivesse tido qualquer aproximação com essas *coisas*. O fato é que, muito antes da presença desses profissionais, grande parte dos moradores que vivem no entorno do sítio já tinham tido algum tipo de contato com essas *coisas do passado*. A relação estabelecida entre as *coisas arqueológicas* e a comunidade, é anterior a qualquer ação desses profissionais. O que acontece, muitas vezes, é que as/os arqueólogas/os não aceitam ou não entendem a forma como essas comunidades se relacionam com esses objetos. Pois, dentro da práxis arqueológica, já existe um jeito “certo” de preservar, mas, muitas vezes, não é a forma como a comunidade percebe.

Cabe destacar, porém, assim como veremos no próximo capítulo da presente dissertação (Capítulo 4), que apesar de já haver uma certa relação, os conhecimentos das/os arqueólogas/os, socialmente entendido como o “correto”, influencia na percepção dessas pessoas na forma de lidar com o material arqueológico.

Para o terceiro módulo, a proposta original previa a realização da queima do material cerâmico produzido pelos alunos no módulo 2. De acordo com os relatórios, a atividade foi realizada apenas com a turma de Alfabetização de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Antônio Marques. O motivo foi o tempo chuvoso nos demais dias, que inviabilizou a efetivação da atividade. A queima teve como propósito dar

continuação ao trabalho desenvolvido com os alunos no módulo 2, com a elaboração das vasilhas de cerâmica. O intuito é experimentar o processo pelo qual as vasilhas passam. Durante a queima do material, muitas delas se quebram, demonstrando que não se teve um domínio da técnica. A partir das sensações de perda e orgulho manifestadas pelos estudantes, é realizada uma reflexão sobre a importância de se preservar o patrimônio cultural. Busca-se, desse modo, fomentar a preservação por meio da afetividade (OLIVEIRA E LOURES OLIVEIRA, 2004; OLIVEIRA, 2010)

Outra questão destacada neste módulo foi o potencial arqueológico da região. A participação dos alunos nesse momento foi entendida como imprescindível, pois o objetivo era saber o que eles já tinham ouvido falar anteriormente sobre o tema. Porém, de nada a fala dos alunos demonstrou ter sido apropriada no debate. Os pesquisadores, após esse momento, continuaram suas elucidações sobre a Arqueologia, apresentando alguns dos seus métodos de trabalho e qual o seu foco de pesquisa. Na ocasião foram usados como suporte os vasilhames produzidos, quebrados ou inteiros, que costumam ser a fonte de informações para o arqueólogo, ou seja, acontece uma problematização da própria noção de cultura material. Explicou-se ainda o que seria um sítio arqueológico, evidenciando como estes eram utilizados anteriormente.

Essa tentativa de sensibilização dos alunos para a **preservação do patrimônio local** é passível de muitas críticas. Parece-me que a proposta era conscientizar através do medo e do pesar de ver algo feito por você se quebrar, ser destruído, para então querer de fato preservar. Essa tentativa de despertar nessas pessoas uma necessidade que é claramente algo imposto pelos pesquisadores, me faz questionar qual o propósito do pesquisador na tentativa de sensibilizar a comunidade local para a preservação de sítios arqueológicos, quando não existe de fato, uma identificação entre os sujeitos e o objeto que deve ser preservado (WICHERS, 2010).

No quarto e último módulo, foram trabalhadas com as turmas questões relacionadas ao patrimônio cultural e questões que buscam reforçar a importância do legado cultural indígena e negro na formação sociocultural, objetivando desconstruir possíveis estereótipos. Consta nos relatórios que se utilizou o vínculo afetivo estabelecido entre os alunos e sua produção material para aprofundar a discussão acerca do patrimônio cultural.

Sobre os trabalhos realizados nos quatro módulos aqui apresentados, o que mais me chamou a atenção foi o predomínio de uma visão essencializada de patrimônio que não é percebida apenas no projeto do MAEA-UFJF, mas de uma forma geral nas atividades de Educação Patrimonial feitas no Brasil (VAN ERVEN, 2013, p.17). As ações geralmente têm como foco demonstrar o Patrimônio Cultural e, nesse caso, principalmente, o arqueológico, como algo que deve ser contemplado, preservado, muitas vezes buscando a partir de diversas metodologias criar com esse público alvo uma relação de identificação, mostrar que esse patrimônio é importante para eles. Isso acaba sendo uma imposição do meio acadêmico sobre a comunidade, onde o primeiro impõe a ela o que deveria ser importante e preservado para representar sua história. Sem, muitas vezes, considerar que esse processo de identificação envolve muitas outras questões, como a negação de qualquer relação da sua história com o passado indígena (GAMBINI, 2000).

III- História Oral

Assim como as ações de escavação e educação patrimonial, como já destacado aqui, outro trabalho realizado pela equipe do MAEA-UFJF foi o levantamento de História Oral. De acordo com os idealizadores do projeto, essa atividade seguiu uma perspectiva teórica e metodológica que perpassa tanto a Antropologia Cultural como a Nova História, focando principalmente na valorização da “história vista de baixo”, da história regional e das novas possibilidades de informações apresentadas pela história oral (LOURES OLIVEIRA, 2006). O objetivo foi discutir e repensar a história do município de Carangola a partir das informações fornecidas por seus moradores, principalmente os mais idosos. Buscou-se não apenas recolher informações para uma “história alternativa” do município, mas também, discutir com a população local a relevância da oralidade e da memória na construção de um conhecimento inclusivo, onde não apenas aqueles considerados “personalidade ilustres” podem ser incluídos, mas também a “vida e a sabedoria de pessoas comuns” (LOURES OLIVEIRA, 2006).

As pesquisas de História Oral ocorreram de forma concomitante às atividades de Educação Patrimonial. Acredito que, para um trabalho que se proponha a englobar a comunidade na pesquisa, as ações de História Oral seriam interessantes

de serem realizadas previamente às outras atividades arqueológicas. Assim, os relatos da população poderiam contribuir para pensar o projeto tanto de escavação quanto de educação patrimonial, além de possibilitar a construção de ações a partir das demandas locais. Mas pelo que pude constatar, isso não aconteceu nessa ocasião. Acredito que as/os arqueólogas/os já tenham chegado com o projeto pronto.

Durante essa ação, os moradores entrevistados foram identificados a partir das informações obtidas com a própria população, que também indicavam aquelas pessoas da comunidade que consideravam se destacar por expressar conhecimentos referentes ao universo espiritual, etno-botânico e histórico. Para os fins dessa pesquisa, analisei aproximadamente 11 relatórios e sete cadernos de campos dos pesquisadores envolvidos nas entrevistas. Ao todo, foram abordadas 14 comunidades e distritos, com cerca de 100 pessoas entrevistadas. Para as entrevistas realizadas no perímetro urbano de Carangola, um dos primeiros informantes da equipe foi o Sr. Louzada, chefe de terreiro¹⁶. A conversa perpassou por diversos assuntos. A partir do interesse da equipe sobre o contexto de ocupação do município, ele comentou também sobre a presença indígena, especificamente em um local conhecido como “Serra dos Puri” ou “Mata dos Puri”. Ele disse que ficava próximo a sua casa, mas nos relatórios não encontrei qualquer especificação do lugar.

Acredito, que cabe fazer um adendo aqui, e discutir sobre a categoria informante. Muitas vezes arqueólogas/os utilizam a comunidade não como interlocutores, mas como informantes ou entrevistados. A diferença está no fato de que, estabelecer interlocutores, pressupõe um processo de transformar os indivíduos ou o grupo que pretende estudar, em parceiros da pesquisa, onde se compartilhe com eles suas ideias e intenções de pesquisa (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 04). Já os informantes, são relações mais superficiais ou entrevistados, onde não se alcança a confiança necessária por parte do indivíduo/ grupo estudado para perceber as contradições na fala, ou na medida que vão com o tempo, entendendo melhor o trabalho.

No que se refere a essa questão entre informante e interlocutor, Cardoso de Oliveira (2000, p.23) destaca:

¹⁶ Não foi especificado nos arquivos referentes a essa entrevista de qual religião o Sr. Louzada pertencia.

Penso que esse questionamento começa com a pergunta sobre qual a natureza da relação entre entrevistador e entrevistado. Sabemos que há uma longa e arraigada tradição, na literatura etnológica, sobre a relação "pesquisador/informante". Se tomarmos a clássica obra de Malinowski como referência, vemos como essa tradição se consolida e, praticamente, trivializa-se na realização da entrevista. No ato de ouvir o "informante", o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível, como pretende o objetivismo mais radical. Esse poder, subjacente as relações humanas - que autores como Foucault jamais se cansaram de denunciar -, já na relação pesquisador/informante desempenhara uma função profundamente empobrecedora do ato cognitivo: as perguntas feitas em busca de respostas pontuais lado a lado da autoridade de quem as faz - com ou sem autoritarismo -, criam um campo ilusório de interação. A rigor, não há verdadeira interação entre nativo e pesquisador, porquanto na utilização daquele como informante, o etnólogo não cria condições de efetivo diálogo. A relação não é dialógica. Ao passo que transformando esse informante em "interlocutor", uma nova modalidade de relacionamento pode - e deve - ter lugar. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 23).

No desenvolvimento do meu trabalho, como veremos no capítulo 4, busquei tornar meus entrevistados em interlocutores. Na etnografia, o objetivo é aprofundar relações, e isso, muitas vezes as/os arqueólogas/os não fazem em campo. A relação estabelecida entre arqueólogas/os e comunidade se torna superficial, e os indivíduos abordados na pesquisa, acabam sendo apenas um tipo diferente de obtenção de dados. As entrevistas feitas, muitas vezes já são direcionadas e não ocorrem em mais de uma ou duas ocasiões. Isso no caso do MAEA-UFJF, ficou evidente a partir dos relatórios analisados. Como o grupo estava desenvolvendo outras etapas do trabalho arqueológico ao mesmo tempo e, tiveram um período de tempo limitado na cidade, não foi possível retornar nas casas onde foram feitas as entrevistas. Com isso, consta nas descrições sobre os trabalhos, que as conversas informais ocorreram em uma única ocasião.

Mas normalmente, ocorre nos trabalhos de Arqueologia, o fato de arqueólogas/os perceberem os moradores locais como informantes, que trazem dados para auxiliar a pesquisa e não como agentes cabíveis de diálogo para se pensar a própria pesquisa. Resumindo, na maioria dos casos, a proposta da Arqueologia em trabalhar com a comunidade, acaba sendo apenas de uma grande coleta de informações para constar no IPHAN ou para identificar mais sítios arqueológicos. Essa é uma situação que ocorre com frequência dentro dos trabalhos arqueológicos no Brasil, e acredito que em Carangola, a situação não foi diferente.

Pensando nisso, acredito que relação estabelecida com os meus interlocutores, foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. A partir da forma como eles entediam a própria pesquisa e o tema abordado, tive elementos para pensar outros aspectos que antes eu não havia cogitado abordar. Acredito que isso pode ser considerado um exercício de reflexão sobre a prática arqueológica. Isso porque, habitualmente, muitos pesquisadores já chegam nas comunidades com o trabalho fechado, pronto para ser mostrado e apresentado as pessoas, a minha proposta aqui é desenvolver o trabalho a partir da perspectiva da própria comunidade. Em vista disso, mesmo tendo chegado com um projeto em mente, eu vi ele se alterando em cada conversa, e minha própria percepção sobre a pesquisa se alterou.

Continuando com as ações de História Oral do MAEA-UFJF, outro morador entrevistado pela equipe do MAEA-UFJF foi o Sr. Geraldo Júlio da Silva, conhecido na localidade por Tabuleta (Figura 10), que tinha, na data da entrevista, 108 anos. Nascido em Pedra Dourada, município de Minas Gerais, veio para Carangola ao encontro da mãe, de quem ficou afastado durante muitos anos. Chegando ao município, conseguiu trabalho na fazenda do Sr. Mundim em troca de lugar para ficar e comida. Em 1916, arrumou outro emprego. Foi, então, trabalhar para o Dr. Sebastião de Paula, que era escrivão da polícia na localidade. Inclusive seu casamento foi arranjado pelo seu patrão. Na época, ele pediu a seu Sebastião uma esposa e este lhe trouxe uma Puri. Seu nome era Isabel e, segundo Seu Geraldo, “assim como o seu povo, bebia demais”. O assunto sobre a esposa não teve continuidade no relatório analisado.

Seu Geraldo deu prosseguimento à conversa contando sobre seus avós que eram escravos. Sua avó, Maria Dura, era escrava em Carangola, e seu avô, em Diamantina. Mas seus pais, Agostinho Júlio da Silva e Raimunda Esteves dos Anjos, nasceram livres. Segundo ele, em Carangola, havia alguns escravos. Por fim, ele retornou ao assunto dos índios Puri contando sobre um local conhecido como “Serra dos Puri”. Sobre os grupos que ali viviam, ele disse que “eles bebiam muito, eram bastante bravos e que o lugar era cheio de cabanas”. Disse conhecer pedra de raio, é um objeto muito perigoso que pode ser atraído por fumo.

Figura 10 – Sr. Tabuleta

Foto: Acervo do MAEA-UFJF.

Em Alvorada, os pesquisadores conversaram com a benzedeira¹⁷ D. Maria Sampaio, de 91 anos. D. Maria contou à equipe que aprendeu a benzer ainda nova com uma amiga da sua família. Depois de um tempo, veio a ser a parteira local tendo feito, ela mesma, o parto dos seus treze filhos. No que diz respeito à presença indígena na região, mencionou os Puri que, segundo ela, “tinham sangue quente e eram pessoas muito boas”. Quando morava na comunidade de Borboleta, sua família recebia visitas dos Puri, estavam sempre por lá comendo bolos e outras coisas. Eles davam auxílio a seu pai na lavoura. Sempre eram educados, muito limpos e gostavam de cachaça. No fim colheita, costumavam fazer festas para agradecer. Eram sempre animadas, com muita bebida e toda comunidade era convidada.

Os moradores locais relatam a presença de índios Puri, mas em momento algum fazem referência aos índios Coroados e Coropós, que também habitaram a região, de acordo com as fontes históricas tradicionais. Mas ao mesmo tempo em que admitem que na região viviam índios Puri, enfatizando que conheciam algum, em suas falas não demonstraram se reconhecer como descendentes desses índios.

¹⁷ O termo benzedeira se refere a pessoas que tem a capacidade curar, utilizando para isso a reza e o canto, além do uso de conhecimentos acerca de chás e ervas que auxiliam no processo de cura (MACIEL; NETO, 2006; MOURA, 2011).

Ao mesmo tempo, não aparecem referências aos Tupi, cuja presença na região vem sendo discutida no âmbito da Arqueologia.

O trabalho de História Oral do MAEA-UFJF foi extremamente relevante para o contexto de pesquisas da região, pois foi a primeira vez em que se fez um levantamento sobre a história local, a partir dos relatos da própria comunidade. Porém, a falha se deu no fato de que esse grande trabalho de oralidade não foi apropriado por arqueólogas/os em momento algum durante suas ações. Nem durante o processo de Educação Patrimonial, nem nas escavações. Esses relatos sobre a ocupação não modificaram em momento algum as percepções dos pesquisadores sobre o contexto da região. O que ficou claro nesses trabalhos é que a prioridade não era conhecer, considerar e valorizar os saberes locais, mas sim, valorizar a Arqueologia e preservar os sítios e artefatos arqueológicos. Isso fica cada vez mais evidente em outras iniciativas do MAEA-UFJF voltadas para o público.

Um exemplo dessas iniciativas, que caracteriza bem essa crítica, foi o “3º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola; 2º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais; e a 1ª Reunião do Núcleo Regional Sudeste da Sociedade de Arqueologia Brasileira”, que aconteceu entre os dias 18 e 21 de setembro de 2008, no Carangola Tênis Clube. Nesse simpósio, foram apresentados os resultados das pesquisas realizadas em Carangola a partir do Projeto de Mapeamento Arqueológico do MAEA-UFJF. Ao todo, participaram do evento aproximadamente 140 pessoas, entre pesquisadores, professores, alunos, gestores públicos, seja como ouvintes ou apresentadores de trabalhos, o que corroborou ainda mais para o diálogo entre os diferentes setores da sociedade científica e civil.

Pesquisadores de diferentes instituições do Brasil (UFJF, USP, UFRJ, UERJ, IGPA-UCG, IAB, UFMG, IPHAN-MG), compareceram ao evento a fim de promover discussões de caráter científico-acadêmico. A finalidade foi integrar esses pesquisadores para debater questões pertinentes às pesquisas desenvolvidas na região e em Carangola, especialmente sobre o desenvolvimento da ocupação colonial e pré-colonial, focando as culturas indígenas e o processo de contato, bem como as potencialidades do patrimônio cultural local.

Durante a abertura do evento (Figuras 11 e 12), houve a participação da população local através da apresentação do Grupo de Caxambu¹⁸. O evento foi muito divulgado na cidade, onde toda a população local foi convidada a participar, uma vez que o objetivo de tal ação era justamente aproximar academia e a comunidade carangolense. Porém, de acordo com relatos e a partir da análise da própria programação do evento, a meu ver, isso não ocorreu.

Figura 11 e 12 – Fotos do evento



Fonte: Acervo do MAEA-UFJF.

Isso porque, no que concerne à sua programação, o evento foi estruturado de uma forma totalmente voltada para o meio acadêmico. Sendo quatro modalidades de participação que estavam entrelaçadas numa temática comum: mesas-redondas, comunicações orais, exposição de painéis e visitação aos sítios arqueológicos. De acordo com os relatórios da equipe, nestas modalidades, os participantes, pesquisadores, puderam compartilhar suas pesquisas, acolher as apreciações gerais, críticas e sugestões, bem como proporcionar o alargamento das questões apresentadas, na avaliação da qualidade, repercussão e aceitação dos resultados do conhecimento produzido.

Todas as comunicações contaram com a fala de pesquisadores de outras regiões do Brasil, ou seja, não teve nenhum palestrante local no evento. Segundo os idealizadores do evento, essas comunicações foram marcadas pela relevância dos

¹⁸ “O Jongo/ Caxambu é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, canto e dança. Característico da região sudeste do país, era praticado pelos trabalhadores escravizados de origem bantu nas lavouras de café e de cana-de-açúcar, como forma de lazer e resistência à dominação colonial. Foram eles e seus descendentes que, em suas comunidades, mantiveram e transmitiram às novas gerações os saberes, práticas e valores contidos nesta manifestação”. Disponível em: <<http://www.pontaojongo.uff.br/historia-memoria-e-patrimonio>>. Acesso em: 18 set. 2016.

dados apresentados e diversidade dos temas abordados, como, por exemplo, o funcionamento e as técnicas de lascamento de instrumentos líticos; análises físico-químicas dos vestígios cerâmicos; a cerâmica Tupi-guarani e a cerâmica “Tupi-guarani de contato”; a ocupação Tupi e Tupi-guarani, em Minas Gerais e no Espírito Santo; além da questão das reservas arqueológicas. As palestras foram complementadas com a Mesa Redonda “Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupi-guarani” e contou com os palestrantes Prof. Dr. Ondemar Dias (IAB-RJ) e dos debatedores Prof. Dr. André Prous (UFMG) e Prof.^a Dr.^a Tânia Andrade de Lima (UFRJ).

Durante o evento, as questões de cunho regional sobre a Arqueologia foram discutidas dentro da “1ª Reunião do Núcleo Regional Sudeste da SAB”, que teve a uma Mesa Redonda intitulada de “Arqueologia do Sudeste, balanço e perspectivas”, que contou com a participação dos coordenadores da SAB Sudeste, Dr. Paulo Fernando Zanettini (Zanettini Arqueologia-SP), Prof.^a Dr.^a Luciane Monteiro Oliveira (MAEA-UFJF), Dr.^a Rosana Najjar (IPHAN-RJ) e dos professores convidados Dr.^a Solange Caldarelli (Sciencia Consultoria Científica LTDA) e Prof. Dr. Andrés Zarankin (UFMG).

Como podemos ver, os temas das palestras, bem como toda a proposta de debate por elas proporcionados, eram voltados para a perspectiva da Arqueologia. Ou seja, o que era do interesse de se discutir dentro da Arqueologia naquela época. Em momento algum foi englobado nessas propostas de tema o que a comunidade havia relatado sobre a ocupação indígena, ao longo de todo o trabalho de História Oral do MAEA-UFJF. Parece-me que, mais uma vez, o saber local foi ignorado em prol de um saber arqueológico. Novamente, ocorreu o que sempre acontece dentro da Arqueologia: Arqueologia para arqueólogas/os.

Ainda durante o simpósio, foi lançado também o livro intitulado **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola**¹⁹, patrocinado pela FAPEMIG. O volume reuniu diversos artigos contendo as conclusões alcançadas com as pesquisas sobre o município, elaborados por alguns pesquisadores convidados e pela própria equipe do MAEA-UFJF. Uma questão interessante foi que buscou englobar o meio acadêmico de Carangola, que participaram publicando textos sobre o contexto de Carangola (CARELLI, 2008; MONTEIRO OLIVEIRA E PIMENTEL,

¹⁹ O livro foi financiado pela FAPEMIG.

2008). Mas o livro, assim como o simpósio, ressaltou principalmente a tradição Tupi-guarani. A proposta é apresentada logo na capa da obra, onde aparece a imagem de uma cerâmica Tupiguarani, que se trata de um fragmento encontrado no sítio Córrego do Maranhão. Além desse livro, em 2009, foi publicado na SAB Nacional em Belém, outro livro intitulado de **Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupi-guarani**, que resultou das discussões estabelecidas no evento. Assim como todo o evento, o livro também foi voltado para a discussão dos Tupi (MORAIS SILVA, 2011).

O evento também tinha como uma de suas propostas de atividades, uma visita guiada pela equipe do MAEA-UFJF aos sítios arqueológicos Toca dos Puri e Córrego do Maranhão (Figura 13 e 14). O intuito, na perspectiva da equipe, foi de realizar uma visita seguida de apresentação dos sítios, dando um panorama das pesquisas realizadas pela equipe do MAEA-UFJF até aquele momento. Segundo os pesquisadores do projeto, o diferencial nesta proposta foi a participação conjunta dos pesquisadores e da comunidade (Professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola-FAFILE; estudantes; agentes públicos; moradores do entorno dos sítios e do centro urbano de Carangola, mobilizados pela Secretaria de Cultura).

Figura 13 e 14 – Visita guiada aos sítios arqueológicos da região



Fonte: Acervo do MAEA-UFJF.

Apesar de todos os trabalhos feitos pelo MAEA-UFJF com a comunidade local, onde esses reconhecem que na região habitaram índios Puri, sendo relatados em vários momentos essa interpretação, mais uma vez, a Arqueologia parece não ter considerado o que as pessoas que vivem no entorno desses sítios têm a dizer.

Em momento algum nos trabalhos que li, os moradores citam Tupi. Eles não reconhecem esses grupos. É claro que a Arqueologia tem que apresentar também novos dados, mas esse não é problema. A questão aqui é: qual lugar aquelas histórias contadas pelos mais velhos sobre os Puri ocupam perante esse panorama arqueológico? Qual é a percepção da comunidade e dos agentes públicos a respeito desse patrimônio que é instituído pela legislação e pela autoridade científica e que pouco dialoga com suas memórias e experiências? Foram essas questões que me motivaram a ir para campo e são elas que me ajudaram a entender, a partir de um estudo etnográfico, como a comunidade carangolense concebe esse diálogo. Discussão essa que norteou o capítulo 4 da presente pesquisa.

Mas além dos trabalhos do MAEA-UFJF, nenhum outro que foi desenvolvido na região, chegou a cogitar e englobar a comunidade nas pesquisas arqueológicas. Em vista disso, acredito que apesar das ressalvas aqui destacadas, a iniciativa da instituição está um passo à frente do que muitas/os arqueólogas/os vêm fazendo até hoje. O exercício aqui realizado, propõe refletirmos sobre o papel do arqueólogo e como vem se dando a forma na qual nós, arqueólogas/os, praticamos e entendemos a Arqueologia. Isso me leva para outro trabalho desenvolvido em Carangola, onde o papel do arqueólogo a meu ver pode ser questionado, agora no âmbito das pesquisas de Arqueologia preventiva.

3.2.2- *“Havia um mineroduto no meio do caminho”: Arqueologia preventiva e o mineroduto minas-rio em Carangola*

Até o momento busquei dar uma ênfase maior aos trabalhos desenvolvidos no âmbito acadêmico, pelo fato das ações efetuadas terem sido mais efetivas na região, além de contar com o envolvimento de uma parcela maior da comunidade. Porém, também foram desenvolvidos trabalhos de Arqueologia Preventiva. No contexto da região, um dos trabalhos que destaco aqui, foi o desenvolvido pela Scientia, entre os anos de 2011 e 2013. A Scientia é uma empresa de Arqueologia que desenvolve ações que visam cumprir as leis de Licenciamento Ambiental. A equipe atuou em Carangola no âmbito da construção do Mineroduto Minas-Rio, realizado pela empresa Anglo American.

Por meio desse empreendimento, foi possível identificar mais um sítio arqueológico no distrito de Alvorada, denominado Fazenda Santa Cruz (MAGESTE,

2016). O sítio está situado na fazenda de mesmo nome e se encontra a 300 metros do sítio Córrego do Maranhão, “no topo de uma colina com 768 m de altitude, está situado a cerca de 400 metros do rio Maranhão, tributário do rio Carangola e apresenta vestígios cerâmicos em superfície, sobrepostos a uma plantação de café” (SCIENTIA, 2011 *apud* MAGESTE, 2016).

Sobre o projeto do mineroduto Minas-Rio, o objetivo deste era unir a extração de ferro de Minas Gerais ao porto do Rio de Janeiro. O empreendimento tem seu início no município Conceição do Mato Dentro e termina no porto do Açu, em São João da Barra, no norte do Rio de Janeiro, percorrendo no total 36 cidades²⁰. O mineroduto terá um total de 525 km, sendo considerado o maior do mundo (FREITAS, 2013)²¹.

A questão da construção desse empreendimento na região é muito emblemática. O que se tem notícia, principalmente através de *blogs* de *internet* e jornais locais – que são os meios de comunicação que vem relatando as arbitrariedades relacionadas à construção desse mineroduto –, é que as comunidades abarcadas vêm sofrendo com as ações e intervenções desse projeto. Por onde passa, o mineroduto deixa rastros de insatisfação e prejuízos nas comunidades da Zona da Mata mineira²² (FREITAS, 2013; ARIADNE, 2014). Os estragos são principalmente referentes à destruição das propriedades dos moradores que estão “no caminho” da obra em questão, além de terem sido documentados casos onde pessoas perderam suas casas por causa da obra.

O jornal O TEMPO lançou uma série de reportagens no ano de 2014 sobre o mineroduto Minas-Rio, que recebeu o nome de **Um mineroduto que passou em minha vida**. A série foi produzida pelas repórteres Ana Paula Pedrosa, Queila Ariadne e Mariela Guimarães. A repercussão das reportagens foi tanta que a série ficou entre as 20 finalistas da categoria imprensa diária do “Prêmio de Jornalismo Iberoamericano do IE Business School”²³. O objetivo da produção foi relatar os casos de destruição causados pelo projeto Minas-Rio e a posição da empresa

²⁰ “O projeto corta 32 municípios, sendo 25 em Minas Gerais e sete no Rio de Janeiro. Outras quatro cidades são afetadas indiretamente, totalizando 36” (FREITAS, 2013).

²¹ Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/08/27/ministerio-publico-federal-pede-paralisacao-de-obras-do-porto-do-acu/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

²² Para mais informações sobre a situação entre comunidade e a Anglo American, ver: <<http://caroldaemon.blogspot.com.br/2015/01/a-saga-da-construcao-do-maior.html>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

²³ Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/capa/economia/s%C3%A9rie-de-o-tempo-sobre-mineroduto-%C3%A9-finalista-em-pr%C3%AAmio-internacional-1.887370>>.

responsável pelas obras, a Anglo American, diante de toda a situação. As jornalistas percorreram os municípios afetados pela obra e realizaram diversas entrevistas com moradores locais, que tiveram de alguma forma suas propriedades afetadas. Muito além dos prejuízos econômicos, as reportagens demonstram como todo o processo alterou a qualidade de vida dessas populações. Entre alguns exemplos, na comunidade de Água Quente, zona rural de Conceição de Mato Dentro, a população praticamente toda ficou sem água. Isso foi algo muito recorrente em todos os municípios, inclusive em Alvorada e Ponte Alta.

O trabalho da mineradora durou aproximadamente três anos e, nesse período, toda a rotina do município mudou. Os estabelecimentos passaram a girar em torno da movimentação dos diversos trabalhadores da Anglo. Em Alvorada, que é onde a maioria dos trabalhadores se estabeleceu, diversas casas foram alugadas, o que fez com que o valor do aluguel quase triplicasse, passando a haver muita especulação imobiliária. Os moradores locais se viram sem ter condições de alugar algum imóvel mais próximo ao centro urbano, pois os valores estipulados não eram compatíveis com a renda local.

De acordo com os moradores locais, a empresa chegou com o discurso de que o impacto do empreendimento no município ia ser mínimo. Na época, a maioria das pessoas acreditou, enxergando o projeto como algo relacionado ao progresso, que faria a cidade crescer. Porém, não foi isso que aconteceu. Os moradores mais prejudicados durante a ação da mineradora foram os da zona rural. Nas matérias divulgadas pelo jornal O TEMPO, ficou evidente que isso foi uma recorrência comum em praticamente todos os municípios da Zona da Mata mineira abarcados pelo projeto. No povoado de Cabeceira do Turco, em Conceição de Mato Dentro, uma família local teve que sair de sua casa por conta do mineroduto, que estava programado de passar onde a moradia estava. Em vista disso, a casa foi demolida e os donos ficaram sem ter para onde ir. A empresa se comprometeu em pagar um aluguel para a família por seis meses, mas depois disso, eles estariam por conta própria.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, entrei em contato com arqueólogas/os da Scientia, a fim de obter mais informações sobre as atividades realizadas no município. Segundo as informações fornecidas, foram realizados, no ano de 2010 diversas ações como divulgação, reuniões e palestras, que objetivavam mais tarde se desdobrarem em atividades de educação patrimonial. Foram

realizadas apenas uma palestra junto ao Museu Municipal de Carangola, duas palestras com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Nascimento Leal, em Alvorada, e uma outra palestra com a Associação de Leiteiros do município. O objetivo dessas palestras eram estabelecer um contato inicial com a comunidade para posteriormente serem planejados as ações futuras. Porém, a equipe não seguiu com as atividades do projeto e as ações de Educação Patrimonial não foram sequer iniciadas. De acordo com as informações que me foram fornecidas pela equipe, esse trabalho foi complexo por conta da própria empresa contratante.

Acredito que isso se deve à relação conturbada que a empresa estabeleceu com a comunidade e o patrimônio arqueológico da região. Explicando melhor, houve um conflito entre os moradores e o novo traçado proposto pela Anglo. Isso porque, esse novo traçado para o mineroduto, passou pelos três sítios arqueológicos localizados no município: o Toca dos Puri, o Corrêgo do Maranhão e o recém descoberto Fazenda Santa Cruz. Todos sofreram danos por conta das escavações de implantação do mineroduto. Os danos causados são irreparáveis, resultando na destruição de parte dos sítios.

O caso mais marcante foi o do sítio Fazenda Santa Cruz, onde a família Musse, proprietários da fazenda onde o sítio se localiza, lutaram de todas as formas para que o sítio não fosse destruído. Os fragmentos arqueológicos foram encontrados em 2007, no cafezal da fazenda. Tratava-se de um pote de cerâmica que estava inteiro. Com esse achado, a família buscou informações sobre a origem e o que era a peça. Suspeitou-se ser indígena, pois era bem parecida com as encontradas na Fazenda Córrego do Maranhão. Porém, nenhuma medida foi tomada e o sítio só veio a ser registrado junto ao IPHAN a partir da atuação da equipe da Scientia.

Além de terem parte de suas terras destruídas pela empresa, quando ficaram sabendo que o novo traçado da Anglo iria destruir também o Sítio Fazenda Santa Cruz, a família decidiu recorrer com a uma ação civil no Ministério Público Federal, solicitando que as obras fossem delimitadas a uma área de 50 metros do sítio arqueológico. As atividades da Anglo foram avaliadas por uma equipe de arqueólogas/os que esteve no local e alertaram que se encontravam a apenas 25 metros dos sítios, o que não era seguro para a preservação do patrimônio arqueológico local. Porém, a mudança proposta pela Anglo acabou sendo

aprovada²⁴. Com isso, as atividades de escavações da Anglo ocorreram, o que ocasionou na suposta destruição do sítio.

Por conta da destruição do sítio, a Anglo chegou a ser multada em R\$ 1,2 milhões, que seria utilizado para a construção do primeiro Centro de Referência em Arqueologia (CRA), no Estado de Minas Gerais (FREITAS, 2013; ARIADNE, 2014). Porém, no desenvolvimento dessa pesquisa, ficou evidente que o centro não foi construído e não se sabe o que foi de fato feito com o dinheiro, uma vez que não foi dada nenhum tipo de satisfação aos moradores envolvidos com a causa do sítio.

A justiça chegou a interditar as obras da Anglo, sendo um dos motivos, para isso, os sítios arqueológicos do município. Desde 2012, o Ministério Público de Minas Gerais recebe diversos comunicados sobre mais de 50 variações do traçado do duto, o que então necessitaria de um novo Estudo de Impacto Ambiental, pois iria passar a atingir áreas de preservação ambiental e alcançar trechos da Mata Atlântica, além, dos três sítios arqueológicos.

Como se pode ver, a situação foi muito complexa. A atuação da Anglo no município repercute até hoje e apareceram nos meus relatos de campo, como irei demonstrar no capítulo 4. Por conta da dificuldade em acessar os relatórios arqueológicos referentes a esse trabalho, não pude avaliar de forma consistente as ações de arqueólogas/os na região. Mas busquei apresentar esse assunto pelo fato de ter sido uma demanda que surgiu durante minhas inserções em campo e, também, por demonstrar como o patrimônio arqueológico vem sendo alvo de empresas como a Anglo American. Acredito que esse tema oferece uma possibilidade para futuros estudos, focados na configuração particular que os trabalhos de Arqueologia preventiva assumem no binômio comunidade e patrimônio.

²⁴ Ver: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/08/27/ministerio-publico-federal-pede-paralisacao-de-obras-do-porto-do-acu/>>.

CAPÍTULO 4 – “QUANDO ALGUÉM AJUDA A TERRA DA GENTE, A GENTE TEM QUE AJUDAR”: UM ENSAIO ETNOGRÁFICO COM A COMUNIDADE DE CARANGOLA

[...]Compreendi que as coisas são reais e todas diferentes umas das outras;

Compreendi isto com os olhos, nunca com o pensamento.

Compreender isto com o pensamento seria achá-las todas iguais.[...]

(Fernando Pessoa, Se Depois de Eu Morrer, Quiserem Escrever a Minha Biografia, 1889)

No presente capítulo será apresentado um ensaio etnográfico com a comunidade do município de Carangola. O objetivo é refletir sobre as transformações desencadeadas a partir das pesquisas arqueológicas destacadas anteriormente, no contexto da relação da comunidade com o patrimônio arqueológico, bem como qual as relações estabelecidas entre Arqueologia e a comunidade. Na tentativa de compreender essas relações, utilizo como cenário para realizar minhas observações e análises, o Museu Municipal de Carangola (MMC). Desde que escolhi Carangola como foco das minhas pesquisas, além do seu contexto arqueológico como já demonstrado nesse trabalho, uma das peculiaridades que também me chamou a atenção foi o fato do município possuir um museu, que tem a guarda de acervos arqueológicos.

Na medida em que a pesquisa avançava e a relação com a comunidade se estreitava, meu olhar acabou sendo direcionado para as questões patrimoniais do município. Entendi o Museu como um espaço capaz de oferecer elementos para a minha investigação. Por esse motivo, a instituição passou a ser uma linha condutora das discussões aqui elencadas, pois sua trajetória nos traz pistas e indicações referentes as percepções da comunidade sobre patrimônio cultural, Arqueologia e o próprio fazer arqueológico.

A fim de coletar esses dados, como elucidado no Capítulo 1, busquei pensar a etnografia dentro do trabalho arqueológico, incorporando métodos etnográficos a prática arqueológica a fim de estudar o passado e os contextos sociais presentes (BEZERRA, 2011, p. 61). Dentre as diferentes alternativas de obtenção de dados oferecidas pela etnografia, optei por utilizar a observação participante, as entrevistas diretas e não-diretas, conversas formais e informais, com o objetivo de dialogar com os moradores, com gestores culturais e a comunidade acadêmica e escolar do

município de Carangola e do distrito Alvorada. O mergulho no cenário apresentado por essas comunidades me motivou a realizar incursões de campo, no intuito de balizar as minhas reflexões com as narrativas de diferentes atores sobre o contexto local.

Cabe destacar, que as análises e os dados que apresentarei nesse capítulo, transpassaram o espaço do museu. Assim como destaquei na introdução da presente dissertação, tive outros espaços de observação. Apesar do meu foco principal ser o contexto do MMC, acompanhei e conversei com interlocutores que não estavam envolvidos diretamente com o museu, mas que contribuíram para pensar nas questões destacadas aqui sobre o MMC, Arqueologia e o Patrimônio Cultural de Carangola. Não é o meu objetivo apresentar um tópico separado com essas outras etnografias. Os dados oriundos desses outros espaços de etnografia serão apresentados no desenvolvimento do texto, onde serão englobados no contexto geral da pesquisa.

4.1- Um estudo de caso: a “Associação Amigos do Museu Municipal de Carangola”

O fio condutor desse ensaio etnográfico, serão as questões que permeiam a criação da “Associação Amigos do Museu Municipal de Carangola”. O objetivo da Associação é ser um espaço de discutir sobre formas de ajudar o Museu Municipal de Carangola (MMC), no que se refere a sua reabertura, sobrevivência e reestruturação, uma vez que a instituição não tem tido apoio e incentivo dos gestores públicos nos últimos anos. Nesse propósito, a Associação surgiu como uma alternativa para resolver tais questões.

A frente dessa iniciativa, está o atual diretor do MMC, Fernando; a Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UEMG, Carla; o Professor e Coordenador do Curso de História da UEMG, Ricardo; e o Professor de Administração e Coordenador do Projeto de Extensão da Associação, Geraldo. Diante, disso, acredito ser interessante apresenta-los individualmente e destacar

qual relação que eles possuem com o MMC, ao ponto de se unirem para criar a Associação²⁵.

Fernando, tem uma relação muito antiga com o MMC. Tudo começou quando ele assumiu o cargo de Agente Administrativo na Prefeitura de Carangola, atuando inicialmente em uma escola municipal da cidade. Por estar cursando História na UEMG, teve a ideia de pedir para fazer as horas extras que tinha que cumprir do seu cargo na prefeitura, no MMC. Pelo fato da instituição ter muito material para estudo, como por exemplo, o Arquivo Histórico, achou que seria interessante trabalhar lá, pois contribuiria para os seus estudos na faculdade. Foi a partir daí que ele começou a se integrar das ações do museu.

Após ter se formado no curso de História, assumiu o cargo de Diretor do MMC. Mas devido a mudança de Prefeito na cidade, foi afastado, sendo transferido para a sala de aula. Após alguns anos ele retornou ao MMC, voltando a trabalhar no arquivo do museu e mais tarde designado novamente para ser diretor do MMC. Após anos de entradas e saídas no Museu, voltou ao MMC, em 2016, retornando ao cargo de diretor da instituição.

O Fernando sempre fez parte do grupo do município, que se mobilizava em prol de ações voltadas para o patrimônio local. Por conta de sua participação efetiva nessas questões culturais, quando a equipe do MAEA-UFJF iniciou os trabalhos em Carangola, ele esteve diretamente envolvido com o trabalho da equipe. Isso ocorreu de fato, pois na época ele fazia parte da equipe formada pela Secretária de Cultura, que deu toda a assistência às/aos arqueólogas/os/os. Posteriormente, ele manteve contato com esses profissionais, além de auxiliar outros pesquisadores que viessem trabalhar com os fragmentos do sítio arqueológico da região.

A Carla é professora e coordenadora do curso de Pedagogia da UEMG. Ela soube do caso do Museu por intermédio do Fernando e do Ricardo. Pelo fato de já estar envolvida em projetos de extensão voltadas para a comunidade local, principalmente de zona rural, ela fez questão de contribuir para a causa do museu, se unindo ao demais professores para planejar a Associação.

O Ricardo, esposo da professora Carla, também é professor e coordenador do curso de História na UEMG. Ele atua na instituição e também como professor em

²⁵ Destaco aqui, que todos os nomes que constam no presente ensaio etnográfico são fictícios. O objetivo foi o de resguardar os interlocutores. Isso porque, acredito que o conteúdo aqui apresentado e os conflitos políticos aqui expostos, acabam por expor demais as pessoas envolvidas na pesquisa.

algumas escolas particulares de Carangola. A sua relação com o Museu, se deve de um interesse no Arquivo Municipal de Carangola. Diz ele que desde quando era estudante de graduação, gastava horas pesquisando no arquivo. Por acreditar no potencial de estudos que o acervo oferecia, viu a Associação como uma oportunidade de não só pensar numa melhoria do acervo, como em questões de curadoria e conservação, além de abrir um leque de oportunidades de pesquisa para os alunos locais.

O Geraldo, é professor no curso de Administração da UEMG. Apesar de não desenvolver pesquisas voltadas para a museologia, quando soube através do Ricardo, do descaso que a instituição vem sendo submetida, se solidarizou com a situação e abraçou o plano da Associação. Visando dar sua contribuição, assumiu a coordenação do projeto de extensão no qual a associação está inserida.

Duas semanas antes da primeira reunião da associação, Fernando divulgou nas redes sociais um tipo de denúncia sobre o fechamento do Museu (Figura 15). O objetivo com isso, era solicitar a ajuda da população. Foi a partir dessa mobilização, que a Associação ganhou força. Explicando melhor, segundo o Ricardo, a associação foi algo pensado por ele e pelo Fernando. A ideia surgiu quando a situação do museu começou a ficar complicada perante a administração pública local. A proposta desde que foi pensada, visava criar e achar parcerias que quisessem contribuir para o patrimônio local de Carangola, que vem sendo à anos deixado de lado por diferentes gestores públicos.

Figura 15 – Mensagem divulgada para a comunidade de Carangola



. Fonte: Arquivo disponibilizado por Eduardo Pimentel.

Em vista desse cenário e com o fato de o Museu ter sido fechado, eles decidiram que era hora de colocar o plano da Associação em ação. Por conta disso, foram recorrer a pessoas que poderiam abraçar a causa, como o professor Geraldo e a professora Carla. A partir daí eles foram estruturando o projeto da Associação. De acordo com o Fernando, foi tudo muito corrido. As coisas foram acontecendo e fluindo o mais rápido que eles podiam, já que entendiam que se tratava de uma questão urgente.

Na semana do evento, foram finalizados alguns preparativos que seriam apresentados durante a reunião. Dessa forma, o Fernando se reuniu com a Carla e na ocasião, discutiram o estatuto que seria apresentado no evento. A partir disso, a próxima etapa consistia em criar o convite do evento, onde o público alvo era a população (Figura 16). Inicialmente, o plano era divulgar o convite nas redes sociais para a toda comunidade carangolense. O objetivo era alcançar não só as pessoas já envolvidas em projetos culturais da cidade, mais os próprios moradores, que são o público alvo da Museu.

Figura 16 – Convite elaborado para a primeira reunião da associação.



Fonte: Arquivo disponibilizado por Eduardo Pimentel.

Mas assim que o convite começou a ser divulgado, surgiram logo dois problemas. O primeiro se refere a questões políticas locais. Existe um certo conflito entre o Museu e a atual gestão pública da cidade. Esses conflitos foram fomentados em consequência de uma ocorrência que antecedeu a Associação, mas que também foi um dos pontos motivadores para a sua criação. Desde que a atual gestão pública do município assumiu a prefeitura de Carangola, o dismantelo com o Museu e demais questões patrimoniais locais, aumentaram. A situação chegou a um ponto crítico, onde antigos gestores públicos, como a Celeste e o Fernando, decidiram fazer uma denúncia ao Ministério Público Federal (MPF).

A Celeste, atuou como Secretária de Cultura durante muitos anos. Foi em sua gestão, que o patrimônio cultural local foi novamente alvo de ações por parte dos gestores público. Segundo ela, o convite para ocupar o cargo de Secretária de Cultura, veio logo após ela ter voltado a morar em Carangola. Na época, havia retornado ao município para cuidar dos pais que estavam mais velhos e com problemas de saúde. Ela disse que a princípio, não queria aceitar o cargo. Havia até mesmo negado. O que a motivou a mudar de ideia e assumir tal responsabilidade, foram os artesãos locais. Pois quando morava em São Paulo, havia participado de um grupo ligado a artesanato e costura, ao saber que na cidade havia uma

cooperativa de artesãos, viu uma oportunidade de voltar a trabalhar na área novamente. A equipe montada por Celeste, contou com o Fernando, a professora e ex-diretora de cultura Maria Luiza, entre outros colaboradores. Durante sua gestão, as principais ações foram:

[...] reativação e reorganização do Conselho Deliberativo do Patrimônio Histórico Cultural Municipal; elaboração do regimento interno do Conselho Deliberativo do Patrimônio; criação do Plano de Inventário do Patrimônio Cultural de Carangola, sendo, inventariado mais de 400 bens; organização do tombamento e registro de vários bens culturais do município (materiais e imateriais); coordenação da reforma e recuperação de alguns bens tombados; elevação da pontuação do Município no ICMS/Cultural; modernização e reinstalação da Biblioteca Municipal “Breno Motta” em novo endereço no centro da cidade; instalação da Casa do Artesão; organização de exposições e cursos voltados para área cultural. Além de firmar parcerias com diversas instituições, tais como: FAVALE-UEMG, UFJF, UFV e outras (PIMENTEL, 2016, p. 169-170).

Como mostrado no capítulo 3, a maior parte dos bens registrados em Carangola, eram relacionados ao patrimônio material, como igrejas, prédios antigos, bens religiosos e além disso, os sítios arqueológicos. Na gestão de Celeste, esse cenário se diversificou. Ela buscou registrar também, os bens imateriais da cidade, como os grupos Caxambú, o Boi-pintadinho e a banda Batendo Lata. Tal ação visava valorizar diferentes elementos culturais que o município possuía e que nunca antes haviam ganhado destaque. Ela ressalta, porém, que tudo isso só foi possível, porque na época recebeu apoio do prefeito em vigência. Ele deu autonomia para a secretária promover o patrimônio cultural.

Dentro dessa perspectiva de ampliação do patrimônio cultural de Carangola, que o patrimônio arqueológico também ganhou prioridade nas ações locais. Como destacado anteriormente (Capítulo 3), o município já possuía um histórico de visitas de arqueólogas/os que não resultaram em qualquer ação efetiva. Porém, a nova gestão visava realizar estudos mais efetivos nos sítios. Com isso, foi feito o convite às/aos arqueólogas/os do MAEA-UFJF para visitarem a cidade. De acordo com Celeste, um pouco antes da equipe chegar, não havia nada certo na Secretaria, pois essa estava fechada há alguns anos. Em virtude disso, ela e sua equipe tiveram que começar do zero. Fizeram novamente um plano voltado para o patrimônio local, a fim de voltarem a pontuar no ICMS Cultural. Foi a partir do dinheiro do ICMS Cultural e das doações dos comerciantes locais (se estabeleceu uma parceria com os

mercados da cidade, onde arrecadou-se cestas básicas), que os trabalhos de Arqueologia puderam ser realizados. Por consequência da dedicação atribuída durante tantos anos as ações locais, ao se deparar com o descaso público com o Museu e com a Secretária de Cultura, ela decidiu recorrer então a denúncia ao MPF.

O mesmo ocorreu com o Fernando, que na época estava afastado do MMC, em função do seu mestrado. Após anos se dedicando a instituição, ele *“não podia simplesmente aceitar a situação de abandono na qual o Museu estava sendo submetido e não fazer nada”*. A palavra *abandono* utilizada pelo Fernando e por outros interlocutores, remete a dois aspectos: a negligência dos gestores públicos e o esquecimento por parte da comunidade. Tal negligência, é associada por eles, a um desinteresse da administração municipal, com o patrimônio cultural de Carangola. Isso ficou evidente na tentativa do Fernando e da Celeste, de conversar com o prefeito, logo que ele assumiu o cargo. Eles foram conversar com ele, na intenção de falar da necessidade de retomar as ações voltadas para o contexto cultural do município, que naquele momento não estavam sendo feitas, pois a Secretaria de Cultura se encontrava fechada. Segundo Fernando, *“na ocasião, ele falou que não entendia de cultura. Que ele entendia de ponte, disso, daquilo, mais não entendia de cultura. E disse que o Museu não seria prioridade para ele naquele momento. Que a prioridade dele eram obras e pagar as dívidas do ex-prefeito”*.

Além disso, o Fernando disse ter procurado o prefeito outras vezes, *“pois as coisas no Museu estavam se deteriorando”*. Ele disse que foi acompanhado na época pelo vereador local, para tentar resolver principalmente a questão de infraestrutura do prédio. Porém, o prefeito disse que não ia fazer reformas no prédio, pois esse estava numa condição de comodato. Acontece, que Comodato estabelecido entre a prefeitura e os donos do antigo prédio da Barbosa e Marques, tem uma duração de 20 anos. O prédio não é tombado pela prefeitura, chegou inclusive a ser inventariado, mas no final não foi tombado como patrimônio histórico. Para o Fernando, ele não foi tombado *“até mesmo para não assustar a própria família que emprestou o prédio”*. Pois se tombar, *“aí tem aquela ideia de que vai perder os bens”*. Tal perspectiva é muito comum na região, a ideia de tombamento de um prédio, é percebida como perder esse patrimônio.

Diante disso, a única saída que ele e a Celeste encontram para tentar resolver tal situação, foi a de fazer uma denúncia para o Ministério Público. Após a denúncia, o MPF, convocou o secretário de administração e o advogado da

prefeitura na época e foi feito um termo de ajustamento. Nesse termo, haviam alguns itens que a prefeitura teria que cumprir. Eram eles: recompor a Secretaria de Cultura; reativar o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Carangola; firmar convênios com as entidades (Museu, Biblioteca); reformar e regulamentar o Museu. Porém, na época, só a Secretaria e o Conselho foram reativados. E a denúncia, no que se refere a situação do Museu, não teve qualquer resultado.

A situação começou a mudar, quando outra moradora, a Luana, também fez uma denúncia ao MPF. Luana nasceu em Carangola e mora no município até hoje. Ela disse ter o costume de visitar o Museu. Porém, em uma de suas visitas se deparou com portas da instituição fechadas. Ela buscou então, saber o porquê de a instituição ter sido fechada. As informações dadas pelo próprio Fernando, foi de que a estrutura do prédio não estava apta a receber visitantes, pois há anos não é feita uma reforma, nem mesmo manutenção na instituição. Além disso, não há também, uma equipe técnica no museu para receber visitantes nem cuidar do acervo. Isso tudo, foi atrelado ao descaso da administração pública. A partir disso, ela decidiu então agir por conta própria. Ela denunciou a as negligências dos gestores públicos para o Ministério Público. Luana afirma que decidiu fazer a denúncia por acreditar que *“o patrimônio é do povo e para o povo”*. Ela disse acreditar que tinha esse direito, pois *“o Museu é um patrimônio da cidade, logo, meu também”*. A partir disso, que os promotores do MPF começaram a tentar resolver o caso.

Nesse contexto de denúncias e de certa forma, oposição as medidas da atual gestão com o MMC, a abertura da Associação, ao chegar ao conhecimento do poder público local, tomou uma proporção negativa. Pois, o atual prefeito entendeu que a Associação estava sendo criada a fim de fazer oposição a ele, uma vez que contava com pessoas de partidos ou concepções que divergiam com as dele. Devido ao desconforto gerado com essas questões, o diretor do museu foi convidado pela Secretária de Cultura para conversar sobre a reunião. Na ocasião, ele foi aconselhado a não tocar no nome do prefeito e evitar fazer oposição a ele.

O outro problema que surgiu e que de certa forma está atrelado a esse, foi em relação ao apoio ao evento. No convite está colocado que a reunião conta com o apoio do Núcleo de Projetos de Extensão da UEMG (NUPEX-UEMG). Porém, a coordenadora do NUPEX, a Valéria, ao receber o convite e ficar sabendo das implicações desencadeadas com a prefeitura local, foi questionar os professores da UEMG envolvidos com a associação, no caso o Ricardo, a Daniela e o Geraldo, a

autorização para utilizar o Núcleo como apoio. O motivo do seu questionamento, foi o fato de ninguém ter conversado com ela e pedido autorização para usar o nome do núcleo para a promoção do evento, pois ela se quer estava ciente do projeto. E como coordenadora, ela tinha que estar ciente de tudo que envolve o nome do NUPEX.

Em razão disso, no dia 11 de maio, houve uma reunião com a Valéria, o Ricardo e o Prof. Leonardo, que é atualmente diretor da UEMG-Carangola, para discutirem sobre o planejamento da associação e o teor da reunião que iria ocorrer na mesma semana. O motivo principal dessa reunião, foi o conflito político envolvendo o prefeito do município e a reunião da Associação. A Valéria e o Leonardo não queriam que essas questões políticas envolvendo o museu, afetassem o relacionamento da UEMG com a administração municipal. A decisão foi de que eles poderiam apoiar a causa da Associação em prol do Museu, mas se não houvesse um confronto com o atual prefeito. O Ricardo então, concordou com essa condição e levou ela aos outros professores envolvidos no projeto e ao Fernando, que decidiu respeitar a posição da UEMG, deixando as questões políticas de lado, se possível, e focando no que era realmente o objetivo da Associação: contar com diferentes grupos de pessoas para ajudar o museu.

Por causa disso, o convite foi pouco divulgado, mas mesmo assim, ainda compareceram aproximadamente 21 pessoas. Essas pessoas eram basicamente alguns professores da UEMG, moradores de Carangola, professores do município, o diretor do MMC, antigos gestores culturais do município e um vereador local.

4.1.1- A primeira reunião da Associação: 13 de maio de 2016

No dia 13 de maio de 2016, ocorreu em Carangola a primeira reunião da “Associação dos Amigos do Museu Municipal de Carangola”. O encontro aconteceu às 15h horas de uma sexta-feira, no auditório da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), localizado no município de Carangola (Figura 17 e 18). Cheguei ao local meia hora antes do horário marcado, a fim de acompanhar a movimentação dos preparativos da reunião. Ao chegar no local do evento, já encontrei o Fernando e sua enteada, a Bruna. A Bruna cursa letras na UEMG, e decidiu acompanhar o padrao não só por apoio a ele e a causa, mas por interesse sobre todo o contexto da associação.

Figuras 17 e 18 – Primeira reunião da “Associação dos Amigos do Museu”



Fonte: Elaborado pela autora

Esperamos ali em frente ao auditório, o Ricardo, que iria trazer a chave do espaço. O Fernando me pareceu um tanto ansioso para o evento, devido a sua repercussão na cidade. Ele estava um tanto receoso de que surgissem mais problemas que de alguma forma pudessem atrapalhar a abertura da associação. Uns desses problemas, seria até mesmo, que as questões políticas na cidade afastassem algumas pessoas que ele considerava importante para a causa, como um vereador local, o Jorge e a Celeste. O vereador, pelo fato de ser um representante do poder público apoiando a associação. Ele seria a ponte entre a associação e os gestores. E a Celeste, em virtude da sua experiência e prestígio na cidade, durante o tempo que atuou como secretária, o que acaba por fortalecer o projeto e atrair mais simpatizantes.

Logo em seguida, chegou o Ricardo e a Daniela, com a chave e os equipamentos que seriam utilizados na reunião. As luzes foram acesas, os ventiladores ligados, o computador conectado ao projetor e o slide já sendo projetado. O professor Geraldo, chegou logo em seguida. Todos se cumprimentaram e finalizaram os ajustes técnicos. E assim, aos poucos algumas pessoas foram chegando. A primeira delas foi a Celeste. O Fernando foi ao encontro dela para cumprimentá-la e a acomodar. Em seguida chegou a Valéria e o Leonardo que foram ao Ricardo perguntar se estava tudo certo para o início da reunião e se eles precisavam de mais alguma coisa.

As 15 horas em ponto, haviam poucas pessoas, então decidiu-se esperar mais alguns minutos antes de começar. Nesse período de tempo chegaram foram chegando mais pessoas, entre elas o vereador Jorge, a professora de biologia e colaboradora do MMC, a Janaína e o Alexandre. A Janaína é professora na rede

escolar municipal da cidade. Por ser amiga do Fernando há muitos anos, acabou se tornando colaboradora do MMC nos últimos meses. Ela visitou a instituição para dar uma assistência ao acervo de biologia e zoologia do museu. Alexandre é professor de história na escola Estadual Nascimento Leal, em Alvorada. O interesse dele em participar da associação, se deve ao fato de ter interesse na área de patrimônio, inclusive ele pertence ao conselho de patrimônio cultural da cidade.

Perto da hora de começar, chegou na reunião, a Diretora de Cultura, Helena. Ao entrar no auditório, foi cumprimentada pelo Geraldo e o Fernando. Ela se sentou na segunda fileira da frente, onde aguardou a reunião começar. Helena é formada em turismo e vem atuando em diferentes cargos na prefeitura. Ela recorda ter participado de um evento de Arqueologia, com a equipe da arqueóloga Ana Paula, há muitos anos atrás.

As 15:30 se iniciou então a reunião. O Ricardo deu as boas-vindas aos participantes e aproveitou a ocasião para chamá-los para mais perto, uma vez que estavam todos espalhados e no fundo do auditório. As pessoas então que estavam ao fundo foram se direcionando para as cadeiras vazias mais à frente. Após todos se acomodarem, o Ricardo falou rapidamente sobre o objetivo da reunião, que era tornar oficial a constituição da Associação, explicitando a quem estivesse presente, os fatos que motivaram a sua instauração, bem como apresentar o seu propósito e como seria a sua dinâmica.

Em sua fala, Ricardo apresentou o plano elaborado para a Associação, onde ela fará parte de um projeto de extensão da UEMG, no qual o professor Geraldo será o professor responsável. Foi explicado primeiramente do que se trata um trabalho de extensão e quais os seus objetivos. A proposta visa propiciar as condições necessárias para a criação da Associação, além de buscar uma aproximação entre o museu, a sociedade e a universidade. O intuito com isso, é o de promover um intercâmbio entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos da comunidade, visando pensar numa melhor forma de reestruturar o MMC. Com isso, se terá elementos para pensar numa melhor forma de realizar a manutenção do museu e também dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos anteriormente pela instituição.

Ricardo enfatizou que para a UEMG, essa aproximação com o museu oferecerá aos alunos e professores da instituição a oportunidade de realizar pesquisas no arquivo do MMC. A ideia é englobar bolsistas de diferentes cursos de

graduação, como por exemplo, os de história e psicologia. A proposta, é que os bolsistas atuem diretamente com o Arquivo Histórico, realizando inicialmente higienização e a catalogação do acervo, que hoje se encontra desestruturado. Nesse momento, foi ressaltado a importância desse acervo para a história do município. O arquivo de Carangola engloba documentos não só do município e região da mata, mas de outras cidades do estado mineiro e do Rio de Janeiro também. Em vista desse gama de documentos disponíveis para pesquisa, ele sempre atraiu pessoas do Brasil inteiro, que visitavam a instituição para consultar essas fontes. E hoje, ele simplesmente está parado, impedindo que pessoas pesquisem e sendo deteriorado pelas ações do tempo, pois não existe nenhum tipo de cuidado específico que possibilite sua manutenção.

Além disso, Ricardo também apresentou o Estatuto da Associação. A fim de apresentar e discutir as propostas iniciais, buscando ouvir mais ideias e sugestões. O Estatuto seria votado na próxima reunião, que aconteceria no mês seguinte. Nesse momento ele explicou também como funcionaria a dinâmica da Associação. Que teria uma diretoria, que seria também votada no próximo encontro. Os professores da UEMG não poderiam compor a parte administrativa da Associação. A diretoria teria que ser formada por pessoas da própria comunidade. A UEMG estava ocupando um papel de apoio. A Associação, por ser uma demanda da comunidade, deve também ser guiada por ela.

Com isso, ele encerrou sua fala e deu lugar ao Fernando. Durante a sua fala na reunião, o Fernando buscou destacar um pouco do histórico do museu e sua relação com a comunidade, além dos motivos que motivaram a criação da associação.

Fernando destacou, que o museu desde que foi criado teve diversas sedes improvisadas. Essas eram na verdade, salas que a prefeitura disponibilizava em algum prédio da cidade. Além disso, a instituição já foi fechada diversas vezes, principalmente quando mudava a gestão da prefeitura municipal. Dependendo do interesse do prefeito, as ações do museu tinham continuidade, ou não. E de fato, isso ocorre até hoje.

Desde 2007, a instituição se encontra no antigo galpão da empresa Barbosa e Marques. A mudança se deu a partir de um Comodato de 20 anos estabelecido

entre a Prefeitura de Carangola e a família dona da Empresa Barbosa e Marques²⁶. O prédio que se encontra próximo a Antiga Estação Ferroviária de Carangola, foi reformado e o Museu transferido e reinaugurado em 2009. Pimentel (2016) afirma que inserir o museu nesse prédio, fazia parte de uma série de projetos. Dentre eles:

[...] “Corredor Cultural” na cidade (Rua Antônio Marques), ao mesmo tempo um “Espaço de Memória”, com a instalação do Museu e Arquivo no prédio do Barbosa e Marques, a reforma e aproveitamento da Antiga Estação Ferroviária em Casa da Cultura, Biblioteca, Casa do Artesão, Auditório (pequeno teatro) e Centro de Informações Turísticas e a revitalização de antigos galpões e armazéns que estavam há anos abandonados (PIMENTEL, 2016, p. 171).

Porém, nenhuma dessas propostas saíram do papel. E o museu permanece nesse prédio, que por ser antigo, necessita de reformas de tempos em tempos, coisa que não ocorre. Mas Fernando acredita, que *“a ideia do projeto não morreu. Talvez com a ajuda da associação ele finalmente se torne viável”*. Além de problemas com o prédio, desde 2012, o MMC está sem uma equipe de funcionários. Todos foram exonerados por motivo de corte de gastos.

Outra entidade do município que está *abandonada*, segundo o Fernando, é a da Biblioteca Municipal, que foi fechada nessa mesma época. Os livros foram jogados em um depósito pela prefeitura, sem nenhum cuidado de conservação e ninguém tem acesso a eles, nem para saber seu estado de conservação. Em sua fala, Fernando salientou que haviam muitos livros para pesquisa sobre a história da região, que já não se encontra mais. Além disso, haviam também livros clássicos de literatura. O plano do Fernando e dos demais envolvidos com a Associação, é também reabrir a biblioteca local, talvez anexa-la ao MMC.

Em vista disso, Fernando frisou a situação que o MMC se encontra atualmente e que o levou a ser fechado, por ordem do MPF. A última reforma realizada no espaço, como vimos anteriormente, foi feita em 2007. Atualmente, o lugar apresenta goteiras no telhado, infiltrações, cupins nas madeiras. Quando chove, cai muita água dentro do prédio, pelo fato do telhado estar em péssimo estado. Além disso, quando chove forte na cidade, ao ponto de alguns lugares alagarem, a situação piora, pois entra água dentro do museu também.

²⁶ Vide: <http://www.camaracarangola.mg.gov.br/publicidade-dos-atos/leis/leis-municipais/leis-municipais-2007/1172-lei-municipal-n-3734-autoriza-o-municipio-de-carangola-a-formar-contrato-de-comodato-com-a-industria-barbosa-marques-s-a-e-da-outras-providencias/file.html>

Por ser um prédio antigo, precisa ser trocada toda a fiação elétrica que, conforme a inspeção o corpo de bombeiros, corre um sério risco de pegar fogo (Figura 21 e 22). A sala que seria a da diretoria do museu está fechada pois o telhado desabou em meio a uma chuva. Até hoje ainda não foi arrumado e, toda vez que chove, molha a sala toda, além de abrigar morcegos e outros animais.

Figuras 19 e 20 – Problemas de infraestrutura do Museu Municipal de Carangola



Fonte: Eduardo Pimentel.

O acervo da instituição, este foi todo composto por doações da comunidade local. A partir daí, foram sendo criadas as seções de “numismática, filatelia, taxidermia, história natural, história, geografia, Arqueologia, mineralogia, pintura, desenho, bibliografia, arte doméstica, folclore, mobiliário, arte sacra, cerâmica e arte aplicada” (FOLHA DA MATA, 1959 *apud* PIMENTEL, 2016, p. 140). De acordo com o diretor da instituição, o acervo se encontra sem qualquer critério de organização e conservação, segundo as normas do IBRAM. Muitas peças estão expostas a poeira e, aos poucos, se deteriorando, pois não são feitos reparos ou limpeza, por falta de profissionais especializados. Além disso tudo, o próprio prédio está em um estado de desmantelamento.

No que se refere ao acervo do Museu, além dos que compõe o Arquivo Histórico, os mais destacados na reunião foram os voltados para a parte de biologia e também, os de Arqueologia. Em sua fala, Fernando salientou muito a importância do acervo arqueológico para o Museu. Inclusive, umas das grandes preocupações destacadas por ele, diz respeito a necessidade de uma reserva técnica apropriada, até mesmo para receber mais materiais. Foi ressaltado que na atual conjuntura na

qual o museu se encontra, a permanência desse material arqueológico na instituição pode estar em risco. Isso porque, o MMC não cumpre as exigências mínimas de conservação desse tipo de acervo.

Atualmente a instituição conta com um museólogo e um historiador, mas existe a necessidade de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como geólogo, geógrafo, biólogo, arqueólogo, entre outros. Porém, a instituição necessita de uma equipe interdisciplinar, devido ao seu acervo diversificado. Essa é um dos objetivos que a Associação buscará alcançar. Por falta de uma equipe técnica e diante de todo o problema de infraestrutura do museu, as atividades que antes eram desenvolvidas estão até hoje paralisadas. O Museu teve que deixar de participar de eventos como a “Semana de Museus”, “Fórum de Museus”, promovidos pelo IBRAM, e também, o “Encontro dos Museus Mineiros”, organizado pela Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais (PIMENTEL, 2016). Além disso, outra atividade interrompida foram as do Programa de Educação Patrimonial, que foi pensado a partir das parcerias estabelecidas entre,

[...] Secretaria Municipal de Educação e a Superintendência Regional de Ensino de MG e o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF; o estabelecimento de convênios e parcerias com a FAVAL-UEMG, MAEA-UFJF, Museu da Terra da UFV, e outros; organização de exposições temáticas temporárias; visitas guiadas; palestras; participação no “Salvamento do Sítio Arqueológico Córrego do Maranhão”; higienização, organização e digitalização parcial do acervo do Arquivo Histórico (PIMENTEL, 2016, p. 178).

O Fernando ressaltou o quanto que seria importante para o MMC e o patrimônio arqueológico de Carangola, que a parceria com a equipe do MAEA-UFJF fosse renovada. Isso porque, eles poderiam auxiliar na manutenção e conservação do acervo arqueológico do Museu e além disso, com a presença deles, aumentavam as chances de desenvolvimento de mais estudos arqueológicos na região.

O papel da Associação nesse contexto, seria possibilitar e intermediar a negociação com os gestores públicos do município, para reafirmar o antigo convênio entre a Prefeitura e o MAEA-UFJF. A escolha do MAEA-UFJF se deu, por conta dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no município pela equipe, como citado no capítulo 3. O Fernando esteve envolvido com as ações das/os arqueólogas/os na região. Na época ele era diretor do MMC e acompanhou a equipe de perto,

fornecendo tanto apoio nas questões de infraestrutura, mas também informações dos sítios.

Nesse momento, ele ressaltou também, que haveria a possibilidade de ocorrer uma escavação no sítio Fazenda Santa Cruz. Ele soube isso através do contato que manteve com ás/os arqueólogas/os da época do MAEA-UFJF. Após todo o processo envolvendo o sítio, como destacado no capítulo anterior da presente pesquisa, o arqueólogo Leandro Mageste, visando dar continuidade na pesquisa que vem desenvolvendo com as cerâmicas no sítio Córrego do Maranhão desde a graduação, pediu autorização ao IPHAN, para escavar o sítio. O Leandro, durante a graduação, foi da equipe do MAEA-UFJF e atuou como estagiário em algumas ações da equipe em Carangola. No seu mestrado continuou pesquisando o sítio. E por conta disso, manteve contato com o Fernando, além de outros moradores ligado ao patrimônio arqueológico local, como as irmãs Musse, donas da Fazenda Santa Cruz.

O propósito da escavação era contribuir para as pesquisas de doutoramento do Leandro. Como os fragmentos do sítio Fazenda Santa Cruz eram semelhantes ao do sítio Córrego do Maranhão, analisar esse material poderia contribuir para o estudo que o pesquisador vem desenvolvendo sobre a ocupação da região²⁷. O pedido demorou muito a ser autorizado pelo IPHAN, mas quando saiu, o pesquisador entrou em contato com os demais interessados, no caso o Fernando e a família Musse.

O Fernando ao saber disso, ficou um tanto quanto animado com a possibilidade de ocorrerem outras escavações. Ele destacou na reunião, que havendo essa escavação, o material poderia ir para o Museu, desde que tivesse a estrutura ideal para isso. Segundo ele, é importante que essas peças permanecessem em Carangola, pois elas fazem parte da história do município. Além disso, ele frisou uma coisa que sempre foi muito afirmado por arqueólogas/os que ali passaram: *“que a região possui um grande potencial arqueológico”*. E ele acredita que isso é algo que acrescentaria na história do município, por isso, deve ser explorado.

Além dos problemas de infraestrutura destacados pelo Fernando, outras questões foram ressaltadas também. Dentre elas, as principais são: o MMC hoje,

²⁷ MAGESTE, 2008; 2017.

não cumpre o seu papel enquanto instituição pública e também, não está de acordo com as orientações do Estatuto de Museus (Decreto nº 8.124 de 17/10/2013²⁸). O Decreto vem para regulamentar a Lei 11.904/2009, denominada de Estatuto de Museus, e também, a Lei 11.906/2009, de criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC). Essas leis objetivam promover a preservação do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização. O Decreto tem a finalidade de colocar para esse setor uma série de ações e procedimentos que devem ser seguidos. Ao Ibram cabe o papel de fiscalizar, a partir de uma ação de “caráter pedagógico e orientador e conduzirá a adequação do setor às normas previstas no decreto, no sentido de garantir um padrão de gestão para que os museus possam cumprir a sua função social”²⁹. Em vista dessas normas, o Fernando ressaltou que a instituição não está adequada para atender as funções sociais e de preservação cultural, pois não possui condições estruturais de realizar questões chaves de uma instituição museal, como registro, inventário, atualização das informações, garantia da conservação, da segurança do acervo e a acessibilidade.

Por fim, ele enfatizou que para o Museu, a Associação e toda a parceria com a UEMG, possibilitava chamar a comunidade para a causa do Museu, que necessita do apoio popular para se manter e se fortalecer institucionalmente. Além disso, a criação da Associação, objetiva possibilitar pensar em estratégias que englobem a UEMG e a própria Prefeitura de Carangola, visando colaborar para o desenvolvimento e fortalecimento do MMC. A partir disso, o Museu volta a ser um local propenso às pesquisas relacionadas não só ao Arquivo Histórico, que é um dos maiores da região e sempre teve procura para consulta de pesquisadores de todo o Brasil. Além disso, voltaria a ser um local apropriado para receber os acervos advindos de trabalhos arqueológicos na região. Importância do Museu Municipal de Carangola como um local propenso às pesquisas ligadas ao Arquivo Histórico, aos Sítios Arqueológicos registrados no município, ao patrimônio cultural e a biodiversidade regional.

Após a apresentação do Fernando, a fala foi concedida ao professor Geraldo. Em sua explanação, ele buscou apontar que a Associação, apesar de contar com a

²⁸ Vide: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=200>, acesso em 22/03/2017

²⁹ Vide: <http://www.museus.gov.br/decreto-8-12413/> acesso em 22/03/2017.

parceria da UEMG, é uma iniciativa que pertence a comunidade. Pois, o Museu, é uma instituição voltada para os moradores de Carangola. A UEMG está ali representando um papel de auxiliadora e nada mais. Vai caber a comunidade tomar as decisões a respeito da Associação ali por diante. Em vista disso, ele enfatizou que a Associação é uma iniciativa apartidária, que não é o objetivo cabe a ele sem envolver em questões políticas partidárias.

Terminando sua fala, a palavra foi dada a Celeste, que ressaltou brevemente, o quanto é triste ver o patrimônio local na situação em que está. E ao mesmo tempo ela fica feliz de ver que a luta não acabou, até porque, trabalhar com cultura é sempre uma luta. Por último o Ricardo apontou que a próxima reunião já tinha data marcada, sendo no próximo mês. Assim, a primeira reunião encerrou.

Por conta dos problemas citados anteriormente, a reunião tomou um rumo mais contido. Explicando melhor, a situação do museu e os conflitos políticos por de trás desse cenário, acabou por elevar os ânimos de muitas pessoas que de alguma forma já se envolveram com a instituição. E principalmente o Fernando, por ter vivenciado todo esse embate de forma tão intensa, estava numa posição já de buscar fazer tudo o que fosse preciso para resolver a situação, inclusive entrar num embate com a atual administração se fosse preciso. Porém respeitando a UEMG, ele preferiu abordar toda a situação de uma forma mais calma e amigável. Por conta disso, as falas dos representantes da UEMG e até mesmo do diretor do Museu, buscaram demonstrar uma certa imparcialidade. Os professores Geraldo e o Ricardo, ressaltaram várias vezes em suas falas que a Associação era uma iniciativa apartidária, neutra.

Ao final do encontro, as pessoas permaneceram no auditório um pouco mais de tempo, para se cumprimentarem e assinar a ata da reunião. Assim que todos foram embora, restando só o Fernando, a Bruna e o Ricardo, a luzes foram apagadas, o auditório fechado. Assim, a partir dali, estava oficialmente criada a “Associação de Amigos do Museu Municipal de Carangola”.

4.1.2- Os efeitos da primeira reunião e a continuidade da Associação

A primeira reunião da Associação, foi considerado pelos seus organizadores um sucesso. As situações de conflito aparentemente foram apaziguadas. Apesar da pouca divulgação que a reunião teve, no final, houve um número considerado

relativamente bom de pessoas que compareceram. As pessoas que participaram, já eram pessoas esperadas, pois elas já fazem parte do grupo de pessoas que trabalham em prol do patrimônio local, que na verdade, é o mesmo grupo de pessoas desde sempre.

A reunião foi satisfatória também para a diretora de cultura. Isso se deve pelo de fato do prefeito ou sua gestão não terem sido mencionados no evento. Tanto, que alguns dias depois da reunião o Fernando foi na Secretaria de Cultura, onde foi colocado que seriam atendidos os pedidos de reforma da parte elétrica da instituição. Como o dinheiro já havia sido fornecido, faltava só comprar os materiais e contratar alguém para fazer os reparos. Fernando ficou empolgado com a situação, viu tal atitude do prefeito como um resultado da formação da Associação. Para ele, a Associação além dos inúmeros benefícios que iria trazer para o Museu, era também uma forma de resistência frente aos gestores públicos. Era a maneira de não mais deixar nas mãos da prefeitura, o destino do Museu e sempre quando preciso, ela serviria para pressionar o poder público dos seus deveres e obrigações com a instituição. Dessa forma, ele acreditou que a Associação já estava cumprindo o seu papel.

Porém uma semana depois desse encontro, Fernando que estava fora de Carangola para participar de um Congresso em outra cidade recebeu uma ligação da Secretária de Educação, marcando uma reunião nos próximos dias. Desde a ligação, o Fernando desconfiou sobre o que poderia ser o tema da conversa. Ele tinha certeza que tinha algo a ver com o cargo dele como diretor do Museu. Ao retornar à cidade, foi ao encontro do Secretário de Educação do município. Durante a reunião, ele foi informado que ele seria realocado para a área administrativa de uma das escolas municipais. Isso porque, Fernando é concursado na Prefeitura de Carangola, com o cargo de Agente Administrativo. Como destacado anteriormente, ele começou sua carreira trabalhando nas escolas municipais de Carangola. Posteriormente, ele conseguiu ser transferido para o museu, onde atuou por vários anos. Mas quem decide se ele fica ou não na instituição, são os gestores públicos.

O Fernando acredita que o mudaram de cargo em consequência do seu histórico de embates com o atual prefeito. Uma vez que ele apoia a oposição da atual gestão, além de ter feito a denúncia contra abandono do Museu e do patrimônio Cultural de Carangola. Além disso, ele também está na mobilização para criar a Associação, que o prefeito entende como uma forma se afronta ao seu

governo. Como o Fernando não podia ser mandado embora, pois era um funcionário público concursado, a prefeitura o realocou para outro cargo. Apesar de perplexo com a situação, o Fernando ficou ainda mais motivado a seguir adiante com a Associação, mesmo não ocupando mais no cargo de diretor.

Haveria nos próximos dias uma reunião com o MPF, por conta das denúncias já citadas aqui. Compareceu na reunião do MPF, o Fernando, a Secretária e a Diretora de Cultura, além do jurídico da prefeitura e o atual prefeito. Nesse mesmo período, o Ministério Público promoveu duas reuniões por conta das denúncias citadas anteriormente. O objetivo dessas reuniões, foi o de estabelecer as medidas que a prefeitura deveria tomar em relação ao MMC. Na primeira reunião, que ocorreu em junho de 2016, compareceram além dos três denunciantes, alguns membros da prefeitura, como a Secretária de Cultura, a Diretora de Cultura, o assessor do prefeito e o advogado do prefeito. A segunda reunião ocorreu em julho de 2016, e nela compareceram os três denunciantes, o prefeito, um advogado representante da OAB, o professor Ricardo Delgado, e novamente, a Secretária e Diretora de Cultura.

Em vista que um dos objetivos dessas reuniões, era expor os problemas que levaram as denúncias a serem feitas e buscar soluções da Administração Municipal de Carangola, o Fernando aproveitou a ocasião para expor todas as questões de conflito para o promotor. Ele destacou todas as vezes que solicitou a reforma no museu, uma equipe técnica e outras coisas básicas que fazem parte do funcionamento da instituição, que nunca foram atendidas. Em consequência disso, o Ministério passou uma série de exigências que teriam que ser cumpridas pela atual gestão municipal, como denominar a equipe para atuar no museu e disponibilizar verba para as reformas necessárias. Porém, o prefeito não cumpriu todas as medidas dentro do prazo estipulado pelo Ministério Público. Apenas próximo de espirar o prazo, ele novamente colocou o Fernando como diretor do MMC. Foi disponibilizado apenas o dinheiro para arrumar a fiação elétrica. Porém, até o momento que sai de campo, nada tinha sido feito, pois não havia sido disponibilizada mão de obra para realizar as reformas.

Mas essa situação serviu para fortalecer ainda mais a Associação, que prosseguiu com o apoio do promotor do MPF, que inclusive compareceu a segunda reunião da Associação. Essa reunião diferentemente da primeira, foi muito mais divulgada. Além das redes sociais, o evento também foi anunciado no jornal local “É

O COMBATENTE”³⁰, abrangendo com isso, um número maior de pessoas. O resultado foi que compareceram cerca de 33 pessoas. Além de oficializar a criação da Associação e realizar a votação para a aprovação do seu Estatuto Social,

Em termos de registro, a Associação foi fundada no dia 02 de junho de 2016. Na ocasião foram votados os membros que iriam compor a Diretoria da Associação (Figura 23). A partir dessa votação, ficou decidido que o Diretor Presidente da Associação, seria o Fernando; a Vice-Presidente, seria a Celeste; 1º Secretário(a), Gabriela Aquino; 2º Secretário(a), o vereador Jorge; 1º Tesoureiro(a), Júlio Figueiredo; 2º Tesoureiro(a), Pedro Gonçalves. Além disso, na ocasião foi aprovado também, o Estatuto Social, conforme a legislação em vigor (Lei 11.904/2009 e Decreto nº 8.124/2013). Cabe apresentar algumas pessoas que estavam nessa reunião, mas não compareceram a primeira. Entre elas está o professor de história e ex-diretor do MMC, Júlio Figueiredo. Durante sua gestão na instituição, o foco do Júlio foi promover o arquivo histórico.

Esse grupo praticamente todo, é o mesmo que vem atuando nas ações em prol do patrimônio cultural local. Talvez, a votação seja um reflexo da comunidade que sempre viram essas pessoas à frente das questões patrimoniais. Mas diferente da primeira reunião, a segunda contou com muito mais moradores locais. Esses “outros moradores”, são entendidos aqui, como pessoas que não atuaram em momento algum como gestores, ou seja, não estavam ligados ao patrimônio local a partir de nenhum cargo, mais sim baseados no seu interesse em conhecer e contribuir de alguma forma com o desenvolvimento cultural do município.

³⁰ Vide: <http://jornalocombatente.blogspot.com.br/2016/05/uemg-apoia-criacao-de-entidade-amigos.html?spref=fb>. E também: <http://jornalocombatente.blogspot.com.br/2016/05/nova-reuniao-para-criacao-da-entidade.html?spref=fb> acesso em 25/03/2017

Figura 21 – Segunda reunião da Associação de amigos do Museu Municipal de Carangola.



Fonte: Associação de amigos do Museu Municipal de Carangola

Após a eleição, ocorreram mais duas reuniões, com o objetivo de discutir os processos de legalização da Associação. Sendo estes: o registro em Cartório (Registro Civil das Pessoas Jurídicas) e na Prefeitura (Cadastro do Contribuinte Mobiliário – CCM), a criação de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, a abertura de Conta Corrente. Por conseguinte, foi efetuado o Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Foram discutidas também, algumas tarefas que a Associação terá de cumprir. Como por exemplo, um estudo do material bibliográfico sobre a criação de associações comunitárias, principalmente no que se refere aos museus. Além disso, foi ressaltado a necessidade de se promover encontros com os alunos inseridos no projeto de extensão. De acordo com a ata da Reunião, não houve qualquer menção ao acervo arqueológico ou a possibilidade de escavações no Sítio Fazenda Santa Cruz. A Arqueologia dessa vez não foi mencionada.

Posteriormente houve uma reunião da Diretoria Executiva para definir as próximas ações da Associação. Assim foi proposto de a Diretoria se reunir com a próxima administração municipal, que assumiria em 2017; reforçar o convite da

associação a comunidade local; eleição do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal; realizar um levantamento das principais demandas do Museu Municipal de Carangola; e por fim, elaborar um Plano de Trabalho para a gestão 2017.

A Associação vem sendo divulgada ao máximo pelo Fernando e pelos demais idealizadores do projeto. Um exemplo dessa divulgação, foi a participação dos dois durante o 18º Seminário de Pesquisa e Extensão da UEMG, que aconteceu no mês de novembro de 2016. O Seminário é um evento interno da UEMG, que reúne diversas unidades da instituição, além da unidade de Carangola, compareceram alunos da unidade de Campanha, Ubá, Leopoldina, todas localizadas no Estado de Minas Gerais.

Na ocasião, eles não só apresentaram um minicurso juntos, mas o Fernando também apresentou a proposta da Associação. No minicurso, intitulado “Patrimônio, museu, arquivo e Arqueologia: possibilidades de pesquisa e atuação profissional”, o objetivo era apresentar aos estudantes, possibilidades de formação e atuação profissionais voltadas para a área de patrimônio, museus, arquivos e Arqueologia. Vale ressaltar que a Arqueologia foi incorporada dentro da discussão por conta da relação que o Fernando estabeleceu com arqueólogas/os que haviam pesquisados na região anteriormente e pela possibilidade de eles voltarem ao município para escavar. Em vista disso, a ideia era chamar as/os arqueólogas/os da época de atuação do MAEA-UFJF, com quem o Fernando ainda tem contato. Mas no final, o convite acabou sendo me sendo ofertado, pelo fato de eu já estar em campo na época do evento.

Durante o minicurso, o estado de abandono do Museu foi ressaltado várias vezes. Na fala do Ricardo sobre arquivos, foi ressaltada a diversidade do acervo de Carangola e as diversas possibilidades de estudos que ele apresenta. O Fernando, focou mais nas questões que compõem um Museu, e ressaltou os problemas estruturais que o MMC vem passando, destacando a solução encontrada para resolver tais questões foi a Associação.

Além do Fernando e do Ricardo, participou também a professora Kátia, que foi uma das idealizadoras do minicurso. Ela trabalhou com a temática do Patrimônio Cultural de Carangola. Na ocasião ela deu um enfoque na definição do termo patrimônio, que é baseada em uma perspectiva tradicional, de herança do povo. E frisou os trabalhos que vem desenvolvendo com seus alunos em um projeto de

extensão, que realiza atividades de educação patrimonial em várias escolas do município.

4.1.3- O Museu Municipal de Carangola, o patrimônio cultural e a comunidade: percebendo as relações estabelecidas

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, ficou evidente que o patrimônio cultural de Carangola não foi objeto de interesse apenas da atual gestão municipal. O MMC, assim outros setores relacionados a Cultura em Carangola, dependem da gestão pública local para se manter. Ao mesmo tempo, durante muitos anos o patrimônio local não vem sendo alvo de políticas públicas efetivas. Pelas falas dos interlocutores, foi possível perceber que todas as ações realizadas em torno do patrimônio cultural do município, sempre estiveram intimamente relacionadas aos interesses da gestão que estivesse em exercício na prefeitura local. Explicando melhor, no cenário de investimentos em ações patrimoniais em Carangola, sempre dependeu se a gestão que estivesse em vigência na cidade quisesse ou não, dispor de investimentos ou até mesmo tivesse interesse nas iniciativas patrimoniais locais.

Mas além dos problemas relacionados a prefeitura local, existe uma outra questão também problemática, porém dessa vez com a comunidade. Para esse grupo de gestores, existe um certo desinteresse e não apropriação por parte da comunidade. Isso é percebido por pessoas que de alguma forma se relacionaram com o patrimônio cultural local, como a Celeste, a Maria Luiza, o Fernando e o professor Leopoldo, um acadêmico local e também ex-diretor do MMC. Para eles, esse *abandono* por parte da comunidade, se refere ao esquecimento e ao desinteresse. A ideia compartilhada por esse grupo de ex-gestores públicos, é a de que as pessoas não se importam o suficiente para ajudar nas causas patrimoniais da cidade, como por exemplo, a do MMC. Segundo eles, acaba sendo o mesmo grupo de sempre que se mobiliza pelo patrimônio local, os demais moradores do município, não se envolvem nas questões patrimoniais.

Esse grupo preocupado com o patrimônio cultural do município, é formado por professores, sendo a maioria da UEMG e alguns poucos da rede estadual e/ou municipal, e um ou outro vereador interessado, como vimos anteriormente. Ele é possível de ser identificado no contexto da primeira reunião da Associação. A

maioria das pessoas que estavam ali, são as que há anos se mobilizam nessas causas patrimoniais.

Outro problema destacado, diz respeito a própria configuração da administração municipal, onde os cargos na prefeitura são ocupados a partir de interesses políticos. E o pior, é que a cada mudança de gestão, há também uma mudança nesses cargos. É evidente que isso é um problema político e institucional do nosso país, onde se utiliza política para reafirmar laços e interesses. Porém essa forma na qual a administração pública se constitui, é prejudicial para o desenvolvimento de diversas ações no município. Pois, já que os cargos são de certa forma temporários, os projetos acabam não tendo continuidade de uma gestão para outra.

No caso de Carangola, isso ficou evidente na situação do Museu, principalmente no que se refere a relação da comunidade com a instituição. Fernando acredita que essa é uma relação ainda não bem fundamentada, devido ao histórico de interrupções que a instituição vem tendo no seu processo de formação. Pois desde a sua abertura, passaram muitos diretores, com propostas diferentes, interrompendo muitas vezes a continuidade das ações. Além disso, o MMC na maior parte do tempo ocupou locais provisórios, com exposições pontuais. Toda vez que parecia que finalmente ele iria se firmar, mudava a gestão ou o prefeito cortava o incentivo, e a instituição era fechada ou transferida de lugar. Fernando acredita que talvez o grande problema disso tudo seja, a forma na qual se configura a própria administração municipal. Como afirma Pimentel (2016, p. 168-169),

Essa configuração da administração municipal foi e é um grande problema para a instituição, pois a cada gestão, as políticas, os profissionais e os trabalhos são paralisados e alterados, não há continuidade nas ações. Como o Museu Histórico Municipal não possui um quadro de funcionários lotados ou específicos para o Museu, a instituição fica sem direção, sem planejamento e negligenciada. Fica exposta ao interesse do gestor municipal que, na maioria das vezes, não enxerga ou entende o Museu. Além desse quadro de interrupção das atividades com os problemas na estrutura organizacional e de gestão, os problemas na estrutura física e problemas de causas naturais, como alagamentos de parte das salas, queda de barranco próximo ao prédio, infestação de insetos, etc., agravaram ainda mais a situação do Museu, desgastando a relação da instituição com a comunidade que deixou de confiar e doar as peças.

Pimentel (2016) acredita que esse movimento pode ter atrapalhado o próprio relacionamento da instituição com o público local, que muitas vezes viram as peças que doaram desaparecerem por conta do caráter provisório que o Museu sempre

teve e do próprio fato de ter sido alvo de desastres naturais e até mesmo de abandono pelos órgãos públicos (PIMENTEL, 2016, p. 168-169). Para o autor, esse é um dos problemas mais sérios gerados por essa forma de administração, pois acabou afastando a comunidade do Museu. Ao mesmo tempo, o autor acredita que parte desse *abandono* do museu se deu pelo fato de a própria população não se interessar pelo patrimônio local. Segundo ele,

Por outro lado, podemos refletir sobre qual o grau de importância e participação da comunidade, na preservação e valorização do Museu. Se o poder público foi negligente, a população também não demonstrou interesse diante do seu patrimônio. O que fica claro nessa postura é o desinteresse que a comunidade carangolense tem em relação ao Museu Municipal como um local importante e seu. Mas mesmo com todas as dificuldades, o Museu resistiu e não foi extinto, como ocorreu com a Biblioteca Pública Municipal.

Além disso, devido as inúmeras mudanças do Museu e o fato de ter sido fechado várias vezes, refletiu na forma como as pessoas percebem o Museu. Um exemplo disso, vem da fala do Sr. Joaquim, um morador local, que possui várias kitnets junto com a sua mãe, Dona Zilá, onde eles alugam para quem precisar, principalmente estudantes que vem de fora para cursar faculdade na UEMG. Ao saber que o MMC estava fechado, ele não ficou surpreso, pois segundo ele, “*o museu sempre ficou fechado*”. Para o Sr. Joaquim, “*em Carangola ninguém liga muito para o museu. Ninguém vai lá*”.

Mas ampliando esse contexto, ocorre que não é só o Museu e a Secretária de Cultura que vem sofrendo com o *abandono* da administração pública. Outros setores culturais também foram atingidos, como por exemplo, a Associação de Artesãos de Carangola e Região. A iniciativa foi pensada a partir do projeto da Celeste, de integrar esses artesãos em uma Associação que atendesse demandas regionais. E por um tempo funcionou. O grupo recebeu apoio da prefeitura no quesito espaço, infraestrutura e incentivo. A proposta era realizar oficinas de artesanato e costura para os moradores do município, além de produzirem peças que tivessem um caráter regional. Além do material feito em Carangola, fariam parte do projeto, peças de artesãos da região.

A Associação de Artesãos hoje é guiada por uma equipe administrativa, composta por quatro mulheres: a Giovana, Presidente; Lorena, Secretária; Maria, Tesoureira; e a Cláudia, Vice-Presidente. De acordo com Lorena, ocorre que a prefeitura disponibiliza o espaço físico que elas ocupam (que fica na antiga estação

ferroviária da cidade), dando água e luz. Após a mudança de gestão, o atual prefeito mandou deligar a internet e o telefone. Além disso, elas relataram não receber mais nenhum tipo de apoio da prefeitura nem incentivo. Quando os artesãos precisam viajar para participar de eventos a fim de promover a própria Associação ou participar de oficinas para aperfeiçoar o artesanato, cada um têm que custear a própria viagem ou retirar do que conseguem com a venda na loja de artesanato. Isso porque, a prefeitura não disponibiliza aos artesãos nem mesmo transporte. Elas afirmaram que muito além de um apoio financeiro, o que associação como um todo gostaria, era de um certo incentivo ao trabalho que vem sendo feito. De acordo com Giovana, em razão desse *descaso*, vários artesãos de fora da cidade pararam de enviar suas peças. E o que era para ser uma integração de arte regional, hoje se perdeu, pelo menos aqui em Carangola. Além disso, as oficinas oferecidas antes, já não são feitas mais.

Na fala dos gestores mencionados anteriormente, esse tipo de situação faz parte de uma estrutura muito maior, que está relacionada com o despreparo e o *descaso* da administração pública de Carangola em lidar com o patrimônio cultural do município. Leopoldo acredita que Carangola, por ser uma cidade do interior, a *“cultura não vale nada para a prefeitura”*.

Mas para esse grupo, a cultura e o patrimônio de uma forma geral, possuem uma grande importância, valem muito. Isso fica evidente na fala da Maria Luiza, por exemplo. A Maria Luiza é professora da rede municipal de Carangola e durante muitos anos, atuou em questões culturais da cidade como Diretora de Cultura e Diretora do MMC. Ela vem acompanhando as questões patrimoniais do município desde que voltou a morar em Carangola. Ela se envolveu no contexto cultural, pois se percebe *“apaixonada por cultura”*. Essa paixão a motivou a pedir transferência do seu cargo de professora, no qual havia entrado a partir de um concurso da prefeitura de Carangola, para a Secretaria de Cultura.

Na ocasião, assumiu o cargo de Diretora de Cultura. Uma das primeiras medidas da equipe na época, foi fazer um levantamento e posteriormente, o tombamento de vários bens históricos. Naquele momento, foi dada prioridade aos bens voltados para construções arquitetônicas, ou seja, prédios antigos da cidade, igrejas e algumas outras estruturas, como demonstrado no capítulo 3. Esse padrão de tombamento patrimonial só se alterou, um tempo depois, com o tombamento do Sítio Toca dos Puri. De acordo com Maria Luiza, foi uma luta muito grande da gestão

de cultura da época, que esse sítio fosse tombado. Segundo ela, o interesse que motivou tal luta, foi *“assim como todas as outras, era feita por pessoas que amavam o patrimônio”*.

A compreensão de patrimônio aqui compartilhada pela interlocutora, é de que *“patrimônio conta uma história e que tudo que ela faz em prol dele, ela faz por ela, porque ela é apaixonada por tudo ligado a cultura”*. Segundo ela, esse apreço pela cultura, *“está no sangue da família, que assim como descende de Puri, descende de Italianos também, e sangue italiano ama arte”*. Ela disse que a família dela sempre foi muito envolvida com arte, mesmo sem ter tido muito estudo. Ela tinha parentes poetas, músicos e pintores, por isso *“desde que se entende por gente, gosta de patrimônio e cultura”*.

Para a Maria Luiza, no que se refere ao contexto cultural da região, *“cultura sempre foi do interesse só de quem estava à frente da gestão cultural da cidade”*. E ainda assim, com algumas ressalvas. Pois para ela, a prefeitura normalmente, *“não tem noção do que é preservar um patrimônio histórico”*. Maria Luiza acredita que em alguns casos, que são até mesmo uma exceção dentro do cenário do município, acontece dos próprios moradores tomarem conta do patrimônio local, já que a prefeitura não toma. Um exemplo ressaltado por ela, é o da Igreja de São Manoel do Boi, onde eles mesmo buscam formas de conserva-la. Ela destaca que *“eles buscam tomar conta mesmo. A igreja tem 220 anos, foi construída pelos escravos. E eles sabem contar a história dela perfeitamente”*. Já em Carangola, quem fala muito em patrimônio e cultura é ela mesmo e algumas outras poucas pessoas que já são envolvidas com história. Ou seja, nessa fala pode-se perceber que mais uma vez, a comunidade, que seriam esses “outros moradores” não possuem uma participação ativa nessas questões patrimoniais.

Esses “outros moradores”, que se encontram em suas casas, nas praças, nas escolas, possuem uma visão diferente acerca do patrimônio, que esses gestores lutam tanto para preservar. Até mesmo, não percebem muitas vezes elementos que são considerados patrimônio pelas instituições públicas. Isso pode ser percebido na fala da Daniela, por exemplo. Para ela, tomar uma casa, é o mesmo que invalidá-la financeiramente. Assim como ela, diversas pessoas da comunidade, acreditam que o tombamento de um imóvel é algo prejudicial para o dono, pois esse perde o direito de vender seu bem. Ele passa a não valer nada. De acordo com Fernando, diante dessa perspectiva, que diversos prédios que estavam para ser tombados pelo

Patrimônio Histórico de Carangola, foram derrubados durante a noite, a fim de evitar que fosse tombado.

Em vista de situações assim, acredito que existe uma falta de diálogo entre esses gestores culturais e a comunidade. Falta aproximação e informação, respectivamente. Para fazer isso funcionar, os gestores têm que buscar formas de dialogar com a comunidade e esclarecer algumas questões que as vezes não são devidamente esclarecidas para aqueles que não possuem o um contato diário com burocracias e questões patrimoniais, assim como os gestores. Essas informações têm que chegar as pessoas, mas não de uma forma impositiva. A forma na qual as medidas em prol do patrimônio cultural de Carangola estão sendo tomadas, apenas por um grupo que define o que deve ser considerado patrimônio ou não, está sendo excludente. E isso não contribui com a preservação desses bens. Ao meu ver, a comunidade tem que entrar no diálogo, ela tem que ser ouvida. De que adianta Carangola ter um Museu cheio de peças que remetem à história do município, sendo que as pessoas não se identificam com ele? Muitas vezes nem sabem onde a instituição está instalada e que acervo ele possui. Em vista disso, quem então vai querer abraçar uma causa, como a do MMC, sendo que não o conhece e não se identifica? Acho que essas questões transcendem o caso do Museu Municipal de Carangola. É uma discussão que pode ser levada a outros contextos relacionados à temática patrimonial.

4.1.4- Arqueologia, o Museu Municipal de Carangola e a comunidade: as percepções e ressignificações

No âmbito das pesquisas arqueológicas, o município de Carangola sempre foi percebido como extremamente relevante. Como demonstrado no capítulo 3, ocorreram diversos trabalhos arqueológicos na região, que foram efetuados por diferentes pesquisadores, com propostas e em momentos distintos. Algumas dessas pesquisas, como as do MAEA-UFJF, trouxeram novos dados sobre a história da ocupação indígena da região, frente ao que as fontes históricas já apresentavam.

Os trabalhos do MAEA-UFJF, abarcaram vários setores da comunidade em suas ações. Porém, as percepções de cada um desses grupos sobre Arqueologia são distintas. Por exemplo, no caso dos gestores culturais, o patrimônio arqueológico é extremamente relevante por acreditarem que contribui para a história

do município. E assim como a maioria das/os arqueólogas/os, eles acreditam que esses fragmentos, que contam a história dos seus antepassados, é um patrimônio que merece destaque, ele tem que ser preservado. Nos relatórios analisados sobre os trabalhos da equipe na região, essa perspectiva esteve muito presente, principalmente nos trabalhos de Educação Patrimonial. Vale aqui, destacar algumas dessas falas:

“Conscientização dos alunos sobre a necessidade de se preservar os variados tipos de patrimônios (arqueológico, histórico, ambiental, cultural), explicando as diferenças entre eles. Habituar os alunos com o conceito de patrimônio, ressaltando a participação destes, como agentes ativos na preservação dos patrimônios coletivos”.

“Nesse módulo abrimos espaço para as crianças contarem um pouco das estórias e histórias que seus avós e pais contavam e para questionarmos o porquê e o que preservar. Esclarecemos também sobre o tombamento e a inviabilidade de que tudo seja tombado, não perdendo, no entanto, a necessidade de preservação que seria um primeiro passo”.

“Pretendemos valorizar o auto-reconhecimento da população local enquanto detentora de um saber digno de ser valorizado, ressaltando a importância da transmissão deste conhecimento. Neste ponto as atividades do levantamento histórico-cultural se entrelaçaram às de educação patrimonial, visto que há um intenso estímulo tanto aos idosos quanto às crianças de ouvirem e serem ouvidos. Além disso, estas atividades objetivaram ainda, perceber como a população local representa ou reconhece os indígenas que habitavam a região, se já ouviram contar histórias sobre “panelas de índio”, “coriscos” ou “pedras de raio” encontradas na lida com a lavoura. É a partir destas informações que podemos identificar possíveis sítios arqueológicos. Valorizamos também seu conhecimento sobre a presença negra e escrava na região e a respeito de ervas tradicionais que curam”.

“O simples ato de ouvir e se interessar por elementos corriqueiros da realidade e história de vida destas pessoas possibilitou à equipe, não somente, notar a permanência de inúmeros hábitos e costumes indígenas, sejam eles alimentares, de higiene, da medicina natural, de cultural material, mas também identificar possíveis sítios arqueológicos pré-históricos e históricos ainda desconhecido dos órgãos oficiais. Salientamos que a contribuição acadêmica e social deste trabalho não se limita a fazer um levantamento de elementos sócio culturais da população de Carangola, pretendendo proporcionar, sobretudo, um exercício de cidadania no qual a população local se reconheça como portadora e promotora de um patrimônio cultural e material passível de ser valorizado e divulgado.”

A partir dessas falas, podemos ter uma noção da percepção de patrimônio e da compreensão de Arqueologia. Em vista disso, fica evidente que a ideia de Arqueologia aqui, se resume basicamente em escavar, o que os arqueólogas/os denominam como salvamento. Posteriormente, visando preservar, colocam as peças em um museu local, para a comunidade se sentir mais próxima desse patrimônio,

que eles dizem que ela tanto se identifica. Destaca-se que este discurso é recorrente entre um grande número de arqueólogas/os no país.

No que se refere ao acervo arqueológico do Museu Municipal de Carangola. Durante a reunião da associação, ele só foi destacado pelo Fernando. Acredito que isso se deve ao fato de que, entre os idealizadores do projeto da Associação, ele foi o único que se envolveu nas ações com arqueólogas/os. Ainda assim, sua participação foi enquanto gestor. Ele ajudou a trazer essas/esses arqueólogas/os e atuou como um tipo de apoio para a equipe, além de fornecer informações sobre o histórico da região.

Para o Fernando, esse acervo tem uma importância que para outros cidadãos de Carangola, não tem. Como no caso do Sr. César, um senhor de 60 anos, que gosta de passar algumas boas horas do dia na praça da cidade. Ele sequer sabe que Carangola tem um sítio arqueológico. Ele já foi no Museu, mas não lembra de ter visto nada de Arqueologia na instituição. Mas para o Fernando, entre os visitantes, o acervo arqueológico é um dos preferidos, principalmente com o público escolar, que é na verdade, o grande público da instituição.

Assim, o acervo arqueológico do MMC, tem uma outra importância para o Leonardo, por exemplo. O primeiro acervo arqueológico da instituição, foi doado por ele, quando encontrou os fragmentos do Sítio Toca dos Puri. A sua relação com a Arqueologia, permeia outro âmbito. Pois, embora seja biólogo de formação, ele diz possuir uma grande paixão pela Arqueologia. E mesmo estando há anos afastado de qualquer trabalho envolvendo Arqueologia, afirmou que sempre procura saber algo sobre o assunto. Por conta de sua afinidade com a área, sempre recebe notícias relacionadas com possíveis achados arqueológicos. Para exemplificar essa situação, expressou conhecimento sobre a existência de um sítio arqueológico na Serra do Brigadeiro³¹, onde moradores locais haviam encontrado, segundo ele, pontas de flecha e machadinhas e mandaram a foto para ele.

Na época que encontrou os fragmentos no sítio Toca dos Puri, Leonardo atuava como diretor de Controle Ambiental e, de tempos em tempos, ele e sua equipe saíam para fazer vistorias nas matas da região. Foi durante uma dessas saídas, que o grupo se deparou com a gruta em Ponte Alta, que abrigava em seu

³¹ A Serra do Brigadeiro, é um parque, conhecido como Parque Estadual Serra do Brigadeiro, localizado na Zona da Mata mineira. O Parque ocupa terrenos dos municípios de Araponga, Fervedouro, Miradouro, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Muriaé e Divino, que são bem próximos ao município de Carangola.

interior ossos e crânios envoltos pelo que aparentava ser um tecido. Ele já tinha ouvido história sobre essa gruta e dos ossos que existiam nela, porém nunca havia visitado o lugar. O local de fato já era do conhecimento da comunidade desde o século XIX, tendo, inclusive, fluxos de visitação espontânea.

Após esse episódio, ele recorreu à Prefeitura Municipal de Carangola para então decidirem o que fazer com os achados. Na época ele sugeriu criar um museu aberto no próprio sítio. Porém, as peças se encontravam expostas e corriam risco de degradação. Além disso, já tinham tido informações de que outros moradores da região já haviam visitado a gruta e pegado os materiais que ali estavam. Por conta disso, decidiu-se então recolher tudo que se encontrava na superfície, acreditando que desse modo estariam conferindo proteção ao material. Em sua fala ele destaca:

“Nós que tiramos...essa foi a maior arbitrariedade da minha vida como biólogo, como pesquisador. Mas, a preocupação nossa era pegar o material, por que eles estavam achando que tinha lá bruxaria, estavam pegando material de macumba, pegando e jogando aquilo fora. E eu sabia que aquilo lá não era macumba, que ali era um abrigo mesmo. Ai a gente começou a tirar tudo que estava aflorando para salvar. Mas ainda tem muita coisa enterrada lá”.

As peças encontradas por Leonardo e sua equipe, foram doadas ao Museu Municipal de Carangola, integrando o novo setor de Arqueologia. Foi nesse momento, que Carangola recebeu a visita do Professor André Prous e da pesquisadora Alenice Baeta. A partir da repercussão dos achados em Ponte Alta e com a presença dos pesquisadores, alguns moradores se sensibilizaram com a doação dos artefatos da Toca dos Puri e também decidiram doar para a instituição, os fragmentos que haviam encontrado ao longo da vida.

Assim como ocorreu no sítio Toca dos Puri, os constantes achados desses vasilhames suscitavam na população uma postura de coletar esse material por ser algo exótico ou a descartar de alguma forma por associa-lo à “macumba”, no caso das vasilhas de cerâmica ou a algo que pode ferir ou matar, como por exemplo a “pedra de raio”. A “pedra de corisco”, como também é chamada, na percepção local, não é algo atribuído ao trabalho humano, mas sim a elementos da natureza, como nesse caso ao raio, que é atraído por esse objeto, podendo então matar quem estiver perto dele. Por conta disso, não deve ser guardado, principalmente dentro de casa. Cabe ressaltar que estas narrativas são evidenciadas em diferentes partes do Brasil. Tal objeto lítico cairia com o raio e penetraria no solo até a profundidade de

sete metros, dando início a um processo ascensional de um metro por ano. Após sete anos, alcançaria a superfície, onde passaria então a atrair e ser atraído pelo raio até que atingisse a superfície e fosse levado novamente para o céu. Por causa dessa característica, os “coriscos” são temidos pela população rural.

Um exemplo a ser citado foi em um caso vivenciado pela lara, que é moradora de Alvorada e professora de português na Escola Estadual Nascimento Leal. Ocorre, que em uma de suas aulas, um aluno surgiu com o que ela identificou como sendo uma pedra de raio, sua primeira reação foi querer a peça para ela. Ela disse que percebeu que o fragmento se tratava de uma *coisa* antiga, feita por índio, por ter já visto igual no sítio córrego do Maranhão e também, no acervo do Museu Municipal de Carangola, além de ter “*aprendido com os arqueólogos*”. Segundo ela, o estudante revelou ter encontrado o objeto em terras próximas a Fazenda Córrego do Maranhão e a Fazenda Santa Cruz³². lara me disse que sonhava em ter um objeto daquele, pois achava lindo. Por conta disso, pediu ao aluno que desse a ela o fragmento. Ele, porém, negou. Alegou que o objeto era muito perigoso e que depois da aula iria descartá-lo, pois podia atrair raio e matar alguém.

Ao meu ver, lara possui um outro tipo de relação com a Arqueologia. Ela cresceu em Alvorada e sempre ouviu falar dos fragmentos arqueológicos do sítio Córrego do Maranhão. De acordo com ela, há muitos anos atrás, o antigo dono da Fazenda Córrego do Maranhão, encontrou em suas terras algumas vasilhas de cerâmica inteiras e fragmentos cerâmicos. A história acabou repercutindo muito na cidade, pois todos comentavam impressionados sobre esses achados. Ela afirmou que seu próprio pai, falava muito sobre esses achados na Fazenda Maranhão. Para ela, foi algo que realmente impressionou a todos que ali viviam, pois se questionou o que seriam esses objetos.

Além disso, segundo a lara, sua experiência com as *coisas arqueológicas*, se estendeu a partir uma experiência vivenciada com as/os arqueólogas/os. Ela por trabalhar na única escola de Alvorada, toda vez que vem uma equipe de arqueólogas/os, como no caso do MAEA-UFJF e da Scientia³³, ela participa das ações proposta pelos profissionais. Durante a atuação do MAEA-UFJF, ela participou não só de algumas ações de educação patrimonial que foram desenvolvidas com seus alunos, mas também participou de uma ação, onde a

³² As duas fazendas são bem próximas, encontrando-se separadas por menos de 1 Km.

³³Vide: Quadro 1, Capítulo 3.

equipe do MAEA-UFJF levou os alunos da escola para participarem da escavação. Em nenhum relatório que analisei no capítulo anterior, essa ação foi mencionada.

Lara se lembra da escavação que participou com muito orgulho. E tem muito apreço pelas coisas arqueológicas. Ela acabou comprando a pedra de raio que o seu aluno encontrou, pelo valor de 20 reais. Segundo ela, *“ele não podia jogar a pedra fora, ela tinha que ser guardada”*. Mas também não era ser guardada em qualquer lugar. Nesse ponto, a instabilidade do MMC, gerou uma desconfiança na Lara. Pois, ao comprar a pedra de raio do seu aluno, ela disse preferiu *“guardar a peça em casa, não tenho coragem de doar para o Museu, vai que ela não fica bem guardada. O museu vive fechado e é cheio de problema”*. Ela acredita, que a sua peça estará mais segura em sua casa, sob os seus cuidados. Exposta em sua estante, na sala de estar.

Os fragmentos retirados dos sítios arqueológicos hoje fazem parte do acervo do MMC e do acervo do MAEA-UFJF. O material do Sítio Toca dos Puri, está todo no MMC, mas os vestígios do Córrego da Maranhão, foram divididos entre o MAEA-UFJF e o MMC. Os vestígios desses sítios foram utilizados em diferentes pesquisas acadêmicas até hoje (PORTO, 2015) (MAGESTE, 2012, 2016,2017) (LOURES OLIVEIRA, 2005, 2006, 2008, 2012)(LARA, 2008). Porém, não foi dada nenhuma outra utilidade a esse material. Principalmente, os que estão no MMC. A instituição não conta com arqueólogas/os em suas ações, nem para realizar uma consultoria sobre o acervo. De acordo com o Fernando, desde que as/os arqueólogas/os do MAEA-UFJF *“deixaram parte do acervo do no Museu, foram embora e nunca mais voltaram”*.

Na reunião da Associação, quando o Fernando destaca que podem ocorrer novas escavações na região, o objetivo dele é: mais peças para o Museu. A partir disso, fica claro a concepção desses gestores sobre a Arqueologia. Para eles Arqueologia é escavar, mesmo que não se saiba para que. E mais material no Museu, sem saber também, o que fazer com ele. Pois o local não possui estrutura para receber mais materiais. Os que já tem hoje, se encontram dentro de caixas, num lugar que é um tipo de depósito, que está misturado com outros tantos acervos. Parte do acervo que está exposto, não recebe nenhuma manutenção, sendo aos poucos danificados pela poeira e conservação inadequada. Entre elas, estão os crânios do sítio Toca dos Puri, que por não terem um abrigo apropriado, estão mofando.

No que se refere ao acervo arqueológico do MMC, além dos gestores patrimoniais ou pessoas envolvidas nas pesquisas arqueológicas, quase ninguém sabe se quer, que esse material existe e está no museu. Tal situação é um exemplo da ideia de se preservar por preservar. Esses fragmentos foram retirados da terra e alojados em vitrines e caixas. Tudo isso por um ideal de preservação, que é constantemente engessado e reforçado pelos próprios arqueólogos/os, que acreditam que para preservar, “salvar”, tem que se retirar esse material do local que ele se encontra, sendo o seu destino final, caixas e vitrines.

Esse acervo não está sendo comunicado. Diante disso, quando penso na situação onde o Leonardo afirmou ter retirado todos os fragmentos do sítio Toca dos Puri, por acreditar que estava preservando, ou quando o a lara quis comprar do seu aluno a pedra de raio, com a finalidade de preservar, por acreditar que precisava ser preservado dentro da sua casa, sob a sua vigilância.

Além disso, a percepção das pessoas está muito relacionada a uma visão tradicional de Arqueologia. Para elas Arqueologia se trata apenas de encontrar sítios e escavação. Um exemplo foi o caso do Sr. Joaquim, que entendeu que a minha pesquisa se tratava de saber sobre coisas antigas da cidade e encontrar lugares onde havia vestígios arqueológicos. Em vista disso, se colocou como um bom investigador e foi atrás de informações para me ajudar na pesquisa. Me trouxe notícias de um local onde havia o boato de ter material arqueológico. O lugar era conhecido como “Gruta dos Frossard”, que pertence a fazenda da família Frossard.

Ao meu ver, todas essas percepções sobre a Arqueologia, demonstra que não foi construída uma relação entre arqueólogos/os e a comunidade, assim como de fato não se estabeleceu uma relação entre Arqueologia e a comunidade. Como destacado no capítulo 1, a Arqueologia tradicionalmente pensada e praticada pelos arqueólogos/os, parte de uma perspectiva colonialista, onde o arqueólogo é o detentor do conhecimento e todo o trabalho realizado é voltado apenas para atender a demanda da sua pesquisa. Nesses trabalhos a comunidade não é envolvida nas ações de forma simétrica, mas apenas como fonte que possibilita encontrar mais vestígios. Em mais de dois séculos de ações arqueológicas em Carangola, nenhum trabalho buscou realmente dialogar com a comunidade. Não buscaram englobar os saberes locais ou suas demandas em consideração nesses projetos. Pelo contrário, assim como a Arqueologia tradicional, o projeto já chegava pronto, e a comunidade apenas foi inserida neles.

Isso ficou muito evidente no simpósio promovido pelo MAEA, como destacado no capítulo 3. Apesar da equipe falar que era um evento promovido para arqueólogos/os e comunidade, toda a temática do simpósio foi voltada para uma temática que só interessa a Arqueologia discutir. Segundo a Celeste, que ajudou a equipe do MAEA-UFJF a organizar o evento, “não teve muitos moradores participando”. Ela ressalta que “o evento foi lindo, mais muito fechado, no que se refere a discussões e pesquisas apresentadas. Para Maria Luiza, que também ajudou no evento, as “pessoas não foram, porque não havia muito interesse por parte da população local no que estava sendo ali discutido”. Segundo a Maria Luiza, a Ana Paula queria muito fazer esse simpósio aqui em Carangola. A partir desse pedido, foi providenciado tudo para realizar o evento. De acordo com Celeste, a sua equipe da cultura na época, recorreu a doação, conseguiram dos produtores de laticínio na região alguns alimentos como iogurte para o evento, lugar para a equipe da Ana Paula ficar, entre outras coisas.

Mas Maria Luiza destacou também, outro motivo das pessoas não terem ido ao evento. De acordo com ela,

“era por conta do local onde o evento ocorreu. O Tênis Clube de Carangola, aonde o evento foi realizado, é na história da comunidade um espaço onde só pessoas da alta sociedade costumavam ir. Durante muito tempo, negros e pobres não frequentavam lá. Então, mesmo tendo se passado muitos anos, ocorre que essas mesmas pessoas ainda não se sentem à vontade de frequentar esse lugar. Que existe uma certa resistência ao local e isso pode ter também desmotivado parte dos moradores há comparecerem ao simpósio”.

Com isso, fica evidente que o evento, assim como os projetos desenvolvidos no município era para atingir o objetivo dos arqueólogos/os. Tanto que para a comunidade, a percepção que restou, foi a de que Arqueologia é para escavar e procurar fragmentos no chão. E essa percepção não foi resultado de apenas um trabalho. Mas a Arqueologia feita até o momento em Carangola, tem perpetuado e contribuído para essa visão. Obviamente que dentro do âmbito acadêmico, os fragmentos arqueológicos contribuíram para diversas pesquisas (LOURES OLIVEIRA, 2008; MAGESTE, 2012; 2017; PORTO, 2015). Porém, esses trabalhos não chegaram na comunidade. Nem o Museu, que possui o acervo que gerou essas pesquisas, tem noção dos resultados desses trabalhos. Ao meu ver, para elas, todas essas ações não tiveram ressignificação.

CONCLUSÃO

Não há saber mais ou saber menos. Há saberes diferentes.

(Paulo Freire, *Peregrinações: os Garros, letos em Ijuí*, 2002)

O objetivo que orientou a presente pesquisa foi a tentativa de entender a relação estabelecida entre Arqueologia e comunidade, no contexto do município de Carangola, Minas Gerais. Considerando que os trabalhos de Arqueologia causam diferentes impactos no município onde atua, propus compreender como essa relação influenciou a forma na qual as pessoas percebem a Arqueologia, o trabalho do arqueólogo e o patrimônio arqueológico. Partindo da hipótese que as ações arqueológicas no município foram pautadas em uma perspectiva colonizadora, onde a comunidade não chegou de fato a ser englobada nas pesquisas arqueológicas.

Paralelamente, utilizei como pano de fundo para esse debate, o contexto do Museu Municipal de Carangola (MMC), que vem sendo alvo de conflitos políticos e negligência por parte da administração municipal de Carangola. O Museu, foi aqui compreendido como um espaço que possibilitou refletir não só como o patrimônio arqueológico vem sendo entendido e abordado pelos gestores culturais, mas introduziu a perspectiva do patrimônio arqueológico no contexto do patrimônio cultural local.

Em termos práticos, no capítulo 1, busquei discutir sobre a decolonização da Arqueologia. Partindo da premissa que a disciplina arqueológica se constitui dentro de uma abordagem colonialista (BARRETO 1999-2000; TRIGGER, 1984), a partir dos debates sobre colonialismo, pós-colonialismo e colonialidade, tive elementos para refletir sobre vários aspectos da pesquisa. Para conduzir tal discussão, parti de uma perspectiva que entende a Arqueologia enquanto disciplina que precisa ser decolonizada, socialmente engajada e que busque uma interação com o público em suas ações.

Em vista disso, esse trabalho foi baseado na abordagem da Arqueologia Pública. Cabe destacar, que acredito que, assim como aponta Carvalho e Funari (2007, p. 133) “toda Arqueologia, independente de seu recorte temático ou escolhas teórico-metodológicas, deveria ser, em essência, pública”. Acredito que a interação com o público e pensar em uma disciplina política-socialmente engajada, não é um papel que compete apenas a Arqueologia Pública. A Arqueologia é, e sempre foi,

uma disciplina política. Decolonizar a Arqueologia, é entender essas outras perspectivas que a disciplina compartilha. Arqueologia não se trata só de escavar por escavar, é também (re)pensar a própria disciplina e o fazer arqueológico. Se trata também de ouvir o “outro”, inserir a comunidade no diálogo, mas não como uma fonte de informações, mas sim, pensando até mesmo a pesquisa a partir das demandas e falas dessas pessoas. Uma Arqueologia decolonizada busca produzir um conhecimento “alternativo”, no qual se reconheça os saberes tradicionais e se leve em consideração que existem diferentes forma de ver e interpretar o mundo, cujas contribuições podem encaminhar para um papel mais engajado da disciplina.

Em vista desse debate, no capítulo 2, apresentei os dados históricos e etno-históricos da região da Zona da Mata mineira. Busquei identificar elementos de um pensamento colonialista dentro dessa história dita oficial, observando como essas histórias são construídas em detrimento de outras. Esse exercício pude refletir em como a história indígena de Carangola foi construída e como essa história oficial reflete nos trabalhos arqueológicos realizados no município.

No capítulo 3, o foco foi o contexto das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na Zona da Mata mineira. O objetivo era apresentar esse cenário mais amplo de ações, para posteriormente focar nos trabalhos desenvolvidos no município de Carangola. Carangola vem sendo alvo de diversas pesquisas arqueológicas desde o século XIX. As pesquisas ocorreram tanto no âmbito acadêmico quanto no de Arqueologia preventiva. A comunidade local vem acompanhando as notícias e o movimento das/os arqueólogas/os durante todo esse período. Porém, esses moradores ficaram a margem da construção dessa história pela Arqueologia. A partir das análises dos trabalhos realizados no município, acredito que houve sempre um certo distanciamento entre as/os arqueólogas/os e a comunidade. Um dos casos mais evidentes desse distanciamento, foi durante o Simpósio promovido pelas/os arqueólogas/os no município. Onde os saberes locais, que sempre indicaram e afirmaram um passado Puri, foram completamente ignorados pelas/os arqueólogas/os no planejamento do evento. O tema voltado para a possibilidade de ocupação Tupi na região, tomou a frente de todos os debates.

Nenhum membro da comunidade, nem mesmo os professores e gestores que acompanharam todo o trabalho de Arqueologia na cidade, foram convidados a palestrar no evento. Além disso, o número de participantes locais foi muito escasso, participando apenas, aqueles que estiveram envolvidos nas ações e na organização

do evento no município. Acredito que nesse cenário houve um distanciamento entre academia e comunidade. Apesar de terem realizado um grande trabalho de História Oral no município, as falas das pessoas não foram levadas em consideração. O que importava no final, era o que a Arqueologia pesquisava e que queria estudar. Nesse ponto, percebo que a comunidade foi englobada nas ações como fonte de informação para fomentar a pesquisa. E esse é um viés extremamente colonialista da Arqueologia que vem utilizando os saberes locais apenas quando os interessa, não buscando de fato, uma simetria entre esses saberes e os saberes acadêmicos.

A partir da minha análise, conclui que a comunidade mais uma vez não foi entendida pelas/os arqueólogas/os enquanto interlocutores, mas como informantes ou entrevistados. A diferença está no fato de que, estabelecer interlocutores, pressupõe um processo de transformar os indivíduos ou o grupo que pretende estudar, em parceiros da pesquisa, onde se compartilhe com eles suas ideias e intenções de pesquisa (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 04). Já os informantes, são relações mais superficiais ou entrevistados, onde não se alcança a confiança necessária por parte do indivíduo/ grupo estudado para perceber as contradições na fala, ou na medida que vão com o tempo, entendendo melhor o trabalho.

Frente a esses descompassos e com intuito de levantar mais elementos para a minha análise, fui a campo onde realizei uma Arqueologia entográfica. Em vista disso, apresento no capítulo 4, o ensaio etnográfico que desenvolvi com a comunidade carangolense. As minhas análises foram centradas entorno do contexto do Museu Municipal de Carangola. Ao chegar em campo, me deparei com a instituição fechada, por falta de investimentos públicos. O fator principal do seu fechamento, foi o fato da estrutura do prédio onde o MMC se encontra, estar comprometida. Isso se deve pelo fato de a prefeitura local não fornece nenhum tipo de manutenção. Além disso, a instituição não conta com uma equipe para manter o local aberto.

Em vista dessa situação um grupo de pessoas da comunidade, se mobilizou e decidiram criar a “Associação dos amigos do Museu Municipal de Carangola”. Meu ensaio etnográfico se inicia justamente na primeira reunião dessa associação e de todas as questões políticas envolvendo sua criação. O que pude observar é que o grupo a frente da causa do Museu e da Associação, é o mesmo grupo que há anos vem trabalhando em prol do patrimônio cultural de Carangola. Esse grupo é composto por gestores e ex-gestores públicos, alguns professores da rede municipal

e estadual da cidade, além de professores da universidade local. Para eles, o restante da comunidade não se envolve nas questões patrimoniais da cidade e na maioria das vezes, não existe incentivo da administração municipal nesse aspecto.

A partir das observações feitas dentro desse cenário, tive elementos para pensar o papel da Arqueologia e a importância do acervo arqueológico para a comunidade. O que constatei, foi que o acervo arqueológico é um fator secundário dentro desse debate em torno do Museu e da Associação. Existe uma preocupação, por parte do diretor da instituição e de alguns antigos gestores que ele permaneça na cidade. Além disso, eles desejam até mesmo, que venham outros acervos para a instituição. O problema que percebi nisso, é que a Arqueologia está sendo entendida por essas pessoas, enquanto encontrar sítios e realizar escavação. Os gestores do Museu, mesmo vivenciando uma situação complexa de infraestrutura, onde não há lugar para colocar e conservar o material arqueológico que já tem, ainda ambicionam mais materiais. Eles reforçam a possibilidade de novas escavações para poder conseguir mais fragmentos para o acervo da instituição. Só que ao mesmo tempo, não é feito nada com esse acervo. As peças ficam apenas expostas, sem nenhuma outra utilidade.

Diante do meu trabalho de campo, percebi que essa perspectiva sobre a Arqueologia compartilhada pela comunidade carangolense, é fruto de uma influência de mais de dois séculos de pesquisas arqueológicas na região. Desde então, a comunidade vem lidando com essas diferentes pesquisas, que ocorreram em momentos diversos, mas perpetuaram uma visão tradicionalista e colonizadora do fazer arqueológico em suas ações.

As pessoas continuam pegando pedras de raio dos sítios arqueológicos e levando para o museu ou guardando em suas casas, pois elas entendem que é assim que se preserva um patrimônio. Ao meu ver essa forma na qual o termo patrimônio vem sendo entendido e empregado pelas/os arqueólogas/os, comunidade e gestores culturais, precisa ser desconstruído. Pensar em uma Arqueologia decolonizada deve incluir questões relacionadas à construção social do patrimônio cultural.

O termo patrimônio cultural é visto na maioria das vezes como algo que possui um aspecto identitário, remetendo a algo onde as pessoas deveriam se identificar, se reconhecer naqueles objetos, costumes e narrativas. Porém, esse termo é ocidental e colonialista, onde é colocado o ponto de vista do pesquisador

(acadêmico, ocidental) sobre o que é patrimônio, e não necessariamente é a mesma visão compartilhada pela comunidade trabalhada. Ou seja, um determinado grupo determina o que vai ser patrimônio ou não e, conseqüentemente, desenvolve um discurso em relação a esse patrimônio de reconhecimento e identidade coletiva sem levar em consideração a opinião dos diferentes grupos sociais envolvidos de com esse patrimônio. E no caso de Carangola isso me pareceu ser recorrente.

Mas o que fica dessas percepções de arqueólogas/os e comunidade no contexto do município de Carangola, é que as/os arqueólogas/os escavaram um sítio e deixaram ele em uma instituição que não tem como lidar com ele. Ao meu ver, fazendo uma analogia, o patrimônio arqueológico se tornou como uma pedra de raio. No entendimento da comunidade, a pedra de raio é um objeto moldado pela ação do raio. Vem um raio do céu e faz a pedra. Quando alguém tira essa pedra da terra, do chão, ela se torna um problema, porque a pedra atrai raios. Então ela é um objeto perigoso, pois quando você tira da terra e leva para sua casa, você está correndo um grande risco, pois um raio pode te acertar e te matar. A partir disso, *“aquilo que sai da terra, às vezes pode matar”*.

No que se refere ao patrimônio arqueológico, essa história se encaixa perfeitamente. Dentro dessa perspectiva, vem um raio, no caso a Arqueologia, e cria um patrimônio. Depois de um tempo, esse patrimônio vira um problema, porque assim como a pedra de raio atrai mais raios, esse patrimônio atrai mais problemas. No caso de Carangola, os fragmentos arqueológicos, ao serem tirados pelas/os arqueólogas/os da terra, se tornaram um problema. Pois eles foram depositados em uma instituição que não possui condições estruturais de os receber e, posteriormente, foram esquecidos pelas/os arqueólogas/os. Hoje, esses fragmentos não têm utilidade e estão em péssimo estado de conservação. A instituição na qual ele está abrigado não consegue se manter aberta, por falta de políticas públicas voltadas para o patrimônio local. Em vista disso, ele continua atraindo raios, que seriam novos acervos e incentivando novas escavações.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Louise P. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

_____. O lugar dos índios na história: a contribuição de John Monteiro. **Fronteiras & Debates Macapá**, v. 2, n. 1, jan./ jun. 2015.

ALMEIDA, M. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p.135-167.

AMARAL, A. M. Ensinar ouvindo, aprender falando: a experiência do MAEA junto a turmas da EJA no município de Carangola. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola**. 1ed.Juiz de Fora: MAEA - UFJF, 2008, v. 1, p. 29-38.

AMARAL, A. M.; FONSECA, Livia Carvalho da. Programa de Educação Patrimonial: oficinas com crianças do ensino fundamental da rede pública municipal de São João Nepomuceno. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio na Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno**. 1ed.Juiz de Fora: Editar, 2004, v. 1, p. 133-139.

AMOROSO, Marta. Natureza e sociedade nos aldeamentos indígenas do Império: diálogos da Ordem Menor dos Frades Capuchinhos com a história natural. **Revista de História** – edição especial, p. 271-301, 2010.

ANCHIETA, J. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. Rio de Janeiro: Livraria Civilização Brasileira, 1933.

ANJOS, Giullia Caldas dos; DOMANSKI, Andressa. Sítio “Charqueada Santa Bárbara”: Um Projeto de Arqueologia Pública em Pelotas. **Revista Thema**, v. 8; número especial, 2011.

ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. **The American Indian Quarterly**, 30 (3-4), p. 280-310, 2006.

BACHELARD, G. **A água e os sonhos**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BAETA, A.; PROUS, A. Relatório sobre viagem realizada por A. Baeta e A. Prous no município de Carangola, dias 19 e 20/08/93, Potencial arqueológico da área visitada. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (Org.). **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira**: Carangola. Juiz de Fora: Editar, 2008. p. 179-182.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ ago. 2013.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./ fev. 1999-2000.

BASTOS, R.L. O papel da Arqueologia no desenvolvimento regional. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (Org.). **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira**: Carangola. Juiz de Fora, 2008. p. 7-16.

BELTRÃO, M.; LIMA, T. Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia**, Belém, 3 (1), 30.iv, p. 3-39, 1986.

BEZERRA, Marcia de Almeida. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, 2011.

_____. Archaeology as allegory: the representations of archaeology in children's literature in Brazil. **Archaeology to Archaeologies: The 'Other' Past**, BAR International Series 2409, 2012.

_____. **O Australopiteco Corcunda**: as Crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na escola. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 2003.

BEZERRA DE ALMEIDA, M. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia pública no Brasil. **Revista Habitus**, Goiânia, v.1, n. 2, p. 275-295, Goiânia.

_____. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas, LAP/NEPAM/UNICAMP, n. 7, 2013.

BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**. v. 28 (2), p. 217-225, 1962.

BLASENHEIM, Peter Louis. **A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906**. 1982. 372 f. Tese (Doctor of Philosophy), Department of History, Stanford University, Stanford, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BRUNO, M. C. O. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de Sítios Arqueológicos. In: CHAGAS, M. (Org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31. São Paulo: IPHAN, 2005. p. 235-247.

BOECHAT, Maria Maria Luiza Coutinho Robert. **A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

BUARQUE, A. Pesquisas arqueológicas em sítios tupinambá em Araruama. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Estado da arte sobre as pesquisas arqueológicas sobre a tradição tupiguarani**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009. p. 37-65.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BURMEISTER, H. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1980.

CALIMAN, N. F.; COSTA, R. R. C. C. Os Desafios da Pesquisa Etnográfica na Administração: uma análise a partir de artigos publicados de 1998 a 2007. **Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO, Rosemary Aparecida; AMARAL, Alencar de Miranda. **Revista Tarairiú**, Campina Grande – PB, Ano VI, v. 1, n. 12, agosto 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

CARELLI, Rogério. **Efemérides Carangolense 1827 – 1959**. Viçosa, MG: Folha de Viçosa, 2002

_____. História da presença indígena no município de Carangola. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (Org.). **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira: Carangola**. Juiz de Fora: Editar, 2008. p. 49-52.

_____. “Os primeiros alicerces”. **Gazeta de Carangola**, 23/09/1978.

CARNEIRO, Carla Gilbertoni Socialização do conhecimento arqueológico: uma perspectiva interdisciplinar. **Revista de Arqueologia**, v. 26, n. 2, 2013/ v. 27, n. 1, 2014.

CARRARA, Angelo Alves. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais; séculos XVIII e XIX**. Mariana: Edufop, 1999.

CASTAÑEDA, Q. E. Ethnography and the Social Construction of Archaeology. In: CASTAÑEDA, Q. E.; MATTHEWS, C. N. (Eds.). **Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and Archaeological practices**. Plymouth: Altamira Press, 2008a.

_____. “The “ethnographic turn” in archaeology: research positioning and reflexivity in ethnographic archaeologies”. In: CASTAÑEDA, Quetzal E.; MATTHEWS, Cris. N. (Eds.). **Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices**. Altamira Press: Lanham, 2008b, p. 25-62

_____; MATTHEWS, C. N. (Eds.). **Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and Archaeological practices**. Plymouth: Altamira Press, 2008.

CASTRO, C. F. de F. **Os sertões do leste: achegas para a história da Zona da Mata**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

CHAMBERS, E.; SHACKEL, P. **Places in mind: public archaeology as applied anthropology**. New York. Routledge. 2004.

CHIESA, C. D. FANTINEL, L. D. “Quando eu vi, eu tinha feito uma etnografia”: notas sobre como não fazer uma “etnografia acidental”. **VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, Gramado, 2014.

CICOREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

COLOMBO, A. V.; CORRÊA, A. A. “Cavernas da Babilônia”, narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. **Caderno do Lepaarq**, v. XI, n. 21, 2014.

CORRÊA, A. A. **Tetama nas matas mineiras**: sítios tupis na microrregião de Juiz de Fora – MG. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DAMÁZIO, E. S. P. Descolonialidade e interculturalidade dos saberes político-jurídicos: uma análise a partir do pensamento descolonial. **Direitos Culturais**, v. 4, p. 109-122, 2009.

DAMATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: ROCCO, 2010.

DAVIS, NATALIE ZEMON. **Culturas do Povo**: sociedade e cultura no início da França Moderna. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

DEBRET, J. B. **O Brasil de Debret**. Coleção Imagens do Brasil, Vol. 2. Belo Horizonte: Villa Rica Editoras Reunidas Limitada, 1993.

_____. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1978.

DIAS, Adriana Schmidt. A questão da variabilidade na obra de Lewis R. Binford e sua contribuição para a construção de uma teoria arqueológica. **Revista do Cepa**, UNISC, v. 24, n. 31, 2000. p. 7-42.

_____. **Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico**: Uma Proposta Interpretativa para a Ocupação Pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DIAS JR. O. Pesquisas arqueológicas no Sudeste Brasileiro. **Boletim do IAB**, Rio de Janeiro, série especial, n. 1, 1975.

_____; CARVALHO, E. A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro. **Pesquisas – Antropologia**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 31, 1980.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. Classical versus Islamic Antiquities in Colonial Archaeology: The Russian Empire and French North Africa. In: _____. **A World History of Nineteenth-Century Archaeology – Nationalism, Colonialism, and the Past**. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 245-277.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Cultura material e identidade étnica na Arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuriy. **Sociedade e Cultura (Online)**, v. 10, p. 95-113, 2007.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. **Amazôn., Rev. Antropol.** (Online), 7 (2), p. 354-374, 2015.

_____. Descolonizando a Arqueologia no Brasil: contribuições da Etnoarqueologia para a compreensão e preservação de cemitérios indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano**, Series Especiales, v. 2, p. 217-230, 2016a.

_____. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia** (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 29, p. 136-160, 2016b.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. **Espaço Ameríndio**, UFRGS, v. 6, p. 178-218, 2012.

ESCHWEGE, W. L. Diário do Brasil ou notícias diversas acerca do Brasil. **Journal Brazilien**, IHGB, 1946.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, USP, v. 14, 2005.

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento!? Um olhar sobre a Arqueologia pública no Brasil.** 2007. Dissertação (Mestrado) – MAE/ USP, São Paulo, 2007.

FERREIRA SANTOS, M.. **O olho e a mão: educação e produção simbólica na compreensão metodológica da sala de aula.** São Paulo: Instituto Butantan, 1997.

FREIREYSS. **Viagem ao Interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. A Arqueologia Pública na América Latina e seu contexto mundial. **Locus** (Juiz de Fora), Campo Grande, v. 6, n.11, p. 87-96, 2002.

_____. **Arqueologia.** São Paulo: Contexto, 2003a.

_____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: P.P.A. FUNARI, P. P. (Org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica.** Campinas: IFCH-Unicamp, 1998. p. 7-34.

_____. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia brasileira. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 131-154, 2003b.

_____. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Meme: Revista de Humanidades. Dossiê Arqueologias Brasileiras**, v. 6, n. 13, dez. 2004/ jan. 2005.

_____. The World Archaeological Congress from a critical and personal perspective. **Archaeologies**, v. 2, n. 1, p. 73-79, 2006.

_____.; CARVALHO, A. V. de. Arqueologia e Patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia pública. **III Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP**, 2007.

_____.; CARVALHO, A. V.. As possibilidades da Arqueologia Pública. 24/03/2009. **História e-História**, v. 2009, p. 1-10, 2009.

_____.; FERREIRA, Lúcio Menezes. **Arqueologia como prática política**, 2009.

_____.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **Dossiê: Patrimônio Histórico**, São Paulo, 27 (2), 2008.

_____.; TAMANINI, Elizabete; OLIVEIRA, Nanci Vieira. Arqueologia pública no Brasil e as novas fronteiras. **Revista Praxis ARCHAEOLOGICA**, n. 3, p. 131-138, 2008.

GAMBINI, R. **Espelho Índio: a formação da alma brasileira**. São Paulo: terceiro nome, 2000.

GAZETA DE CARANGOLA. **Edição Comemorativa de Centenário do Município**, Carangola, 1982.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Uma descrição densa. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GNECCO, C. Caminhos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Ciências Humanas**, 4(1), p. 27-37, 2009.

_____. Da Arqueologia do passado à Arqueologia do futuro: anotações sobre multiculturalismo e multivocalidade. **Amazônica**, 2 (1), p. 92-103, 2010.

_____. “Escavando” Arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 2, p. 08-22, 2012.

_____. Manifiesto moralista por uma Arqueologia reaccionaria. In: ACUTO, Félix A.; ZARANKIN, Andrés (Eds). **Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana**. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2008. p. 93-102.

_____.; HERNÁNDEZ, C. History and Its Discontents: Stone Statues, Native Histories, and Archaeologists. **Current Anthropology**, v. 49, n. 3, 2008.

GODOY, Renata de. Arqueologia e o público em sítios históricos: uma reflexão. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 12, n.1, p. 9-22, jan./ jun. 2014.

_____. Public Archaeology and Heritage Value(s): Learning from urban environments in Central Brazil. **Revista de Arqueologia**, v. 25, n. 1, 2012.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. Hacia otra Arqueología. Diez propuestas. **Complutum**, v. 23 (2), p. 103-116, 2012.

_____. Time to destroy. An archaeology of supermodernity. **Current anthropology**, 49(2), p. 247-279, 2008.

_____. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I; ASKARRÁGA, J; BONET, H. (Coord.). **Mundos tribales**: una visión etnoarqueológica. Valencia: Museo de Prehistoria, 2009. p. 16-27.

GUIMARÃES, Carlos Magno (coord.). "Histórico". In: GUIMARÃES, Carlos Magno (coord.). **Prospecção Complementar e Salvamento Arqueológico na Área a ser Impactada pela Implantação do AHE Simplício – Queda Única**. Belo Horizonte: Laboratório de Arqueologia da FAFICH/UFMG. (Relatório Final) Vol.I, 2009.

HAMILAKIS, Yannis. Archaeological Ethnography: A Multitemporal Meeting Ground for Archaeology and Anthropology. **Annu. Rev. Anthropol**, n. 40, p. 399–414, 2011.

_____.; ANAGNOSTOPOULOS, A. (Eds.). Archaeological Ethnographies. **Leeds, UK/ Cambridge, MA, Manney** [Public Archaeol. 8, (2/3)], 2009.

HARTT, C. F. The indian cemetery of the Gruta das Múmias, Southern Minas Geraes, Brazil. **The American Naturalist**, Salem, MA, Peabody Academy of Science, v. 9, n. IX, p. 205-217, 1875.

HODDER, I. Crisis in Global Archaeology. In: _____. HODDER, I. **The archaeological process**. An introduction. Oxford: Blackwell publishers, 1999. p. 1-19.

HOLLOWELL, Julie; NICHOLAS, George. A Critical Assessment of Ethnography in Archaeology. In: CASTAÑEDA, Quetzal E.; MATTHEWS, Cris. N. (Eds.). **Ethnographic Archaeologies**: reflections on stakeholders and archaeological practices. Altamira Press: Lanham, 2008, p. 63-94.

INGOLD, T. Anthropology is not Ethnography. **Proceedings of the British Academy**, 154, p. 69-92, 2008.

JONES, Sian. Cap. 1: Introduction. In: _____. **The archaeology of ethnicity**. London: Routledge, 1997.

JOSÉ, Oiliam. **Indígenas de Minas Gerais**. Aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições Movimento Perspectiva, 1965.

KNEIP, L.; CRANCIO, F. O sítio cerâmico da fazenda Vargem Linda – Leopoldina, MG. **Revista de Arqueologia**, n. 12-13, p. 93-101, 1999-2000.

LAMAS, Fernando Gaudereto. Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos. **Heera**, UFJF, Online, v. 1, p. 1-19, 2008.

_____. Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira. **Histórica**, Online, São Paulo, v. único, n.8, p. 1-9, 2006.

_____.; ALMICO, R. C. S.; SARAIVA, L. F.. A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia. **V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, v. único, Caxambu, 2003.

LARA, E. G. Têxteis arqueológicos da Gruta dos Purís. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.). **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira**: Carangola. Juiz de Fora: Editar, 2008, p. 183-187.

LATOUR, B. **Ressamblar lo social – una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manatí, 2008:95-128.

LIEBMANN, M. Introduction: The Intersections of Archaeology and Postcolonial Studies. In: LIEBMANN, M; RIZVI, U. Z. (Eds.). **Archaeology and Postcolonial Critique**. New York: Altamira Press, 2008. p. 1-20.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Museu Paraense Emílio Goldi**. Ciências Humanas. Belém, v. 6, n. 1, p.11-23, jan.-abril, 2011.

LIMA, T. A. O problema da atribuição de identidades étnicas a registros arqueológicos. LOPONTO; ACOSTA (Org.) **Arqueología Tupiguaraní**. Buenos Aires: INAPL, 2011. pp. 7-23.

LIMA, C.M.G. de; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.de; KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Rev. latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 21-30, jan. 1996.

LITTLE, B. What Can Archaeology Do for Justice, Peace, Community, and the Earth?. **Historical Archaeology**, v. 43, n. 4, p. 115-119, 2009.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Memórias indígena e negra em São João Nepomuceno (MG). In: **Fórum de Pesquisa Povos Indígenas, situação colonial e perspectivas pós-coloniais: um lugar para o diálogo entre antropologia e história**. Recife: 24ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2004,

_____. Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**: São João Nepomuceno. Juiz de Fora: Editar, 2004a.

_____. **A etno-história como arcabouço contextual para as pesquisas arqueológicas na Zona da Mata Mineira**. Canindé, Sergipe: UFA, 2003.

_____. Histórico das pesquisas arqueológicas em Carangola. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**: Carangola. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008. p.87-98.

_____. Os indígenas da Zona da Mata mineira: Contribuições etnohistóricas, etnográficas e arqueológicas. In: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**: São João Nepomuceno. Juiz de Fora: Editar, 2004b.

_____. Rupturas, continuidades e simultaneidades culturais: algumas considerações a respeito da diversidade étnica dos grupos indígenas da Zona da Mata mineira no período pré-colonial. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**: Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editar, 2006.

_____. Sete anos do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira: resultados e avaliação. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 18, p. 111-114, 2005.

_____. Sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira: alguns aportes para o entendimento dos antigos assentamentos na região. In: LOURES OLIVEIRA, A. P.

P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**: Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2006a. p.119-156.

_____. Tradição, identidade e região: alguns apontamentos sobre os aspectos teóricos do projeto de mapeamento arqueológico e cultural da Zona da Mata mineira. **Revista Nanduty**, UFGD, v.1, n.1, p.101-115, jul./ dez. 2012.

_____.; MONTEIRO OLIVEIRA, L.. Patrimônio Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira. **Canindé** – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Sergipe, v. 1, p. 83-100, 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. ; MONTEIRO OLIVEIRA, L. ; MAGESTE, L. C. . Patrimônio cultural: o fiel da balança na complexa rede do poder institucional. In: **28ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2012, São Paulo. Anais da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.

_____.; SIMÕES, M.C.S.R.. Pré-história, Etno-história e outras Histórias da Zona da Mata mineira. In: LANZIERI JUNIOR, Carlile; FRADE, Inácio. (Org.). **Muitas Cataguases**: novos olhares acerca da história regional. Juiz de Fora: Editar Editora, 2006. p. 13-30.

LUFT, Vlademir J. **Da História a Pré-História**: as ocupações das sociedades Puri e Coroadó na bacia do Alto rio Pomba (o caso da serra da Piedade). 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MAGESTE, L.E.C. **Antiguidade Tupi na Zona da Mata mineira**: uma abordagem interdisciplinar. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P (Org.). **Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata mineira**: Carangola. Juiz de Fora Editar, 2008, p. 141-152.

_____. Ceramistas Tupiguarani do Sudeste do Brasil: os contextos da Zona da Mata mineira e Araruama no Rio de Janeiro. **Revista Tarairiú**, v. 1, p. 84-101, 2016.

_____. **Entre estilo e função**: estudo do sítio Córrego do Maranhão, Carangola-MG. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Cronologia e Variabilidade**: Os Ceramistas Tupi-guarani da Zona da Mata Mineira e Complexo Lagunar de Araruama. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P.. Dicotomia ou complementaridade? O eterno debate acerca dos conceitos de estilo e função. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 11, p. 8-10, 2011.

MAGHELLI, Luciana. **Aldeia de Pedra**: estudo de um aldeamento indígena no Norte Fluminense. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MAGNANI, J. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, jul./ dez. 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Introdução. Argonautas do Pacífico Ocidental**. (Os Pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MERLEAU-PONTY, M. **A fenomenologia da percepção**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

MARTIUS, C.P. Mapa etnográfico das terras baixas da América do Sul, particularmente do Brasil. In: _____. **Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens**, 1867.

MCGILL, Dru. The Public's Archaeology: Utilizing Ethnographic Methods to Link Public Education with Accountability in Archaeological Practice. **Archaeologies**, v. 6, n. 3, dez. 2010.

MCGIMSEY, C. **III Public Archaeology**. New York: Seminar Press, 1972.

McGUIRE, R.H. A Arqueologia como ação política: o Projeto Guerra do Carvão do Colorado. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, Suplemento 3, 387-397, 1999.

MERCADANTE, Paulo. **Crônica de uma comunidade cafeeira**: Carangola – o vale e o rio. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990

_____. **Os Sertões do Leste**. Estudo de uma região: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Trad. Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, Niterói, 2008.

MILLION, Tara. Developing an Aboriginal Archaeology: Receiving Gifts from the White Buffalo Calf Woman. In: SMITH, Claire; WOBST, Hans Martin (Eds.). **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. Routledge, 2005. p. 43-55.

MONTEIRO, John Manuel (Org.). **Guia de fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros**: acervo das capitais. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 1994a.

_____. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994b.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Criação, experiência e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais**: Ouro Preto. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. p. 131-153.

MONTEIRO OLIVEIRA, L. ; PIMENTEL, E. F. Museu Municipal de Carangola: em busca de uma identidade. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**: Carangola. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008. p. 05-188.

MORAIS SILVA, Elisângela de. **Arqueologia e coletivos indígenas**: os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro/ Minas Gerais. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MORO-ABADÍA, O. The History of Archaeology as a 'Colonial Discourse'. **Bulletin of the History of Archaeology**, v. 16, n. 2, p. 4-17, 2006.

MORSE, M. A. Seeking an Ethical Balance in Archaeological Practice. **Ecuador. Journal of Anthropological Research**, v. 50, n. 2, p. 169-182, 1994.

NEUMANN, M. Por uma Arqueologia Simétrica. **Cadernos do LEPAARQ**, 5(9/10), p. 82-95, 2008.

NEVES, E. G. A identidade da Arqueologia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 29 (83), p. 19-23, 2015.

NIMUENDAJU, C. "Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju". **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

OLENDER, M.; LEITE OLENDER, Mônica Cristina Henriques; TAVARES, F. M.; NASCIMENTO, R. Carangola: história e preservação do patrimônio cultural. In: LOURES OLIVEIRA, A. P. P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**: Carangola. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008.

OLIVEIRA, C. A. A cerâmica pré-histórica no Brasil. **CLIO, Série Arqueológica**, Recife, UFPE. v. 1, n. 7, p. 74, 1991.

OLIVIERI, A. C.; VILLA, M. A. **Cronistas do Descobrimento**. São Paulo: Ática, 2001.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **O Tempo da Dor e do Trabalho**: A Conquista dos Territórios Indígenas nos Sertões do Leste. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Anablume, PPGH, Belo Horizonte, 2002.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./ dez. 2014.

PIMENTEL, Fernando Francisco. **Museu Municipal: Memória, História e Identidade** – O Museu municipal de Carangola-MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016.

PINTO, Renato Venâncio. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, vol. 17, n. 34, 1997.

POLITIS, G. Tendencias de la etnoarqueología em América Latina. In: POLITIS, G. G.; PERRETTI, R. D. (Eds.). **Teoría archaeological en América del Sur**. Olavarría, 2004.

PORTO, C. B. A. **Tecendo símbolos e significados**: uma abordagem etnoarqueológica da tecelagem Maxakali. Dissertação (Mestrado) – Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

PORTUGAL, Ana Raquel M. da C. M. Dialogando com Cronistas Quinhentistas: a representação do Ayllu Andino. **R. Mestr. Hist.**, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 7-26, 2001, 2002.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

_____. As muitas Arqueologias das Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, v. 2, p. 36-54, 2013.

PYBURN, K. Anne. "Practising Archaeology – As if it Really Matters". **Public Archaeology**, v. 8, p. 161-175, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In:

_____. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. **"Colonialidad y modernidad/racionalidad" em Perú Indígena (Lima)**, v. 13, n. 29, 1992.

RANZANI DA SILVA, Bruno Sanches. **Das ostras, só as pérolas: Arqueologia pública e Arqueologia subaquática no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RESENDE, Maria Leônia. **Gentios Brasíliaicos: Índios Coloniais em Minas Gerais setecentista**. Tese (Doutorado) – Campinas, SP, 2003.

_____.; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**, v. 23, 2007.

RESTREPO, Fernando. **Etnografía: alcances, técnicas y éticas**. Bogotá: Enviñón editores, 2016.

RIBEIRO, B. **Exame etnográfico**. In: BELTRÃO, M; LIMA, T. (Org.). Mumificações naturais na pré-história brasileira: um estudo de caso. **Revista de Arqueologia**, Belém, 3 (1), iv.30, p. 3-39, 1986.

_____. **O Índio na História do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1983.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. **Revista da USP**. São Paulo, ano 1, n. 44, p. 10-31, 1999/2000.

ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

RODRIGUES, Donizete. Reflexões sobre a história da Arqueologia (colonialista e nacionalista) africana. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 1, p. 191-194, 1991.

RUGENDAS, J.M. **Viagem pitoresca através do Brasil**. São Paulo/ Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1979.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/ Itatiaia, 1975.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition**. New York: Routledge, 1995.

SCHAAN Denise Pahl; MARQUES, Fernando Luiz. Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**. v. 25, n. 1, 2012.

SCHMIDT, Simone Pereira. Onde está o sujeito pós-colonial? (Algumas reflexões sobre o espaço e a condição pós-colonial na literatura angolana). **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, v. 2, n. 2, abr. 2009.

SENNA, Nelson de. Alguns estudos brasileiros (1 série): sobre etnografia brasileira: principais povos selvagens que tiveram o seu “habitat” em território das Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 25, n. 1, p. 337-355, 1937.

SILVA CARNEIRO, Patrício Aureliano. **Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVA, Fabíola. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: Reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 19, p. 205-219, 2009.

SILVA, F. A. Arqueologia como tradução do passado no presente. **Amazônia**, v. 3 (2), p. 260-267, 2011.

_____. O plural e o singular das Arqueologias Indígenas. **Revista de Arqueologia** (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 25, p. 24-42, 2012.

SOLTYS, Fernando Alexandre. **Caleidoscópio, narrativas e subjetividade na Arqueologia Pública**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SPIVAK, G. C. “Can the Subaltern Speak?” In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. **Marxism and the Interpretation of Culture**. University of Illinois Press, Urbana, 1988.

SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, Vol. I, 1976.

STEIN, Gil J. Introduction: The Comparative Archaeology of Colonial Encounters. In: STEIN, Gil J. (Ed.). **The Archaeology of Colonial Encounters: comparative perspectives**. Santa Fe: School of American Research Press, 2005. p. 3-31.

STRATHERN, M. **The Gender of the Gift: Problems with Women and Problems with Society in Melanesia**. Berkeley: University of California Press, 1988.

THOMPSON, E. P. A História Vista de Baixo. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2001. p. 185-201.

TRIGGER, Bruce G. Alternatives Archaeologies: Nationalist, Colonialist, Imperialist. **Man**, New Series, v. 19, n. 3, p. 355-370, set. 1984.

_____. Childe's Relevance to the 1990s. In: HARRIS, David R. (Ed.). **The Archaeology of V. Gordon Childe: contemporary perspectives**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. p. 9-34.

_____. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

URIARTE, U. M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, n. 6, dez. 2012.

VIEIRA, P. A. **Cartas do Padre Antônio Vieira**. Vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

WALSH, Catherine. **Pensamiento Crítico y matriz (de)colonial: Reflexiones Latinoamericanas**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Editorial Abya-Yala, 2005, p.302.

WANDERLEY, Elaine Maria Luiza G. **“É pote de parente antigo!” A relação dos indígenas Apurinã da Terra Indígena Caititu com os sítios e objetos arqueológicos, Lábrea/AM**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia, área de concentração em Arqueologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

WATKINS, Joe. Through Wary Eyes: Indigenous Perspectives on Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v. 34, p. 429-449, 2005.